

NOVAS FORMAS RESIDENCIAIS NUM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIO-ECOLÓGICA. O CASO DAS PERIFERIAS DE LUANDA

Pedro Moniz Sebastião

**Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais
Contemporâneos**

Lisboa, 20 de Julho de 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor Luís Vicente Baptista

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho representa o culminar de uma longa e difícil trajetória em busca do conhecimento sobre Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos.

Para o efeito, recebi o apoio inestimável de várias pessoas a quem pretendo exprimir minha gratidão.

Ao meu orientador, O Prof. Doutor Luís Vicente Baptista, cuja orientação foi valiosa. Segue a Professora Iva Pires, de quem recebi o total apoio para a frequência desse curso sem grandes sobressaltos.

Ao decano da minha faculdade (Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto), Prof. Doutor Victor Kajibanga e à direcção do Instituto de Ciências Religiosas de Angola (ICRA- Educadores Sociais) agradeço pelas licenças para a frequência do curso.

Aos meus professores de quem recebi todo o apoio não tendo registado em momento algum tratamento desigual. Na sequência, aos meus colegas do Curso de Mestrado em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos, destaco Luís Elvas que para mim tem sido um irmão.

Aos meus primos, o casal Paulino Fernando, que me acolheram de modo incondicional em sua casa durante o período da minha formação, tendo-me prestado imensurável apoio.

Uma palavra de apreço aos meus familiares e amigos pelo cuidado com a minha família restrita enquanto me ausentava, com destaque aos meus irmãos Dr. António Eduardo e Manuel Carlos Eduardo. Na sequência agradeço à Patrícia Cruz e à Vilma Martins, amigas comprometidas. Minha gratidão é extensiva ao deputado, Dr. João Pinto.

Agradeço também o apoio de Dr. Vladimir Russo e a Holístico, Dr. Ezequiel José, Dra. Kizita Mixinji, Dr. Jesus Adão, Dr Alberto Cafussa, Dr. Aguiar Cardoso, Dr. Roque Umbar, João Domingos e técnicos da Development Workshop, Engº Domingos Putu, Eng. André Luvenga e Engº Massaki Miguel.

Para terminar, o meu apreço e gratidão pela atenção e apoio que recebi da minha esposa, Rosy e dos meus filhos, Engrácia, Lukau e Wete, esperando igualmente que me perdoem pelos momentos de ausência.

Pedro Moniz Sebastião

**NOVAS FORMAS RESIDENCIAIS NUM CONTEXTO DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIO-ECOLÓGICA. O CASO DAS PERIFERIAS DE
LUANDA**

RESUMO

A questão da habitação condigna consta entre as prioridades da atual agenda do executivo angolano. Um país que procura um rumo nesse período pós-guerra onde quase todos os sectores constituem prioridades. Paralelamente coloca-se a questão ambiental que consta da atual agenda mundial.

Luanda é uma cidade “metrópole”, um lugar muito agitado onde as diferenças entre ricos e pobres são extremamente acentuadas e visíveis. Nela foram construídos vários centros urbanos ou bairros sociais verticais que desde 2012 receberam os seus primeiros moradores.

O presente trabalho analisa uma amostra de 20 agregados familiares angolanos provenientes de contextos residências precários, atualmente, a habitar em novos espaços residências construídos em torno de Luanda como resposta ao problema da habitação condigna que afeta a maioria da população residente em Luanda.

Com esta pesquisa pretende-se compreender os fatores de transformação socio-ecológica determinados pelas atuais formas residenciais urbanas na periferia (centralidades urbanas) de Luanda; analisar a dimensão subjetiva dos ex-moradores de musseques face às alterações sociais decorrentes do novo contexto residencial urbano; identificar as alterações ecológicas decorrentes do relacionamento entre os sujeitos e as diferentes envolventes.

Os resultados apurados indicam que as famílias revelaram uma satisfação bastante elevada relativamente ao novo espaço privado, a casa. Por outro lado, as vantagens dos novos espaços domésticos, como a melhoria de condições de habitabilidade, confrontam-se com a aquisição de novos modos de vida, dificuldade de acesso aos serviços e redução no relacionamento com os vizinhos.

ABSTRACT

KEYWORDS: Housing, towns, population, transformation and ecology

The issue of an adequate housing consists of main priorities of the Angolan Government current strategic plan. In this post-war period, the country is looking for the scheme where almost every sectors constitute a priority. Simultaneously, it is clear that, the environmental problem consists of today's worldwide action plan.

Luanda is a "metropolis" city, a very crowded place where social inequalities between rich and poor people are surprisingly visible. Thus, many urban centres or social districts have been built in it and in 2012, the first residents were settled down.

The present survey will analyse a sample of 20 Angolan families coming from a poor housing context who are currently living in a new built residential space in Luanda surroundings to tackle the problem of an acceptable housing that affects the majority of resident population in Luanda.

This research will help understand the transformations of socioecological factors determined by urban residential current ways in peripheral areas (urban towns) of Luanda; analyse the subjective dimensions of late residents' suburbs due to the social changes or modifications of new urban residential context; identify the ecological transformations that occurred due to relationship between the subjects and the different involving elements.

The findings show that all families revealed a great satisfaction to the new private place, "the home". On the other hand, the advantages of new residential spaces have improved the housing conditions, also implied the acquisition of new lifestyle, difficult access to workplaces and less contact with neighbours. Finally, grass and rubbish in an open air around the new residential areas, are point as being the main causes of illnesses.

LISTA DE ABREVIATURAS

CIF (China International Fund)

CITIC – China International Trust and Investment Corporation

CTCE - China Tiesiju Construction Engineering

DW – Devepment Workshop

EDEL-EP – Empresa de Distribuição de Electricidade de Luanda – Empresa Pública

ENDE – EP - Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade

EPAL – EP - Empresa Pública de Águas Públicas - – Empresa Pública

EUA – Estados Unidos da América

FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola

FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola

INE – Instituto Nacional de Estatística

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ONG – Organização Não Governamental

PPHS - Programa Provincial de Habitação Social

RDC – República Democrática do Congo

SME – Serviços de Migração e Estrangeiros

UCAN – Universidade Católica de Angola

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

INDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	3
II. ESTRUTURA CONCEPTUAL	5
2.1. A cidade enquanto espaço social construído. Abordagens Ecológicas	6
2.2. Período Colonial.....	9
2.3. Musseques de Luanda	13
2.1. Período pós- independência	14
2.2. Expansão urbana no período pós- Guerra	16
2.3. Panorama actual de Luanda.....	22
2.3.1. Políticas da habitação	24
2.3.2. A Centralidade face à expansão urbana: bairros e habitação social	26
2.3.3. Bairro.....	30
2.3.4. A Habitação.....	32
2.3.5. Cultura e modo de vida	39
2.3.6. Condições de vida em Luanda.....	41
2.3.7. Sector económico	47
2.3.8. Rede viária e Transportes	49
2.3.9. Bens públicos	50
2.3.10. Saúde e família	51
2.3.11. Redes de Sociabilidades: a função do quintal	52
2.3.12. Realidade ecológica e uso dos solos.....	54
2.3.13. Tipos de Assentamentos em Luanda	59
2.4. Escolha do objecto	73
III. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	75
3.1. Modelo de análise da pesquisa	75
3.2. Caracterização dos novos espaço residenciais	77
3.3. Caracterização dos musseques: modo de vida na periferia	88
IV. DISCUSSÃO E RESULTADOS	91
4.1. Avaliação subjectiva das alterações socio-ecológicas nas novas áreas residenciais	94
4.1.1. Apropriação dos espaços e significados atribuídos	94

4.1.2.	Influência do espaço urbano sobre atitudes e comportamentos dos moradores	103
4.1.3.	Redes de sociabilidades e inter-ajuda.....	113
4.1.4.	Satisfação dos moradores em relação ao novo espaço residencial.....	115
4.1.5.	Relação entre o sistema social e o sistema ambiental	117
CONCLUSÃO		121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		127
ANEXOS.....		133

i. Fotografias

1.1. Musseques

1.2. Urbanizações Kilamba, Sequele e Nova vida

ii. Guião de Entrevista

INTRODUÇÃO

A extensão de áreas periféricas formais e informais, sua densificação, a deterioração e saturação das infraestruturas, o agravar de actividades económicas de carácter informal, a precariedade das condições de vida, o acentuar das desigualdades sociais, a segregação social e espacial observável em Luanda, formando dois extremos: o centro urbano e as áreas peri-urbanas, são dimensões abordadas e que se procura analisar sem perder de vista o percurso que resultou na formação desse cenário.

Na tentativa de aplicar os conhecimentos referentes à Ecologia Humana no contexto urbano, por um lado e por outro na necessidade de uma avaliação para a obtenção do grau de Mestre, levou à elaboração do pré-projecto que culminou com a presente pesquisa realizada em Luanda, capital de Angola.

O objectivo fundamental desta pesquisa é apresentar uma visão global de transformação socio-ecológica decorrente primeiro: da mudança de populações de contextos de habitações precárias para outro, moderno e concebido para conferir maior dignidade aos seus habitantes; por outro, compreender alterações resultantes do relacionamento entre os sujeitos e diferentes envolventes no novo contexto residencial.

Três capítulos estruturam o presente trabalho. O primeiro apresenta um panorama histórico da construção da cidade de Luanda e o recurso conceptual para construção e compreensão do fenómeno urbano, partindo sobretudo do modelo ocidental. Esse capítulo elucida, do ponto de vista teórico, elementos como: urbano, cidade, periferia, centralidade, bairro e habitação, finalmente caracteriza Luanda nas suas múltiplas dimensões.

A segunda parte aborda os instrumentos metodológicos relacionados com a pesquisa empírica junto de moradores provenientes de contextos habitacionais precários. Neste capítulo traça-se e analisa-se as características sociais dos moradores que tomaram parte directa na pesquisa, apresenta as técnicas utilizadas nomeadamente a observação e entrevistas semi-estruturadas.

O último capítulo apresenta a discussão e os resultados obtidos na pesquisa, cuja finalidade não é a generalização mas sim uma análise em profundidade, o que se procurou

foi garantir a diversificação de opiniões colhidas junto dos entrevistados, bem como os assuntos tratados no guião.

Do trabalho constam também anexos de imagens referentes aos bairros precários de onde saíram muitos dos moradores das novas áreas residenciais, vulgo “centralidades” e o guião de entrevistas.

Está, então, lançado o repto em torno da compreensão das alterações socio-ecológicas observáveis quando populações marcadas por contextos habitacionais precários são submetidas em outros contextos completamente diferentes do seu habitual espaço, onde cristalizaram modos de vida próprios, que resultou em hábitos e costumes.

CAPITULO I. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Angola depara-se com uma carência de habitação condigna para uma população de 25 780 024 de habitantes (INE 2016). São notórias as iniciativas do Executivo angolano, enquadradas na Política Habitacional (Lei n.º 3/2007, de 3 de Setembro; Decreto Presidencial n.º 259/11, de 30 de Setembro).

A questão da habitação condigna consta entre as prioridades da actual agenda do executivo angolano. Um país que procura um rumo nesse período pós-guerra onde quase todos os sectores constituem prioridades uma vez que a guerra deixou um rasto incalculável de consequências: ceifou várias vidas, e por isso produziu órfãos, viúvos, mutilados, desintegrando deste modo famílias; provocou sérias alterações aos modos de vida das populações, alterações ao ambiente, destruiu as poucas infra-estruturas herdadas do governo colonial, acelerou deslocações das populações de zonas rurais e não só para as zonas mais seguras, nos espaços peri-urbanos, mormente nas capitais das províncias. Luanda, a capital do país, cuja área urbana era a herança colonial construída para uma população inferior a um milhão, albergou um número considerável dessas populações que, em função do contexto de guerra civil e de movimentos migratórios massivos, provocou “rupturas e caos urbanísticos nos locais de acolhimento” (Capitão 2014:19). A esse contingente, soma-se um elevado movimento imigratórios de europeus, americanos, asiáticos e outros africanos em busca de oportunidade de negócios.

Este cenário propiciou uma pressão populacional e ambiental nas capitais-cidades de províncias, onde Luanda surge como referência, tendo nela se criado uma coabitação contrastante.

Com a construção de centros urbanos, vulgo “centralidades”, regista-se um amplo movimento de famílias do espaço marcado por aglomerações de construções, vulgo musseques, para as novas áreas urbanas em torno da cidade de Luanda. Este processo implica, por um lado alterações do ponto de vista ecológico, por outro, da parte dessas famílias, aquisição de novos modos de vida quando confrontados com contextos habitacionais ordenados, completamente diferentes dos musseques.

1.1. Objectivos

Para a realização da pesquisa pretendeu-se alcançar os seguintes objetivos:

Geral:

- Compreender os factores de transformação socio-ecológica determinados pelas actuais formas residenciais urbanas na periferia (centralidades urbanas) de Luanda.

Objectivos específicos:

1. Analisar a dimensão subjetiva dos ex-moradores de musseques face às alterações sociais decorrentes do novo contexto residencial urbano;
2. Identificar as alterações ecológicas decorrentes do relacionamento entre os sujeitos e as diferentes envolventes.

1.2. Formulação do Problema

Por conseguinte, apesar de muitas incertezas da definição clara do objecto, finalmente formulou-se a seguinte pergunta de partida:

Em que medida a nova realidade residencial urbana na periferia de Luanda é factor de transformação socio-ecológica no relacionamento entre os sujeitos e suas envolventes?

II. ESTRUTURA CONCEPTUAL

Em várias partes do mundo o problema da habitação tem se revelado de difícil de resolução e gestão. Paralelamente coloca-se a questão ambiental que consta da actual agenda mundial. Ambas realidades podem ser analisadas no âmbito do fenómeno urbano que atravessa diversas disciplinas e instituições diferenciadas pelos seus substantivos de estudo.

Segundo o relatório das Nações Unidas “World Urbanization Prospects-2001 Revision” prevê que a globalidade do crescimento populacional esperado para o período de 2000 a 2030, cerca de 50% da população mundial irá centrar-se nas áreas urbanas. Para além do êxodo rural e da expansão geográfica dos aglomerados urbanos e da transformação das comunidades rurais e urbanas, o outro factor será igualmente o crescimento natural da população no espaço urbano.

Na esteira de Rodrigues (s/d) a urbanização implica a adopção de novos modelos sociais e culturais, grande parte das vezes mais próxima dos modelos ocidentais e influenciados pelo fenómeno da globalização. Conceitos como urbano e cidade não são pacíficos uma vez não existem critérios consensuais que delimitem o número de habitantes numa localidade para ser considerada urbana; do mesmo modo não há critérios objectivos que definem a cidade, ficando a questão de se saber se cidade refere ao espaço geográfico e a sua estrutura física ou aos modos de o habitar.

A urbanidade não implica necessariamente a implantação de cidades, pode significar igualmente o grau de incorporação de racionalidades e práticas urbanas. Para Almeida, urbanização designa “os processos de concentração populacional em zonas urbanas e, num sentido mais lato, para designar a difusão alargada de modos de vida urbanos fora do próprio espaço das cidades” (Almeida 1994:90).

As migrações, urbanização, terciarização, globalização, as dinâmicas de desenvolvimento económico, político, ecológico, cultural e social e outras são processos estruturais associados à modernidade, catalisadores de mudanças profundas ao nível global e com implicações notórias “ao nível da espacialização das relações sociais, alterando

radicalmente o modo como os indivíduos e as sociedades se inscrevem no espaço geográfico que é ele mesmo alterado na sua configuração” (Almeida 1994: 85).

2.1. A cidade enquanto espaço social construído. Abordagens Ecológicas

Subsiste a ideia de subalternização da natureza pelo homem, ou seja, o ambiente é concebido como sendo um bem ao serviço das atividades humanas, por isso, ele apropria-se e transforma a natureza criando nela condições para perpetuar a sua espécie. Entretanto, uma outra visão encara o homem numa relação integradora e de interação intrínseca e permanente com a natureza, que a transforma, adaptando-a às suas necessidades.

A biodiversidade animal e vegetal, para a sua sobrevivência, procura adaptar-se às condições ambientais da natureza onde se insere, contrariamente ao ser humano que adapta o ambiente às suas necessidades. A transformação da natureza pelo homem resulta na produção da paisagem geográfica sobretudo a ocupação do espaço pela implantação de áreas habitacionais e industriais para o desenvolvimento de actividades económicas e sociais colocando em prejuízo a harmonia ou preservação dos ecossistemas, provocando sobretudo nas cidades problemas sociais e ambientais, que desencadeia situações e conflitos entre as necessidades do homem e a capacidade de resposta da natureza.

A ecologia humana procura estudar precisamente o relacionamento entre os sistemas sociais e os sistemas ecológicos, ou seja, as relações que humanos estabelecem entre si e as que estabelecem com o meio envolvente visando sempre a busca de harmonia, como nos recorda Park, a Ecologia Humana é “ uma tentativa de investigação dos processos pelos quais o equilíbrio biótico e o equilíbrio social se mantêm uma vez alcançado” (citado por Silva 1993:31).

O sistema social realiza-se no espaço rural e urbano assim como o indivíduo realiza-se no espaço social e físico. Os modos de pensar a cidade, inspirada no Darwinismo social, serviu de base investigativa que levou Park, Burgess e McKenzie a desenvolverem a jovem teoria que veio a designar-se até aos dias atuais de ecologia social ou ecologia humana. Assim, para esta disciplina os processos de estruturação das comunidades urbanas assemelham-se aos das comunidades animais e vegetais, em suma, a cidade como comunidade urbana é percebida como um organismo natural que é submetida aos processos

de selecção e competição para a formação da organização do seu sistema (Xiberras 1993: 99); ideia também sustentada por Rivière (2014: 93) “Em qualquer nicho ecológico se verificam ajustamentos, adaptações e lutas pela vida, conforme a relação entre as disponibilidades do meio e a quantidade de população, o crescimento populacional, que leva quer à conquista de outros territórios, quer à modificação das técnicas de utilização do meio”.

Park (1992), co-fundador das teorias da ecologia social ou humana, não reduz o entendimento de cidade à existência de infra-estruturas como prédios, telefones, luz eléctrica, elevadores, rede de transportes, instituições administrativas, escolas, hospitais e esquadras de polícias. Ideia também reforçada por Alves que no seu entendimento a cidade vai para além do “combate aos bairros de habitação degradada...o crescimento da mobilidade das populações através da construção de grandes sistemas de transportes públicos que alteraram o papel dos centros e das periferias e o desenvolvimento dos sistemas de infra-estruturas básicas e de equipamentos sociais” (Alves 2000:).

O termo cidade não é uma realidade de compreensão pacífica uma vez que os critérios para a sua definição são variáveis, mas existem pelo menos dois níveis de leituras claramente distintas que podem servir de pontos de partida para tal discussão: uma descritiva e a outra interpretativa. Ao nível descritivo chamar-se-ia cidade à realidade material concreta ou reduzir-se-ia ao nível interpretativo que diz respeito às suas funções sociais no espaço urbano?

Park fundamenta que a cidade não é uma simples estrutura física e artificial. A vida urbana não se consubstancia em viver em estruturas físicas, é antes de mais uma cultura que se constrói e se transmite. A cidade está envolvida no processo vital das pessoas que a compõem, é particularmente produto da natureza humana. É um estado de espírito, um conjunto de hábitos e costumes, de atitudes e sentimentos intrinsecamente ligadas à organização social e que são transmissíveis. Ainda na esteira de Alves (2012:77), a “cidade só faz sentido como espaço de encontro do outro, de convívio com o diferente” que propicia a aprendizagem. Sem conteúdos que são as pessoas, o betão da cidade não vale nada, ela é morta. Gama (2012) encara a cidade como um “lugar de produção e de consumo, indissociável da sociedade capitalista...a cidade é a maior unidade com capacidade para gerir os numerosos desequilíbrios urbanos que afetam o mundo moderno:

arquitetónicos, sociais, económicos, políticos, recursos naturais e ambientais”; para Castell a cidade é o espaço de consumo coletivo, do uso e do quotidiano. O autor atribui ao Estado a responsabilidade económica e social de produção dos meios essenciais de reprodução da força de trabalho provendo saúde, educação, habitação, equipamentos coletivos, etc. A cidade é o espaço da competitividade urbana; é um meio ambiental cuja realidade espacial e social é construída, percebida e vivida.

Na cidade verifica-se a promoção “de novos estilos de vida onde as questões estéticas e as culturais assumem papéis estratégicos no modo como as pessoas organizam a sua vida”. Nela “as pessoas estão muito mais dependentes da institucionalização do que das relações familiares” (Alves 2012:75-77).

Entretanto, nem todos autores têm uma percepção otimista sobre o quadro encantador com que se pinta o espaço cidade, e Leff é um dos seus representantes que entende que na cidade “Passou-se de um processo de geração de estilos de vida para um outro, de acumulação de irracionalidades (tráfego, violência, insegurança) ” (Boeira 2002:2). O autor vai mais longe, para ele o capital converteu a cidade em “ lugar onde se aglomera a produção, se congestiona o consumo, se amontoa a população e se degrada a energia. Os processos urbanos se alimentam da super-exploração dos recursos naturais, da destruturação do entorno ecológico, do dessecamento dos lençóis freáticos, da sucção dos recursos hídricos, da saturação do ar e da acumulação de lixo” (Boeira 2002:1).

Barreto (2010: 23), ameniza esse conflito entre otimistas e pessimistas e o por isso enfatiza que “O espaço físico da cidade deve ser entendido, simultaneamente, como suporte e resultado da ação humana, ou seja, o elemento que permite estabelecer a inter-relação com a população que o ocupa, que o criou, utiliza e transforma. É nesse espaço físico concreto que interagem as capacidades, as atitudes, as características e as atividades dessa população, enquanto grupo social, num espaço temporal alargado”.

2.2. Período Colonial

A compreensão da realidade urbana caótica e das várias formas residências, bem como as alterações ecológicas em Angola e mais concretamente em Luanda remonta desde a sua criação. Luanda nasce oficialmente em 1576, logo foi dotada de órgãos de administração e fortaleza, com uma população dedicada essencialmente ao comércio. Nessa época desempenhou a função de cidade e porto. Foi local de concentração e comércio de escravos. Precisamente, no período de tráfico negreiro configurou a oposição entre uma cidade Alta, centro do poder administrativo e eclesiástico e a baixa, centro comercial para a venda de escravos. Numa obra de antropologia recentemente publicada sobre os moradores de bairro na periferia de Luanda, lê-se “ A cidade Baixa correspondia a um espaço onde conviviam o grupo crioulo multirracial e os africanos, livres e escravos. As importantes construções portuguesas não estavam muito distantes das cubatas, ou seja, as casas africanas de palha ou adobe” (Pereira 2015:98).

Durante cerca de três séculos serviu de palco aos escravagistas, muito ligados ao Brasil. Até finais do século XIX, mais concretamente em 1881, tinha uma população de 11 172 habitantes, número que veio a crescer para 475 328 em 1970. Nessa altura, Luanda começou a sofrer transformações na sua paisagem geográfica com o surgimento de edifícios altos, desaparecimento de espaços verdes, crescente densidade populacional em consequência do êxodo rural, insuficiência nos equipamentos coletivos e sociais, subida do custo de vida que se repercutiu no fraquíssimo poder de compra e os elevados custos de terrenos, a concentração de maior parte das atividades no centro histórico da Baixa¹ sem outros polos de desconcentração, a incapacidade de absorção laboral de jovens vindos do meio rural, ávidos de trabalhar, embora sem qualificação e constituísse mão-de-obra barata, produziu desequilíbrios entre o elevado custo de vida e os baixos salários ou falta de

¹A Baixa corresponde, atualmente, à parte da cidade onde estão os edifícios, grandes casas, o comércio organizado, as repartições do Estado, os prédios do governo, os serviços, e onde moram as pessoas mais abastadas. A “Baixa” já não é mais a faixa que acompanha a baía de Luanda, a Avenida 4 de Fevereiro, antiga Marginal, que se estende desde o início da Ilha de Luanda até o Porto, ladeando a baía, e as ruas adjacentes como Rainha Jinga e Major Kanhangulo. A noção de baixa se expande hoje para o que antigamente se chamava de “cidade do asfalto”, subindo até o Largo da Mutamba e os bairros das Ingombotas, Maculusso e Maianga, chegando até ao Largo da Sagrada Família, próximo ao elegante Alvalade, antes um bairro distante, no alto da Maianga, que era o bairro do subúrbio chique dos fazendeiros de café (Pereira 2008: 53-54).

emprego. E como as pessoas precisavam de abrigo, aliado à falta de medidas de planeamento urbano, tal situação favoreceu o crescimento urbano desordenado. Cenário que deu lugar ao surgimento de musseques, que foram circundando o casco urbano, onde os modos de vida dos seus moradores estaria sendo progressivamente desarticulado pelo contraste com o modo de vida ocidental, implicando não só adaptação mas também conflitos e acomodação (Amaral 1983).

Havia no período colonial uma evidente segregação residencial no espaço urbano, tendo-se acentuado dos pontos de vista racial e social. A política colonial portuguesa produzia profundas desigualdades quer do ponto de vista da estrutura social e económica quanto do ponto de vista da ocupação do espaço e a Lei do indigenato, traçada pela política colonial em 1926 é prova disso. Na época colonial no centro histórico da baixa, o casco urbano de Luanda, viviam os brancos, as pessoas abastadas e nos musseques os negros e os pobres.

Quanto à estrutura social, observa-se uma distinção básica: a sociedade estava estratificada entre civilizados, o homem branco colonizador; assimilados seriam os negros que adotassem e interiorizassem elementos da cultura metropolitana e finalmente os indígenas, estrato inferior de africanos que não fossem assimilados. Esta distinção estendeu-se inclusivamente ao tipo de empregos, sendo os trabalhos com baixa remuneração reservados aos brancos metropolitanos, os africanos desenvolviam igualmente atividades com baixa remuneração, entretanto fora das suas terras o que provocou pobreza acentuada no seio da população africana (Pereira 2015).

Já nessa época“ havia diversos relatos sobre a precariedade da cidade, em que a ausência de infra-estruturas se fazia sentir pelo mau fornecimento de água, o precário sistema de iluminação pública, a falta de passeio público e (...) a ostentação de riqueza. Senhores e senhoras desfilavam pelas ruas, exibindo uma extensa criadagem, no meio do lixo, da lama e da proliferação de doenças, numa atmosfera, portanto, não muito diferente da de Luanda no fim do século XX (Pepetela citado por Pereira 2015: 98).

Pereira descreve a situação de Luanda nos seguintes termos:

a entrada de colonos nas primeiras décadas do século XX acentuou a expulsão de africanos do centro da cidade e, posteriormente, a demolição de seus bairros crioulos (...) tal processo de expulsão se iniciara com o fim do tráfico e da escravidão, em que já não havia necessidade de manter grandes quintais com escravos para uso doméstico ou comercial (...) é também nesse período que apareceram os primeiros musseques...em que parte da camada crioula foi incorporada à categoria jurídica de assimilados, separando-a do grupo dos indígenas, os africanos “não aculturados”, mas também afastando-a do grupo dos metropolitanos, que eram, de antemão, parte do grupo “civilizado”, juntamente com os brancos nascidos em território angolano...as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas... pela pressão e expulsão dos africanos de suas terras, como, no âmbito urbano, a pauperização da camada assimilada (e, em menor escala, dos angolanos brancos), em decorrência das limitações que incidiram sobre os empregos, os cargos do funcionalismo público e os salários (havia diferenças salariais entre colonos e angolanos...a segregação urbana piorou dos pontos de vista racial e social. Nas décadas de 1950 e 1960, os rendimentos do café deram forte impulso à construção civil, resultando em muitas casas e edifícios destinados à famílias portuguesas que, cada vez mais, chegavam a Angola...nesse período, assistiu-se igualmente à chegada de muitos africanos saídos da área rural, fugindo do empobrecimento no campo e do regime do “contrato” (trabalho compulsório), ou seja, em busca de ascender socialmente, por meio da educação e do trabalho assalariado na construção civil ou na indústria nascente...com o desenrolar da luta de libertação... houve grande pressão sobre a população rural. O rápido crescimento populacional da capital avivou a precariedade da infra-estrutura...nos musseques, a tônica era a indiferença governamental, sem qualquer promessa de saneamento, luz ou serviços de saúde”...em 1960, já se observa nos musseques de Luanda uma composição populacional que obedece a princípios regionais de residência...do ponto de vista etnolinguístico, a população dos musseques de Luanda era predominantemente quimbundo, por ser a região que cerca a capital. Havia um pequeno, porém expressivo contingente ovimbundu e uma presença ainda menor dos bakongo. Tal distribuição se explica, assim pela ordem de chegada das famílias migradas, que

abrigam os parentes que vem posteriormente. Em sua rede de acolhimento na cidade, parentes, vizinhos e amigos da região de origem vão contruindo casas próximas umas das outras, de acordo com a mesma lógica que permite identificar, a partir da década de 1980, bairros com grande número de regressados... o quadro urbano luandense alterou-se significativamente com a independência em 1975...a intensa saída de portugueses e angolanos causada pelo acirramento das tensões sociais numa transição encaminhada de forma extremamente conturbada, assistiu-se à chegada de grande contingente de angolanos vindos do interior do país...Nesse momento, houve grande reordenamento da cidade, com a ocupação de apartamentos e casas deixados pelos portugueses e moradores dos bairros menos privilegiados, e a subsequente reocupação dos musseques pelos recém-chegados (Pereira 2015: 98-100).

2.3. Musseques de Luanda

O significado da palavra musseque não é ainda pacífica (?), parece possuir outras acepções. Entretanto, defendemos a versão segundo a qual o termo musseque tem origem numa das línguas bantu, o Kimbundo. É também das mais faladas em Angola, cujo prefixo *Mu* significa *lugar* e a raiz *Seke* significa *areia*. A palavra foi aportuguesada por musseque, que se refere ao terreno arenoso e vermelho característico da então periferia de Luanda, e por extensão designa as habitações pobres que aí se instalaram e cresceram (Amaral 1983:). O prefixo *um* poderia significar também “homem”, ser humano” como temos no “*muntu*” – singular de bantu. E com *seke* seria “homem da terra ou da areia (?)”. São bairros caracterizados pela ausência de urbanização e saneamento, apresentando um acentuado contraste à cidade urbanizada, que concentra os equipamentos urbanos modernos, com seus serviços e a combinação do comércio formal e informal. O musseque é qualquer coisa parecida, às favelas do Brasil, os “caniços” de Moçambique ou aos “*slums*”² da África do Sul. É preciso esclarecer que o surgimento, a organização, estrutura e modos de vida inerentes a essas designações diferem do surgimento, estrutura, organização e modos de vida de guetos³. É comum, em Luanda, designarem os bairros periféricos guetos. Parece

² Um *slum* é uma área de dilapidação imobiliária que, por extensão, tende a designar uma vizinhança de má reputação e indesejável para as classes baixas. Essa palavra descreve um tipo de ocupação urbana similar à das favelas brasileiras, mas que também pode ser aplicada para descrever algo similar aos cortiços (Wacquant 2004:156).

³ No discurso popular é comum as pessoas usarem o termo Gueto para se referirem à periferia não urbanizada, ou seja, o musseque. Usa-se sobretudo o termo gueto para a periferia informal, desordenada, distante do centro da cidade, onde a pobreza urbana é extrema, onde não há equipamentos sociais, não há infra-estruturas, onde a água canalizada e a electricidade instalada são apresenam fornecimento deficiente..

Por esse motivo, urge esclarecer que não se deve simplificar e confundir o termo gueto com outras categorias habitacionais precárias. Guetos diferem de Musseques, Sluns e de Caniços. A pobreza, a segregação espacial e o conglomerado étnico podem ser características de um gueto, mas são suficientes para que determinada realidade seja considerada gueto. Assim, nem todos os guetos são pobres e nem todas as áreas pobres, segregadas e étnicas são necessariamente guetos. O gueto não é uma área que surge de modo natural, é produto da história da migração. É forma intencional e “especial” de violência colectiva concretizada no espaço urbano. O significado do termo foi ainda mais dissolvido ao ser aplicado ao estudo dos padrões sócio-culturais específicos dos homossexuais em cidades de sociedades avançadas “em resposta ao estigma e à libertação gay”; na Europa Ocidental, o conceito foi dissolvido por meio de animados debates científicos e políticos sobre as ligações entre a imigração pós-colonial, reestruturação econômica pós-industrial e a dualização urbana. O gueto é um meio sócio-organizacional que usa o espaço com o fim de conciliar dois objetivos antinômicos: maximizar os lucros materiais extraídos de um grupo visto como pervertido e perversor e minimizar o contacto íntimo com seus membros, a fim de evitar a ameaça de corrosão simbólica e de contágio (Wacquant, 2004).

que o termo gueto, no actual contexto, vem substituir o termo musseque amplamente utilizado no período colonial.

Para Amaral, os musseques são tão antigos quanto a própria cidade e prognosticou que a realidade era tão complexa quanto à tentativa de resolução desse fenómeno:

“ os musseques, como bairros de miséria e transição, nasceram logo após à criação da cidade, primeiro sob a forma de quintais onde os traficantes de escravos acumulavam as suas “peças” para exportação, depois como aglomerados de cubatas...à medida que a cidade foi progredindo[...]os musseques passaram a ser excluídos da área central, empurrados para o planalto[...]situam-se cada vez mais longe do centro urbano e são constantemente ampliados pela chegada de novos imigrantes...os musseques continuam a ser e serão sempre um dos problemas mais importantes de Luanda”. (Amaral, 1983: 296).

2.1. Período pós- independência

A situação urbana de Luanda veio a conhecer outro cenário na década de 70 com a saída:

de meio milhão de colonos portugueses e milhares de angolanos deixou prédios e casas que foram tomados por parte da população que vivia nos bairros menos favorecidos. A rápida reocupação da cidade, logo após a independência, ocasionou a degradação do equipamento urbano e o progressivo inchamento da cidade, agravado ainda com o recrudescer da guerra civil, a desorganização da economia rural e o esvaziamento paulatino das áreas rurais”... Luanda passou a abrigar cada vez mais população vinda do resto do país (Pereira 2008:55), que procurava alternativas de sobrevivência num espaço não dimensionado para o número de pessoas que veio a acolher.

Se a saída dos colonos portugueses parecia ter resolvido parte da questão habitacional, outro problema emergiu, que residia no facto de que as habitações então

ocupadas pelas populações vindas de contextos não urbanizados ou da não-cidades muito rapidamente começou a mudar sua aparência porque a população “não tinha hábitos de vida adequados ao novo tipo de alojamento. A transição rápida da casa térrea, com área social ao ar livre e sem saneamento, para uma vida em apartamento de prédios providos de elevadores, acessos verticais e espaços sociais interiores comuns levou à degradação dos edifícios” (Bettencourt, 2011).

Na década de 60, período que marcou o ponto de saturação da população negra e mestiça sob domínio colonial deu lugar, a guerra que envolveu angolanos e portugueses que depois culminou com a conquista de independência pelos primeiros, fez com que muitos angolanos se refugassem em países vizinhos com os quais partilham uma longa fronteira. Com a independência conquistada e proclamada a 11 de Novembro de 1975, seguiu-se a fase de transição que formou a primeira república na história de Angola independente. Ainda no período de transição de colonização à independência, entre 1977 e 1980, muitos angolanos refugiados e filhos destes nascidos no ex-zaire marcou uma fase de retorno. O país regista o regresso de refugiados quer de forma individual quer em pequenos grupos, e muitos deles com formação académica e profissional elevada para o contexto da época (Pereira, 2015).

Segundo Rodrigues (s/d) “A análise realizada nos bairros coloca em evidência a elevada percentagem de pessoas que migraram para a cidade depois de 1975, ano da independência (67%). 15% Emergiram antes dessa data ou sempre viveram em Luanda e 17% dos inquiridos vem para a cidade após 1992, ano das eleições multipartidárias”

Apesar do processo de alargamento da periferia que se assistia em Luanda, o surgimento de novos bairros após a independência não apresentava, em algumas zonas, o mesmo tipo de construções feitas a pau-a-pique, madeiras e cobertura com chapa de zinco. Os regressados do ex-Zaire, actual RDC, que se implantaram amplamente nos bairros Palanca, Mabor e Petrangol, não reproduziram mais construções do tipo referido acima. Introduziram outro modelo de construção, talvez por força da aculturação uma vez que o tempo de permanência no exterior fez-lhes entrar em contacto com os elementos culturais alheios. As habitações que se seguiram eram feitas de blocos, com ruas ordenadas mas sem infra-estruturas como estradas asfaltadas, calçadas, esgotos nem serviços de saneamento. Os

bairros não dispunham de electricidade, água canalizada nem de serviços. Esses bairros, afastados do casco urbano, construídos de modo informal sem a intervenção directa do Estado, à medida que se foram formando por comunidades relativamente homogéneas, sobretudo próximo das antigas zonas económicas, eram identificados ou com os nomes das respectivas áreas de origem, ou com os nomes de instituições ou outras referências nas áreas de acolhimento. Assim formaram-se os bairros Congolenses (população oriunda do Congo), Petrangol (bairro formado em torno da única refinaria de Luanda), Mabor (bairro formado em torno da fábrica de pneus), Golf, Cimangol (bairro em torno da fábrica de cimentos), Malanjinho (população oriunda maioritariamente de Malanje) Uige (população oriunda maioritariamente da provincia do Uige), Madeira, Kantinton, Palanca, Kapalanca, Malueca, Pedreira, Sapú, Calemba, Camama, entre outros.

Na sua obra *A Gestão da Doença no Espaço Sociocultural e Urbano de Luanda*, a socióloga Fátima Viegas faz a seguinte descrição: “Os «musseques» de Luanda até 1990 estavam agrupados em 20 bairros, em constante transformação tanto no interior com a construção anárquica de casas, como geograficamente...” (Viegas, 2015:104). Para ela, a ocupação de terras que propiciaram a expansão da cidade para a periferia foi feita por populações com procedência nas províncias de Malange, Uige, Kwanza-Sul e Kwanza-Norte.

A densidade populacional em Luanda, em 2000, atinge quase uma quinta parte da população total do país (13.134.0), associado à incapacidade logística e administrativa nos locais de acolhimento tendo, então como era de esperar, desencadeado uma série de problemas quer nas infra-estruturas da cidade quer ao nível socio-económico. Essa situação terá concorrido para que a população de Luanda fosse apontada, em 1993, como tendo um nível de vida abaixo da linha de pobreza (Viegas, 2015).

2.2. Expansão urbana no período pós- Guerra

Observa-se um rápido crescimento das áreas urbanas em várias partes do mundo, sobretudo nos países em desenvolvimento, motivado essencialmente por dois factores: o

crescimento natural da população e os movimentos migratórios quer de zonas rurais para as urbanas quer por outros tipos de migrações.

Em África, factores económicos, ecológicos, instabilidade política e outras formas de insegurança são seguramente os principais motivos que justificam actualmente os movimentos migratórios internos e entre países. O fenómeno globalização aliado aos avanços tecnológicos quer no sector de transportes quer nas comunicações catalisam e facilitam sobretudo os movimentos migratórios ao nível internacional.

Angola que emerge de uma guerra civil prolongada, cujo termo seu deu oficialmente com a assinatura do memorando de entendimento, a 4 de Abril de 2002, entre as partes conflituantes, de um lado as FAPLA representando o governo e do outro as FALA, braço militar da UNITA, é exemplo disso mesmo.

Com o fim da guerra regista-se um aumento nos fluxos migratórios; observa-se dois tipos de movimentos migratórios: a migração interna e a elevada imigração de contingentes de população para Angola em busca de oportunidades de empregos, negócios e segurança. Também é facto a existência de movimentos migratórios internos no sentido urbano-rural. Com a desminagem de vastas áreas de terras no interior do país, há uma tendência de aquisição de terras para a prática de actividades agrícolas ou para construção de habitações familiares motivado pela tentativa de recuperação do modo de vida perdido.

Segundo os serviços de migração e estrangeiros (SME) de 1990 a 2002, não houve um controlo sistemático sobre os movimentos migratórios em Angola. Com o fim da guerra em 2002, esperava-se que os milhões de pessoas deslocadas e refugiadas durante as hostilidades regressassem aos locais de origem. Porém, é a partir da última data que se assistem maiores movimentos migratórios quer de nacionais quer de imigrantes devido à estabilidade política e a reconstrução de vias de comunicação que permitiam a circulação de pessoas e bens. A maioria das pessoas que se deslocaram para Luanda permaneceram e poucos revelaram intenção de sair. Em termos de registos oficiais, somente em 2007 registaram-se fluxos migratórios observáveis por vias terrestres, aéreo, marítimo e fluviais. Nessa data, o país registou o regresso de 8.710 cidadãos nacionais que viviam em países vizinhos com o estatuto de refugiados. O período compreendido entre de 2003 a 2006, a

partir do Aeroporto Internacional de Luanda registou a imigração de 135.956 cidadãos nacionais, tendo emigrado 135.987. Foi também a partir deste período que intensifica a imigração de estrangeiros, tendo então registado nesse intervalo um contingente de 192.909 cidadãos estrangeiros e a emigração de 157.267 de cidadãos igualmente estrangeiros. O território angolano registou movimentos migratórios significativos, no período entre 2007 a 2010, sendo os extremos os anos de 2007 com 459.772 para 1.123.132 imigrantes em 2010 (Milagres e Santos, 2013). Com a implantação de empresas estrangeiras no território angolano, acelerou-se a imigração de cidadãos ligados às nacionalidades dessas empresas.

Angola possui abundantes reservas de petróleo em alto mar, jazidas de diamantes, enormes florestas, terras agrícolas férteis, embora algumas delas ainda minadas, uma extensa costa marítima banhada pelo oceano atlântico, rico de uma diversidade de cardumes, vários rios com potencial de produção de eletricidade significativo.

Antes da independência o país constou da lista dos países exportadores de alimentos, um dos maiores produtores de algodão e de café do mundo. Com o fim da guerra a economia do país melhorou significativamente e tornou-se atractiva, tendo-se verificado uma redução da inflação, de uma estabilização da taxa de câmbio e um crescimento exponencial no sector da construção e agricultura. Por esses e outros motivos, Angola recebe investimentos estrangeiros directos do Brasil, Portugal e África do Sul. Tem também uma importante linha de crédito com a China para o financiamento de uma série de infra-estruturas: estradas, linhas férreas, aeroportos, habitações sociais, escolas, hospitais. Etc. A necessidade de mão-de-obra em função das necessidades do país justifica a importação de mão-de-obra para a execução dessas obras (Stead e Rorison 2011:16-18). À lista de prestadores de serviços, adiciona-se: Cuba, EUA, Filipinas, França, Gabão, Grã-Bretanha, Índia, Mauritânia, Rússia, Vietname (Milagres e Santos, 2013).

Fátima Viegas sustenta “...com a intensa migração estrangeira, oriunda de alguns países africanos, Luanda tornou-se um espaço diluído entre o urbano e o semi-urbano, superlotado de bairros periféricos, de tal modo que quase não se diferencia a «fronteira» entre a zona urbanizada e a periferia, vulgarmente conhecida por «musseques»...” (Viegas, 2015:104).

No caso de Angola, é recorrente o registo de imigrantes clandestinos, sobretudo de africanos, devido a vasta fronteira que partilha com os países vizinhos. Cidadãos da RDC,

Republica do Congo-Beazzaville, na África ocidental o destaque vai para Malí, Senegal, Gâmbia, Guiné (Conacry, Bissau e Equatorial), Costa do Marfim, Camarões, Ghana e Togo. Muitos desses registam maior concentração nas áreas de ilícita e exacerbada extracção mineira (Afonso 2012:199).

Estudos apontam um contínuo crescimento da população urbana global durante os próximos tempos, com ele também a um aumento dos níveis de pobreza urbana devido à incapacidade de resposta económica e social nos locais de acolhimento.

Os espaços urbanos, pela sua dinâmica, caracterizados pela oferta de oportunidades económicas e sociais, o crescimento de mercados e dos serviços, associado ao liberalismo exacerbado em relação à propriedade privada, fez com que as áreas mais urbanizadas e melhor localizadas em relação ao centro da cidade ficassem reservadas para as pessoas da classe alta e uma franja da emergente classe média, àqueles segmentos cujo poder de inserção no mercado de consumo é alto o suficiente para a aquisição da terra urbanizada. Do outro lado do espectro social, em vista de seus baixos rendimentos económicos, estão as camadas mais empobrecidas da população, privadas ao longo da história da possibilidade de participar do mercado formal de habitação, ocupando, muitas vezes de forma ilegal, as áreas mais precárias do ponto de vista da infra-estrutura urbana e mais distantes em relação as melhores localizações da cidade.

Com a acelerada urbanização e a ocupação desordenada de alguns imóveis construídos pela administração colonial grande parte deles ficou destruída e outros ficaram degradados (Pereira 2015). Alguns bairros, que séculos antes eram de cubatas hoje são as áreas de transição, foram requalificados com asfalto, passeios e drenagem, com prédios e trânsito intenso. Os bairros de cubatas eram os locais onde residiam os africanos, pessoas afastadas da cidade daquela época, a baixa, onde residiam os colonos.

Esse cenário de “incorporação desses bairros à cidade seguiu o acelerado crescimento urbano de Luanda ao longo do século XX, que implicou a expulsão progressiva dos africanos para bairros mais afastados, os musseques” (Pereira 2014:80), realidade que se reproduz fielmente até aos dias de hoje.

A população dos musseques era essencialmente constituída de trabalhadores com a categoria de mão-de-obra barata. A situação persiste como realça o sociólogo Paulo de Carvalho (2012) “Não podemos continuar a gabar-nos de terem entrado alguns milhares de pessoas na função pública, quando de facto se está a criar mais subemprego que emprego (...) Todos os dias nos deparamos, por exemplo em Luanda, com mão-de-obra que não é aproveitada”. Na opinião da antropóloga Brasileira Luena Pereira “A distinção da ocupação urbana em relação ao tempo colonial ficou desfasada pela forma de apropriação dos espaços após a independência, quando a saída de milhares de colonos portugueses e também de angolanos deixou vazios prédios e casas que foram tomados por parte da população que vivia nos bairros menos favorecidos. A rápida reocupação da cidade e a degradação dos equipamentos urbanos, agravados pelo recrudescimento da guerra civil e o esvaziamento paulatino e a desorganização económica das áreas rurais” (Pereira, 2014: 84).

Estudos desenvolvidos pela Organização Não-governamental (ONG), Development Workshop (DW), postulam que no caso de Angola a maioria dos habitantes das áreas peri-urbanas teve acesso a um pedaço de terra para a construção de uma habitação “através de mecanismos informais, num processo que envolveu, muitas vezes, as instituições administrativas locais” (DW, 2005: 22). Para a ONG, o processo de segregação do espaço urbano remonta à independência até aos nossos dias e o mecanismo mais utilizado tem sido a compra informal de terra, com documentos de compra e venda mediante testemunha. Este cenário tem como substracto o facto de existir um mercado de terras informal, quer para arrendamento de residências que é um negócio rentável, quer para a compra de terrenos e de casas (DW, 2005).

Durante o período de guerra não se tornou público alguma política de redução da ocupação dispersa do território, não houve trabalhos relacionados com a densidade e uma forma urbana atraente, orgânica e contínua que previsse condições para a concepção de projectos de arquitectura muito bem qualificado em termos de opções gerais e de pormenor, e que se aplicasse para uma solução tipológica bem estudada e fundamentada visando a resolução da expansão urbana.

O processo de compra de terrenos mediante testemunho, que deveria ser adquirida mediante procedimento administrativo formal e legal, confere a grande maioria da população peri-urbana alguma forma de segurança em relação à propriedade.

Essa instituição que se dedica também ao estudo das questões urbanas defende que:

a oferta de terra por parte do Estado tem sido virtualmente nula (...) a capacidade do Estado regularizar a ocupação informal de terras tem sido mínima (...) dado o elevado nível de segurança que os ocupantes sentem e as oportunidades limitadas de acesso a terra, a maioria dos agregados peri-urbanos tem feito investimentos consideráveis para consolidar a posse da terra em função das suas circunstâncias económicas e pela necessidade de melhorar a sua situação social e poder a propriedade sob forma de herança (DW, 2005: 23).

Essa situação, em Angola tem resultado na demolição e no desalojamento forçado de muitas famílias quando os locais onde constroem habitações de modo informal, do dia para noite o Estado aparece e manifesta interesse de o possuir sob alegação de ser reserva fundiária do Estado. As famílias desalojadas nem sempre conhecem o melhor destino, umas são atiradas em tendas ou ao relento.

Uma vez que as atitudes em relação à terra estão profundamente ligadas aos valores culturais, embora esta realidade varia de país para país, de uma zona urbana para outra e mesmo dentro de uma mesma área urbana, a terra é tão importante para os habitantes das zonas urbanas, em diferentes situações social, económica e política.

Nessas condições era imperativo o Estado surgir, como grande produtor de valorização imobiliária, seja por meio da regulação seja por meio do investimento, deveria ainda capturar as rendas fundiárias derivadas dessas acções para estabelecer um padrão de urbanização. Realidade que só vem acontecendo e com muitas irregularidades desde 2008.

Para a Organização não-governamental DW, os níveis geralmente elevados de pobreza estrutural, ligada aos altos níveis de dependência, aos baixos níveis de provisão de infra-estruturas sociais, associado à grande fragilidade da capacidade legal, administrativa, técnica e de investimento do Governo - a todos os níveis - no que diz respeito ao desenvolvimento urbano (planificação urbana, investimento em infra-estruturas, gestão de

terras, assistência à construção, etc), e os constrangimentos estruturais à acentuação do sector privado nesta área, acentuam a necessidade de políticas urbanas governamentais de nível nacional e de estratégias e programas/projectos de desenvolvimento urbano, que se concentrem na inclusão social e económica da maioria e não na sua exclusão (DW 2005). Esse quadro forçou a população a erguer habitações num modelo chamado de “autoconstrução”, isto é, a construção de casas por conta própria, sem a devida regularização, tem sido a norma numa cidade em que o *deficit* habitacional é altíssimo”, ou então “autoconstrução dirigida” nos casos em que há uma virtual e quase nula intervenção do Estado (Pereira 2015).

A pressão demográfica nas capitais de províncias e em Luanda em particular sugere modalidades de crescimento urbano como “metropolização, macrocefalia, megalópole, e de outros que focalizam a relação entre a cidade e o campo como suburbanização, rurbanização, desurbanização” (Oppenheimer e Raposo 2013:39).

Foi em torno desse marasmo que o Estado viu-se forçado a construir um megaprojecto imobiliário que incluem casas de habitação social de diversas tipologias: dentre elas, umas de baixa renda para o realojamento de famílias em situação de risco; a segunda categoria é de renda média para o acesso mediante renda resolúvel. A construção desses projectos habitacionais vem de alguma forma mitigar a situação anárquica que se verifica nas áreas peri-urbanas cujo acesso à terra, regra geral, sempre aconteceu de modo informal e por isso o tipo de habitações não obedeceu a nenhum ordenamento o que faz com que os musseques sejam zonas de habitações precárias sem infra-estruturas. Situação que concorre para que os habitantes da periferia informal não vivam de forma condigna.

2.3. Panorama actual de Luanda

A cidade de Luanda está localizada na parte norte do país numa região litorânea semi-árida, o clima é quente e húmido, algumas vezes seco. A temperatura média anual situa-se entre os 25 °C, o período mais intenso de chuvas acontece entre Março e Maio. A sua periferia é ladeada pelo oceano atlântico, onde desagua o rio Kwanza e do outro lado o

rio Kifangondo. Luanda dispõe de três estradas nacionais sendo uma em cada sentido Norte, Leste e Sul.

Os tradicionais habitantes de Luanda são membros da etnia ambundu, cuja língua é o kimbundo. Com as migrações populacionais para as cidades capitais das províncias que se verificou sobretudo no período de guerra e com o alcance da paz, aumentou a circulação de pessoas e bens nos dois sentidos: rural-urbano e urbano-rural, por isso, Luanda regista hoje membros de quase todos os grupos étnicos⁴. A língua oficial, o português, é a mais falada em todo o território, sendo faladas também outras línguas regionais dependendo do contexto em que se encontrem os interlocutores.

Luanda é uma cidade “metrópole”, um lugar muito agitado onde as diferenças entre ricos e pobres são extremamente acentuadas e visíveis. Devido a sua estabilidade, com o fim da guerra civil desde 2002, a cidade tem atraído milhões de imigrantes que se instalam em musseques, bairros precários, próximo do centro ou dos arredores da cidade. Com mais de seis milhões de habitantes, condição que o torna uma das mais habitadas de África.

A cidade foi fundada a 25 de Janeiro de 1576 pelo explorador português Paulo Dias de Novais. A sua população actual é de cerca de 7 milhões de habitantes, sendo a maior concentração demográfica uma vez que o país regista uma população total de cerca 26 milhões (INE 2016).

Em termos de extensão, Luanda é a menor província, com 24.651 km² de área. Com a reforma administrativa de 2011, Lei nº29/11 de 1 de Setembro, a província registou o alargamento da sua área, passando a contar com sete municípios contra os nove anteriores: Belas, Cacuaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Luanda, Quiçama e Viana. Os anteriores municípios de Ingombota, Kilamba Kiaxi, Maianga, Rangel, Samba e Sambizanga passaram à categoria de distritos do novo município de Luanda.

⁴ Angola apresenta hoje quatro espaços socio culturais que podem ser entendidos da seguinte modo: o Sociólogo angolano Victor Kajibanga apresenta três espaços socioculturais: Khoisan ou Hotentote-Bochimane, Vatwa ou pré-bantu e o bantu, o maior de todos, cada um deles distribuído em comunidades étnicas (Kajibanga, 2010:98); a também socióloga angolana Fátima Viegas, na sua obra “Intitulada A Gestão da Doença no Espaço Sociocultural e Urbano de Luanda”, apresenta Luanda como um espaço sociocultural (Viegas, 2015). O padre Raul Altuna designa Espaço ou área sociocultural “ao espaço abrangido por culturas semelhantes, mas esta semelhança é muito relativa, pois depende bastante dos aspectos focados: economia, religião, sistemas políticos ou processos técnicos” (Altuna, 1993: 20).

Desde a independência, pouco se fez em Luanda em termos de aperfeiçoamento nos seus equipamentos urbanos. A guerra condicionou a ausência de investimento na expansão e recuperação das infra-estruturas, somente depois de 2012 foi se vislumbrando impactantes intervenções no sector imobiliário.

Actualmente o centro da cidade tem registado requalificação em algumas das suas zonas, sendo uma delas a Nova Baía que apresenta um panorama moderno e atraente, vestida de espaços verdes, ladeada de novos e resplandecentes edifícios com tipologias diferentes, propriedades das companhias petrolíferas e uma rede de hotéis de luxo que contrastam fortemente com as modestas casas onde vive a imensa maioria dos luandenses.

No centro da cidade muitos edifícios, de construção colonial, apresentam um Estado avançado de degradação de seus prédios, as áreas de transição, os antigos musseques têm beneficiado de obras de requalificação sobretudo nas vias públicas e a inserção de calçadas, entretanto as redes de esgotos apresentam níveis de deterioração avançado, o saneamento básico e abastecimento de energia e água ainda é muito deficiente.

2.3.1. Políticas da habitação

O problema da habitação foi sempre um fenómeno de difícil resolução e gestão em Angola. Porém, assistiu-se nos últimos 15 anos o surgimento de alguns projectos habitacionais na zona sul de Luanda, sobretudo condomínios de médio e alto padrões. Iniciativas ligadas ao sector imobiliário privado, entretanto os preços para a aquisição das habitações revelaram-se exorbitantes para a capacidade económica da maioria da população.

Com vista a melhorar e salvaguardar a dinamização do processo da administração, da economia e da qualidade de vida das populações, o Estado no cumprimento do seu programa tem implementado um conjunto de investimentos públicos estratégicos e estruturantes, daí a produção de vários instrumentos jurídicos publicados em Diário da Republica:

- O Decreto 63/07 aprova os terrenos para a construção da nova cidade de Cacuo para a construção da nova centralidade naquela área;
- Resolução 77/09 postula que o Estado deve assumir o papel de orientador, dinamizador e regulador do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação
- O Decreto 279/11 cria a urbanização Sequele (Cacuaco);
- O Decreto 280/11 aprova o Plano de Urbanização do Centro Urbano Sequele e seu regulamento;
- O Decreto 107/12 aprova o regime de acesso aos Imóveis no Kilamba;
- O Decreto 62/11 estabelece as bases e o regime de organização administrativa da cidade Kilamba;
- O Decreto 190/14 o processo de construção das urbanizações Kilaba, Camama e Cacuo;
- O Decreto 32/11 cria a cidade Kilamba;
- Lei AN 26/15 regulamento do arrendamento urbano;
- Despacho PR 90/15 aprova o projecto de empreitada da fase 2, etapa 1, para a construção de infra-estruturas urbanas para 10.000 fogos na cidade Kilamba;

Depois de 4 anos de ocupação efectiva das moradias na cidade Kilamba, surge o Despacho Presidencial 26/16 que aprova a Minuta de contrato de empreitada para construção do canal de macro drenagem das águas domésticas e pluviais das centralidades Kilamba e Camama.

A construção da nova cidade de Luanda foi aprovada pelo Decreto 65/07, DR 97 – I Série, de 13 de Agosto de 2007, inclui também a construção das centralidades “Projecto Nova Vida”, o projeto “Talatona” e a cidade do “Kilamba”.

O desenvolvimento e implementação do projecto de urbanização de auto construção dirigida de Mussequ Capari, foi aprovada pelo Decreto 64/07 do DR 97 – I Série de 13 de Agosto de 2007.

Para a mitigação ou resolução da situação da habitação que continua a exigir reflexões profundas e ponderadas quer para a qualidade de vida das populações quer para organização e imagem do próprio país, a problemática habitacional, mereceu destaque no plano eleitoral do partido que sustenta o governo, o MPLA que prometia a construção de

um milhão de casas, daí que, desde 2008 está em curso um programa do executivo, que consiste na recuperação e construção de infra-estruturas e de habitações.

Actualmente, habitações sociais de diferentes tipologias e padrões têm sido construídas em algumas províncias do país onde são realojadas algumas famílias antes concentradas em zonas de risco ou em áreas de interesse do Estado de onde muitas delas foram forçadamente desalojadas.

Paralelamente foram construídos em algumas províncias do país centros urbanos ou bairros sociais verticais que no discurso oficial são designadas por “centralidades” que desde 2012 receberam os seus primeiros moradores cujos critérios de acesso às habitações é mediante contrato por renda resolúvel e, nessa conformidade, em busca de moradias condignas, bem-estar e melhoria da posição social, alguns sectores da sociedade, considerada por alguns como a emergente classe média, com alguma capacidade económica são confrontados com novos cenários urbanos de habitabilidades que constitui para eles a oportunidades de realização do “sonho da casa própria” provida de condições similares às habitações dos países ditos desenvolvidos.

No âmbito do fomento habitacional, Luanda, a capital do país foi a que mais projectos habitacionais recebeu. Neste momento, a par das habitações sociais térreas que foram atribuídas às populações realojadas, embora muitas ainda estão por realojar, Luanda conta com outras áreas residenciais cujas moradias são de formato vertical.

Para o presente estudo a eleição recaiu para três áreas residenciais, oficialmente designadas por “centralidades”.

2.3.2. A Centralidade face à expansão urbana: bairros e habitação social

A concentração de actividades produtivas na cidade é responsável por um processo que leva à emergência de áreas centrais em função dos diferentes usos do solo, de que resulta uma alteração da forma urbana e uma segmentação social e espacial, num espaço urbano mais alargado e mais complexo.

O centro da cidade transforma-se sobretudo no espaço de gestão da vida económica, política, social, cultural e assume a função de regulador das estruturas da cidade, graças a sua dinâmica que dispõe de redes de transportes que permitem percorrer maiores distâncias e uma maior articulação entre cidades, paralelamente as telecomunicações encurtam progressivamente as distâncias, facilitando a organização à vida quotidiana dos seus actores.

O inchamento da cidade é decorrente do aumento natural ou planeado da populacional, acrescido à migração de pessoas vindas de zonas rurais e completada pela imigração de estrangeiros. Em virtude disso as cidades expandem-se, obedecendo a um padrão de anéis concêntricos, separados em segmentos. No centro, não necessariamente geográfico, ocupado por áreas urbanas, onde convergem e irradiam actividades que dão vida à cidade, “o lugar teórico do poder, onde se acumulam riquezas e parte a dominação do poder sobre a periferia” (Barreto 2010: 35); é o espaço simbólico, de atractivos que nem sempre representa o ponto histórico que dá origem a sua existência.

(...)É um lugar específico, caracterizado por um conjunto de factores que o distinguem de outros lugares com os quais mantém uma relação dominante, de acordo com diferentes escalas de medida da sua “superioridade”, considerando que as superfícies são aí mais caras devido à concorrência na sua obtenção, onde o poder está sediado e onde se concentram os utilizadores que procuram bens e serviços diversificados (Barreto, 2010:36).

Depois do centro, estão as zonas de transição, bairros antigos, que abrigam trabalhadores que exercem ocupações manuais estáveis”; nas áreas mais afastadas dentro desse padrão de anéis concêntricos encontram-se grupos de pessoas com poder económico mais elevado (Giddens 2001: 458). Para Guiddens,

a partir desse momento em que a propriedade se torna decadente em uma área central ou próximo a esta, grupos étnicos minoritários podem acabar mudando para lá. À medida que isso acontece, um número maior de antigos moradores dessas regiões passa a deixá-las, precipitando uma debandada para todos os bairros da cidade ou para subúrbio (Giddens 2001:468).

No processo de expansão urbana “o crescimento acelerado das cidades conduz à transformação do seu núcleo tradicional e à formação em torno deste de novas faixas construídas, alargando-se progressivamente a áreas mais periféricas” (Barreto 2010: 30), dentre elas as centralidades, os bairros de habitações sociais, indústrias, etc. O entendimento de “periferia não é um pedaço da cidade consolidada... antes um conglomerado de bairros de luxo, bairros pobres, indústrias, instalações técnicas, depósitos (Mumford citado por Barreto 2010: 31-32).

O crescimento urbano propicia o surgimento de suburbanização generalizada, “as residências vão-se implantando em locais progressivamente mais afastados do centro e das zonas de emprego, sendo prática comum a milhões de indivíduos em todo o mundo percorrerem, no dia-adia, dezenas de quilómetros para ir de casa ao trabalho e voltar, o que se repercute negativamente na sua qualidade de vida ” (Almeida 1994:91).

Com a industrialização e com desenvolvimento da divisão do trabalho, houve a necessidade de se diferenciar as localizações das actividades e das funções urbanas. Cada actividade passou a ter a sua localização específica, o seu centro, até mesmo a sua “cidade”: assim surgiram os polos tecnológicos, a zona de serviços logísticos, a cidade administrativa, a cidade-saúde, o centro de lazer (Ascher Citado por Barreto, 2010). A poli-centralidade resulta do facto de que “os centros – de negócios, universitários, comerciais, desportivos, hospitalares, etc, - instalaram-se no exterior do perímetro do antigo centro da cidade” assumindo-se como centros secundários e concorrentes. (Pumain citado por Barreto 2010).

A partida, a ideia de centralidade define “a propriedade do que está no centro de um espaço ou de um território” (Barreto, 2010), entretanto, ainda na esteira do mesmo autor, o termo centralidade assume uma postura polissêmica onde se podem sugerir as seguintes linhas de leituras:

1. “centralidade é a propriedade conferida a uma cidade para oferecer bens e serviços a uma população exterior”;
2. É numa franja da cidade em que se localizam actividades e funções urbanas que anteriormente eram exclusivas do centro.
3. a centralidade depende do poder de atracção ou de difusão de um elemento, centro urbano, ou de um equipamento polarizador, que pode ser um centro comercial,

cultural, financeiro ou administrativo. A centralidade resultará, assim, da eficácia do pólo central e da sua acessibilidade, sendo esta condição fundamental para a sua existência;

4. A centralidade pode também ser vista como a combinação, em determinado momento, das actividades económicas, das funções políticas e administrativas, da prática social, da representação colectiva, que contribui para o controle e a regulação do conjunto da estrutura da cidade;

O centro deve reunir as funções centrais, económicas, políticas e ideológicas e a concretização das necessidades que lhe estão associadas. Pressupõe a conectividade dos espaços através de redes de transporte e de telecomunicações (Barreto, 2010).

A condição de centralidade resulta não só da funcionalidade que marca um espaço concreto da cidade, mas também da imagem, do bem-estar e do prazer visual, sustentada na qualidade da arquitectura, do espaço público e da paisagem (Barreto, 2010).

Monnet identifica as categorias essenciais para definir e reconhecer a centralidade global numa cidade: centralidade política, que corresponde à localização dos principais decisores políticos e respectivas administrações centrais; centralidade económica, atribuída à localização das sedes decisoras das empresas, que obedecem a um esquema de concentração em volta da casa- mãe; centralidade comercial, num processo de dispersão das “funções centrais” do centro em direcção às periferias dos aglomerados urbanos; centralidade da acessibilidade, em que as periferias urbanas apresentam vantagens relativamente ao centro tradicional, quando apoiadas por vias rápidas situadas entre as áreas densamente edificadas e as respectivas áreas de captação de utilizadores; centralidade social, que resulta do cruzamento de duas dimensões principais – as práticas espacialmente definidas, associadas aos lugares mais frequentados, e as representações do espaço e caracterização dos espaços mais presentes no e as representações do espaço e caracterização dos espaços mais presentes no corpo das imagens e dos discursos socialmente mobilizados (Monnet citado por Barreto, 2010).

Em suma, a expansão urbana cria condições para que “O centro tradicional passa a competir com outros centros emergentes, de menor dimensão, que atraem a população da

sua área de influência, configurando um processo de fragmentação e de hierarquização de partes da cidade. Neste novo esquema urbano, os centros secundários (e alternativos) afirmam-se como espaços objectivamente terciarizados e de acesso fácil, provendo a população de bens e serviços e reduzindo as deslocações ao centro principal.” (Barreto, 2010).

2.3.3. Bairro

Para Teixeira e Machado (1986), o bairro é uma noção de origem popular, que emana do seu sentimento colectivo, sua percepção, fruto da coexistência de uma série de elementos objectivos e subjectivos. Para os autores, entendimento de bairro passa por quatro elementos fundamentais: A paisagem urbana, o conteúdo social e a função.

Percebe-se o a paisagem pelo estilo e pela idade das construções, a configuração do traçado das ruas; o modo e o padrão de vida de suas populações reflectem o seu conteúdo social; a função é percebida pela actividade básica que o bairro desempenha dentro do organismo urbano, isto é, a função residencial, comercial ou administrativa, para a qual desenvolve um determinado equipamento funcional; finalmente o sítio ou local. Para eles, citando Soares, entendem que na evolução das cidades, o surgimento e a subdivisão de bairros tem uma relação íntima com o sítio ou local onde se implanta. Algumas vezes essa relação é tão forte que se expressa no nome pelo qual a população o denomina (Teixeira e Machado 1986: 67).

A segregação residencial é um elemento indicador de anomia na organização social, não obstante a isso, baseadas em características semelhantes como a língua, cultura, vocação, profissão, classe, raça comum onde se pode viver lado a lado, esta realidade pode provocar novas “formas de organização, de constelações específicas, de bairros ou de sectores, por atracção,” (Xiberras 1993:103).

Não se pode perceber os bairros como o posto da cidade nem como espaços desumanizados para quem lá mora e constrangedores para os estranhos; do mesmo modo, a

cidade é seguramente um bem comum que não pode estar vedado aos pobres e aberto aos socialmente bem posicionados.

O conjunto de bairros ou de áreas naturais mais ou menos integrados entre si, cada um com sua fisionomia, idade e função, estrutura social, características culturais são os que dão corpo à cidade. Para a Escola de Chicago, uma área natural é um espaço habitado por grupos que partilham modos de vida, maneira de ser, perspectivas comuns, uma espécie de memória ou consciência colectiva na acepção de Durkheim (Teixeira e Machado 1886; Xiberras 1993).

Nos bairros de Luanda, o centro do quotidiano das famílias é o quintal, que se estende à rua, onde as crianças encontram espaços para brincadeiras, festas e convivência com as demais pessoas. Nos prédios, essa lógica muda, a função comunitária do quintal e da rua é substituída pela casa e pelo patamar da escada (esta última que não é propriamente um lugar, mas uma passagem). Da “lógica sócio-espacial comunitária passa-se para uma lógica sócio-espacial individualista, que corresponde a estilos de vida diferentes e práticas sociais também distintas” (Carneiro, 2012:44). Dito de outro modo, indivíduos em contexto de bairros onde as relações de vizinhança são caracterizadas “por uma proximidade física e por uma familiaridade nas relações” (Xiberras 1993), o que Durkheim chamou de solidariedade mecânica, ao se mudarem sociedades urbanas as antigas relações de vizinha perdem-se devido à invasão de outros indivíduos com modos de vida e critérios de culturais completamente diferentes.

Na cidade as relações são secundárias, predomina a solidariedade orgânica proposta por Durkheim. Para a Escola de Chicago, as transformações impostas pela modernidade não são necessariamente destrutivas para as redes de relações primárias devido à resiliência, aqui definida como a tendência natural de um objecto ou realidade a se recompor depois de submetida a situações agressivas.

Nem centro o contexto urbano constitui o quadro bonito que dele se pinta, é também um lugar da “superficialidade e da impessoalidade das relações sociais e...as pessoas podem estar em situações de grande proximidade física, o que é típico da concentração urbana, mantendo-se distantes em termos de contactos sociais” (Almeida, 1999:94).

Em conclusão, a ordem ecológica, entende que o aumento da densidade social, aumenta o número e indivíduos em interacção e consequentemente a diferença de e a distância entre as suas ideias, eleva a segregação espacial e, logo diminui a coesão moral ou solidariedade mecânica (Xiberras 1993: 110-112).

2.3.4. A Habitação

A questão da habitação é um campo de estudo multidisciplinar e com diferentes enfoques que, abarcam em torno de si teorias como a Ecologia Humana, neo-classista, sociologia weberiana, materialismo histórico, interaccionismo simbólico e psicologia ambiental (Guerra 1997: 166-167; Odum 2001: 817).

A análise ecológica da habitação assenta na relação natural entre o ambiente e o comportamento humano. A teoria da economia neo-classica vê a sociedade como espaço de expectativas: de um lado as preferências das famílias na procura de habitação e por outro o interesse das empresas que colocam no mercado terras e casas em quantidades suficientes visando a maximização de lucros. As teorias weberianas centram sua abordagem nas relações sociais associadas as relações de propriedade do alojamento bem como as consequências dessas relações na consciência dos actores. Essa teoria apresenta o alojamento como um bem, como factor de diferenciação de classes sociais e consequentemente e potencial polo de conflitos devido a: a) tipos de alojamentos disponíveis; b) modos de acesso regulamentados; c) formas de distribuição dos alojamentos. Para os Marxistas o alojamento é um factor de produção e um elemento fundamental à reprodução de força de trabalho. A base do sistema capitalista é a produção, troca e consumo em que o critério de acesso a esses bens é a capacidade individual de pagar (consumidor) e o fim último é a venda e a acumulação de capitais (produção) (Guerra, 1997).

O direito à habitação é primeiramente uma questão de acesso à terra urbana. A construção da habitação social surge como necessidade de busca de ordem: urbana e social, remete-nos no “domínio da urbanização organizada por critérios técnicos, instrumentais e

valorativos de transformação urbanística” (Nunes, 2007: 19). Para o autor, a organização que se pretende deve passar por uma programação e planeamento urbanístico e a concepção arquitectónica das habitações devem ser encaradas enquanto um processo, uma actividade social, monitorizado e controlado onde se deve levar em conta as “relações sociais e comportamentais associados a uma pluralidade de domínios de acção e de actores e no qual também se antecipam utilidades e funções, símbolos e significações” (Nunes, 2007:19). Esse processo de racionalização do espaço deve inscrever e aproximar-se “quer das práticas culturais, quer das práticas de poder”, pois a construção de conjuntos habitacionais estabelece uma ligação entre governantes e governados; estabelece-se uma “relação social, um jogo de poder e uma economia de legitimação” (Nunes 2007:19).

Qualquer tipo de promoção habitacional, nomeadamente a habitação de interesse social, apoiada pelo Estado, deve assumir um papel de relevo enquanto ferramenta de apoio ao desenvolvimento pessoal, familiar e social dos habitantes e das respectivas vizinhanças e comunidades locais e, nunca, de forma alguma, ter uma influência negativa em qualquer uma destas áreas.

A habitação como objecto é tanto um bem económico quanto um direito. É um lugar de aquisição de disciplina e um meio de criação de novas formas de organização familiar e social. As tipologias de habitações são variadas, essencialmente a habitação deve comportar espaços privativos que separam os cônjuges das crianças, espaços de separação de funções, em especial lugares para a prática de higiene corporal, e da cozinha, o espaço de preparações das refeições, espaços para a formação de linguagem das necessidades individuais, familiares e colectivas, a disposição do mobiliário. Nela também se organizam normas e regras de salubridade material e de conduta social a aplicar. Para Baptista “Construir habitação tem, contudo, outra componente socialmente vantajosa. Ordenando física e socialmente a cidade e os campos vizinhos, pode o Estado dispor socialmente as populações graças à classificação e selecção das áreas de habitação” (Baptista, 1999:8). Dito de outro modo, a construção de habitações sociais é uma estratégia que concorre para que as entidades públicas desenhem soluções que resultem em ordenamento físico e social da vida urbana (Baptista 1999:8).

Para Isabel Guerra (1997), a casa é um factor de identidade, um sistema que nos orienta as relações com os lugares, com espaço e com a sociedade, com fortes laços afectivos e cognitivos que permitem a integração do indivíduo e desempenha igualmente a função de elo de comunicação com os outros, com os lugares e com o passado. Em suma, ela faz parte de uma história de vida.

A arquitectura para habitações de interesse social assume a sua condição mais nobre de espaço da vida dos homens, onde a expressão livre de afectos e solidariedade entre vizinhos seja possível. Deve estimular o encontro, a troca, a convivência dos moradores não podendo prescindir, também, do interesse pelos valores formais, aqui postos ao serviço de uma proposta que assume, deliberadamente, a construção do espaço dos homens, sua finalidade última e imprescindível.

A apropriação do espaço seria o processo de uso funcional ou instrumental da habitação onde se investem práticas culturais, simbólicas e afectivas.

Paralelamente a essa função, a concepção moderna de habitação desenvolve a ideia de que a sua envolvente pode e deve ser igualmente objecto de transformação e de reforma, prevendo a circulação de ar puro, luz, água canalizada e os espaços verdes, com vista à criação de novas comunidades e relações sociais.

A concepção do problema urbano resulta da afirmação da necessidade de instrumentos de políticas sociais. É dessa relação entre a questão social e o problema urbano que emergem respostas articuladas entre o mundo do trabalho e a regulamentação da oferta habitacional (Nunes 2007).

Desse modo, ocupação de novos espaços urbanos, caracterizados por uma cultura urbana que se consubstancia em “práticas sociais, mentalidades e estilos de vida que se forjam, comunicam e reproduzem-se na cidade” (Fortuna 1997:3), exigirá das populações assentadas novos modos de habitabilidade, o que implicará alterações nas representações e percepções de uns em relação aos outros. Por conseguinte, a mudança de um contexto habitacional para outro constitui “um processo que pode gerar ruturas com os modos de vida e com a forma de apropriação do espaço” (Carneiro 2013:). Apropriação essa que pode colocar questões de adaptação na relação com o espaço doméstico e o espaço público. Por

outro lado, as populações provenientes de um contexto cultural e social ao migrarem para outro contexto diferente do seu, onde a realidade estrutural, cultural e social exige deles adaptação ou acomodação, “confrontam-se com uma situação complexa, que decorre da disparidade entre os seus valores de origem e aqueles que predominam na sociedade de acolhimento”, (Carneiro, 2013: 51-53; Teixeira e Machado 1986). A disparidade de valores pode não ser imposta pela estrutura social, mas pela própria configuração arquitectónica do espaço.

A questão da apropriação abordada nesse trabalho pode ser vista numa perspectiva sociológica e da psicologia ambiental:

Sociológica – no processo de apropriação de espaço destacam-se três aspectos fundamentais a considerar:

- a) a função do espaço do alojamento na estrutura dos modos de vida;
- b) as formas de usos de apropriação de espaços de habitar⁵;
- c) os factores de satisfação residencial.

A questão central é a dicotomia entre arquitectos e sociólogos. Os primeiros entendiam que não se sabendo as características das pessoas que vão habitar os espaços pode ocorrer má apropriação das habitações para isso era necessário uma componente pedagógica que ensinasse as pessoas a habitar as casas. Os segundos defendiam ideia contrária. Para estes, as pessoas sabiam o que queriam, mas havia pouco espaço de comunicação (para que os técnicos percebessem as necessidades e expectativas dos destinatários).

Assim, nas pesquisas sociológicas a apropriação do alojamento é vista em duas dimensões: nível de apropriação, onde este processo é visto de modo individual e colectivo dos espaços públicos e dos espaços centrais; (falta uma ideia aqui) apropriação comum dos espaços de vizinhança e aproximação individual do alojamento. O segundo tem a ver com a

⁵ Boeira distingue dois conceitos que importa aqui esclarecer: o sentido do *habitat* como suporte ecológico e do habitar como forma de inscrição da cultura no espaço geográfico.

dimensão do alojamento. O seu uso (prático); sua significação (estética) e a imaginária (fechamento/ abertura).

A discussão da psicologia ambiental assenta na relação entre o meio e o comportamento, ou seja, olha para a qualidade de vida, condições do ambiente, agregados domésticos e dimensão populacional e espacial são factores determinantes para a satisfação residencial.

Posto isto, a mobilidade de populações de um contexto habitacional para outro diferente é factor propiciador de acarretar profundas alterações no comportamento das pessoas ao ponto de levar os indivíduos por um lado à melhoria das condições habitacionais e conseqüentemente à qualidade de vida e à satisfação residencial, por outro lado, ao isolamento, fechamento, individualização, cinismo e racionalização, pois as pessoas já não saem de casa para o quintal ou para a rua, espaços de sociabilidades, mas ao saírem de casa confrontam-se logo com as escadas e o elevador (Guerra 1997).

Para além destas mudanças, não obstante a decisão de transferência para os prédios fosse voluntária, a mobilidade habitacional pode apresentar efeitos favoráveis e adversos. Assim, os favoráveis se reflectem

Na melhoria substancial das condições habitacionais, e conseqüentemente na melhoria das condições de vida, levando à criação de requisitos fundamentais para uma melhor capacidade de promoção e integração social; na concretização de um projeto de vida que tem como objectivo a conquista de uma casa digna; No investimento em torno da casa e da vida familiar que se transforma no principal espaço e tempo da vida quotidiana, levando-a a certo modo a uma reestruturação das despesas e dos consumos (Pinto citado por Carneiro 2012:45).

Para além dos aspectos favoráveis, a mobilidade habitacional também apresenta aspectos adversos

Perda de sociabilidades locais e de factores identitários fundamentais com incidências importantes no modo de apropriação de espaço residencial e das suas formas de vida social; Maior isolamento social e espacial, pela tendência a um

centramento das atividades e temporalidades da vida quotidiana em torno da casa e pela diminuição dos espaços apropriáveis exteriores ao bairro; Aumento da conflitualidade interna e das disfuncionalidades da dinâmica social traduzível em sentimentos generalizados de insegurança e na interiorização de uma imagem negativa e estigmatizante (Pinto citado por Carneiro 2012:45).

Se por um lado a cidade, a realidade urbana modifica profundamente a consciência dos homens, o seu comportamento, seus hábitos e costumes, não é menos verdade que o ser humano atribui significados ao seu ambiente, “modifica os lugares e os modos de habitar” (Cristina, Carvalho e Steil 2008: 297). Contrariamente aos seres não humanos que adaptam seus corpos ao ambiente, o ser humano não só se adapta aos espaços, como também procura adaptar o ambiente ao seu corpo. Esta característica eminentemente dos seres sociais reforça a ideia de que o ser humano é produtor e produto da sua própria acção. Não é mero resultado do meio envolvente. É uma construção própria que se vai produzindo permanentemente como resultado da interacção de dois sistemas em que se encontra inserido: o social e o ambiental.

Os indivíduos que construíram práticas habitacionais enraizadas em hábitos e costumes que serviram de base para convivência no contexto não urbano, não admira que num processo que implique adaptação, assimilação e acomodação, construam novas formas de habitabilidades em função das condições e da interpretação que fizerem do seu novo contexto, pois os espaços habitacionais anteriores propiciaram modos de vida mais ou menos homogêneos. É facto de que a cidade nunca é uma realidade homogênea. As relações mais ou menos mecânicas da “não cidade” têm de conviver com as relações orgânicas da cidade (Fortuna 2002:126). Impõe-se adaptação, pois quando no ambiente não há adaptação dos seus ocupantes, desencadeia-se um conflito. A adaptação é imprescindível, pois a sociedade e a cultura não se configuram realidades estanques, mas obedecem a certa plasticidade.

No contexto urbano, as relações não são pessoais, apesar da proximidade física. São objectivas, e transitórias e de consequências positivas ou negativas, dando margem, para relações utilitaristas, para o isolamento social e à anomia, tal como concluíram Fortuna e Durkheim. Devido aos conflitos e desequilíbrios, se se perceber que no espaço urbano, a

característica da vida nas grandes cidades, em termos de moradia, emprego faz com que as relações de vizinhança e de amizade, existentes, sejam mais instáveis, como acentuou Park, embora isto possa ser em parte positivo na medida em que protege e confere maior sentimento de independência e liberdade ao indivíduo.

A realização do ser humano é dependente de dois ambientes: físico e social e ambos têm o mesmo peso. A integração desses dois meios é imprescindível para uma convivência harmoniosa (Ribeiro 2009). O surgimento de centralidades ou de centros urbanos cria uma sociedade nova, podendo estimular a proximidade física e não necessariamente a proximidade social, colocar questões de adaptação ou de não-adaptação, pois na “relação com os outros indivíduos, desemboca na reserva que leva a ignorar pessoas fisicamente próximas – como os vizinhos – e estabelecer relações puramente formais, nas quais afetos e desafetos não têm lugar” (Kapp 2011:442).

Os moradores dos bairros da periferia, à semelhança de quem vive na cidade são portadores de culturas, enraizadas dentro de um contexto que lhes é familiar do ponto de vista “habitacional onde se desenvolveu todo um conjunto de relações entre si e com o meio envolvente que os identifica. Desse modo, ocupação de novos espaços urbanos, caracterizados por uma cultura urbana que se consubstancia em “práticas sociais, mentalidades e estilos de vida que se forjam, comunicam e reproduzem-se na cidade” (Fortuna 1997:3), exigirá das populações assentadas novos modos de habitabilidade, o que implicará alterações nas representações e percepções de uns em relação aos outros. Por conseguinte, a mudança de um contexto habitacional para outro “um processo que pode gerar ruturas com os modos de vida e com a forma de apropriação do espaço” (Carneiro 2013). Apropriação essa que pode colocar questões de adaptação na relação com o espaço doméstico e o espaço público. Por outro lado, as populações provenientes de um contexto cultural e social ao migrarem para outro contexto diferente do seu, onde a realidade estrutural, cultural e social exige deles adaptação ou acomodação, “confrontam-se com uma situação complexa, que decorre da disparidade entre os seus valores de origem e aqueles que predominam na sociedade de acolhimento” (Carneiro 2013: 51-53; Teixeira e Machado 1986).

2.3.5. Cultura e modo de vida

A cultura é a síntese do modo de vida humano. Cuche, (1999) entende que a cultura permite ao homem não somente adaptar-se ao seu meio, mas também adaptar este meio ao próprio homem, às suas necessidades e seus projectos. Em suma, a cultura torna possível a transformação da natureza. Transformação que implica igualmente a reformulação de hábitos que no entendimento do mesmo autor

O habitus é então o que permite aos indivíduos se orientarem em seu espaço social e adotarem práticas que estão de acordo com sua vinculação social...é o que caracteriza uma classe ou um grupo social em relação aos outros que não partilham das mesmas condições sociais. Às diferentes posições em um espaço social dado correspondem estilos de vida que são a expressão simbólica das diferenças inscritas objetivamente nas condições de existência (Cuche 1999: 172).

Pese embora a cultura remeta à ideia de modos de vida e pensamento, Cuche entende que ela não é puramente natural no homem, logo, é construída. A cultura não é um dado, é uma produção histórica, que refere as práticas identitárias de uma organização humana, práticas que vão desde a forma de construir e habitar, a culinária, dança, vestuário, canções, leis, as formas de pensar e gerir a própria vida, de exprimir sentimentos, etc. É a cultura que identifica um povo, que padroniza e harmoniza a vida social quer em meio urbano quer rural.

Para a compreensão dos modos de vida de um sistema cultural, Cuche defende que é imprescindível

analisar a situação socio histórica que o produz como ele é, pois cada cultura é dotada de um "estilo" particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas desta maneira. Este estilo, este "espírito" próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos. O indivíduo "se apropria" de sua cultura progressivamente no curso de sua vida (Cuche 1999:).

Para Rodrigues (s/d) “as cidades em África são, desde a sua origem, ponto de contacto entre duas sociedades estranhas uma à outra: uma, caracterizada pelo

individualismo dando primazia aos bens materiais e outra dando prioridade ao espírito comunitário, ao peso da “tradição”, à solidariedade da linhagem, do clã, do grupo étnico”. Desse contacto nasce segundo o mesmo autor “uma civilização de natureza ambígua”, por que no entender de Vennetier “...os novos urbanizados não rompem inteiramente nem com as suas aldeias nem com o seu modo de vida e chegam mesmo a conservar esse modo de vida no novo quadro da sua existência; situação transitória para alguns mas para outros é uma resposta adaptada às suas dificuldades de inserção ou de existência, uma espécie de protecção mínima contra a incerteza do amanhã” (Citado por Rodrigues (s.d)).

Uma pesquisa realizada por Cristina Rodrigues, do Centro de Estudos africanos, intitulada *Recomposição Social e Urbanização em Luanda*, faz a seguinte descrição em torno dos modos de vida das populações africanas, no geral, e de Angola em particular:

As cidades africanas veiculam referências emanantes do meio rural e reformulam-se de uma forma específica”[...]os efeitos da globalização em África são mais perceptíveis no contexto urbano[...]A cidade africana é um espaço de sociabilidades novas onde se constrói – nalguns contextos mais do que noutros – uma sociedade civil com relativa autonomia em relação ao Estado, onde se desenvolvem actividades informais relativamente independentes do controle do Estado[...]A incorporação de novos valores e práticas urbanas não é um fenómeno pleno nas sociedades africanas, nem mesmo em meio urbano... fruto do entrelaçar de eventos e relações sociais do sistema global com os contextos locais, assiste-se por vezes à criação de sínteses originais e intermédias[...] Em Angola encontram-se situações mistas, que inter cruzam elementos quer “modernos” quer “tradicionais” em várias áreas. Estas soluções de compromisso, no entanto, não são apenas o resultado de uma vontade de manter e cultivar hábitos e práticas ancestrais mas é também resultado da impossibilidade de, em algumas áreas, aceder aos modos de vida e às estruturas urbanas (nomeadamente o ensino, a segurança social, as infra-estruturas modernas) [...] os graus de acesso a estruturas urbanas, a transformação dos hábitos e a inserção urbana, criam diferenciações entre os indivíduos e entre os grupos. Estas diferenças tornam-se evidentes na análise das actividades económicas, das famílias, da religiosidade, da escolarização, das habitações... as transformações nas

relações de género, entre outras [...] Existem, no que diz respeito a estas variáveis, tendências urbanas globais (ou seja, que se verificam em quase todos os outros contextos urbanos a nível mundial) que podem ser tomadas em consideração como por exemplo o aumento do nível de escolaridade, o assalariamento, a redução do número de filhos por casal, a nuclearização das famílias [...] em Luanda, e a pertinência deste tipo de análise reside precisamente na identificação dos novos modelos e tendências que surgem fruto quer das estruturas sociais herdadas quer dos novos modelos e constrangimentos que concorrem para a criação de composições sociais de cariz misto, híbrido e sincrético. Existe a tendência para que os indivíduos que há mais [...] tempo habitam a cidade incorporem hábitos, lógicas e práticas urbanos. Uma permanência mais longa na cidade indica uma maior inserção em termos de lógicas e práticas no sistema urbano.

As pessoas adoptam e adaptam modos de vida, consumos, práticas às novas realidades que se lhes apresentam. Apesar de toda uma série de resistências individuais, de constrangimentos reais e objectivos para aceder ao modo de vida urbano, de intermitências relativamente ao tempo efectivo de inserção na vida urbana (pense-se nos vaivéns entre o meio rural e urbano resultantes quer de múltiplas decisões de migração/regresso condicionadas quer pela guerra quer pelas transformações socioeconómicas) ou do grau de urbanidade anterior à migração para a capital (muitos dos migrantes na cidade de Luanda são oriundos de outras cidades angolanas²⁷), são os indivíduos e famílias que estão há mais tempo a residir na cidade que em maior grau incorporam a urbanidade (Rodrigues, s.d).

2.3.6. Condições de vida em Luanda

Nesse cenário marcado pela intervenção virtual ou quase nula do Estado no mercado de terras, as grandes propriedades não desempenhavam efectivamente nenhuma função social, mas sim económica, ou seja, o enriquecimento de seus detentores. Antigos quartéis militares, antigos armazéns, campos de futebol foram apossados sobretudo por indivíduos ligados ao poder político.

Esse liberalismo exacerbado em relação à propriedade privada estimulou em grande medida a prática da especulação imobiliária, que consistiu basicamente na retenção de terra e imóveis em razão da expectativa de sua valorização futura. Essa prática subordinou o solo urbano a um ritmo de expansão, na aparência, caótico, mas que, na verdade, atendia a uma lógica muito particular: a do mercado privado de terras. Os grandes beneficiários são indivíduos ligados ao poder governamental que no entender do economista angolano Alves da Rocha, “ os decisores públicos angolanos (construíram) fortunas à sombra de critérios que nada têm a ver com a eficiência, a equidade e o trabalho e de valores que ferem a ética e a moral vigente” (Rocha 2014. 35).

As situações de desigualdade social em Angola estão a vista de todos. O grau de acesso aos bens e serviços ou oportunidades não é uniforme por parte da população. Uns levam vantagens em relação aos outros, quando num contexto normal a repartição dos recursos seria equitativa. Quem chega ao aeroporto de Luanda confronta-se com um cenário que leva a profundas reflexões no que a urbanização diz respeito.

Luanda é marcada por desigualdades sociais gritantes que forma dois extremos facilmente observáveis, de um lado uma minoria que constitui a classe alta com rendimentos elevadíssimos, alguns deles resultantes dos altos índices de corrupção e tráfico de influências quase que institucionalizada, ou se quisermos, vindo a ser considerado já um elemento cultural. Por outro a classe baixa que pode ser dividida em duas subcategorias: a emergente classe média de cidadãos assalariados e remunerados por outro mediante a prestação de serviços e /ou pelo auto-emprego e a esmagadora maioria que constitui a classe baixa relegada para o sector informal, como sustenta o notável sociólogo angolano Paulo de Carvalho (2012) “ainda se mantêm as assimetrias (...) herdadas do período colonial e reforçadas durante os longos anos de guerra”. Para o autor “Mas não nos podemos esquecer do grande peso que o sector informal da economia tem, que o Estado quase não aproveita” (Carvalho, 2012), conclui defendendo a ideia de que “É preciso distribuir melhor, é preciso deixar de concentrar uma fatia tão grande num número tão pequeno de pessoas.” (Carvalho, 2012). Pereira acrescenta ““ em face do desmantelamento da economia sob o controle estatal e a aguda crise que se seguiu à adoção de parâmetros de mercado, consolidou-se uma diferenciação social, com uma marcada concentração de renda

por um setor da sociedade angolana, num processo que é mais visível na capital” (Pereira 2014:84).

Para o renomado economista angolano Alves da Rocha “ o modelo actual de acesso aos recursos, rendimento e riqueza foi arquitectado em torno da distribuição política e familiar- muitas vezes- gratuita- da renda petrolífera, tendo sido criada uma classe social minoritária de cidadãos muito ricos, indispostos a partilhar património ou rendimento” (Rocha, 2014:38). Paulo de Carvalho enfatiza” ... Não se sabe que há escolas onde se paga determinado montante para ingresso? Os directores das escolas sabem bem disso. Os directores das faculdades também...O problema da corrupção... é um mal geral que precisa de ser estancado. A corrupção combate-se com prevenção. É preciso fechar canais.” (Carvalho 2012).

Em termos de ocupação do espaço, a classe alta e parte da classe média habitam o centro da cidade e as emergentes áreas urbanas formais, enquanto a outra parte da classe média e a maioria da classe baixa partilham as áreas da não-cidade, com habitações informais sem quaisquer infra-estruturas onde cada família procura construir com os próprios meios uma habitação condigna nos locais mais distantes do espaço urbano. Nesse aspecto, o sociólogo reforça a ideia de que “ é preciso apostar mais seriamente em habitação social. E olhe que quando falo em habitação social, não falo em cubatas, mas estou a referir-me a vivendas do tipo das que estão no Nova Vida, que se dizia que eram habitação de luxo, mas de facto se situam ao nível da habitação social noutros países.” (Carvalho, 2012).

Em síntese, Luanda apresenta o seguinte panorama: de um lado a cidade com áreas urbanizadas, edifícios altos e modernos, ruas traçadas regularmente, casas ordenadas e com visíveis sinais de crescimento no sector imobiliário, por outro lado a periferia que se estende e envolve a cidade, caracterizada pela falta de urbanização, aglomerações de construções desordenadas, sem vias de acessos funcionais, becos, pequenos e grandes mercados em céu aberto, a esses associam-se as vendas informais e ambulantes em toda a sua extensão (Amaral 1983; Capitão 2014:53), de tal modo que “ não é nova a argumentação de que o êxodo rural massivo e a ampliação da agroindústria vêm gerando novas articulações entre o rural e urbano, que impedem a classificação de determinados

municípios em uma ou outra categoria e dá origem à categoria do rururbano” (Sapp, 2011: 447).

Em termos de energia eléctrica, Luanda, é servida pela rede pública de abastecimento de energia eléctrica da ENDE, antes EDEL-EP; no sector das águas o fornecimento é provido pela EPAL-EP. Entretanto, as falhas no fornecimento de electricidade e água são constantes, obrigando os consumidores a recorrer a geradores e reservas domésticas de água. Esse quadro é ainda mais grave na periferia, sobretudo no musseque.

A iluminação pública, em grande parte dos bairros não existe, nas residências a electricidade constitui-se de ligações clandestinas. Nos bairros distantes da cidade onde não existe uma rede eléctrica, a empresa produtora e distribuidora de electricidade instala postos de transformação (PT) e o adjudica a terceiros por critérios desconhecidos que trata da sua distribuição a preços elevadíssimos aos interessados e economicamente capazes de firmar contrato. Ainda assim as falhas na distribuição são permanentes, por isso, muitas famílias e instituições possuem geradores como alternativas.

A instalação de torneiras públicas, vulgo chafarizes, para o abastecimento de água, se têm revelado insuficientes, é comum a população armazenar água em tanques e outros recipientes nas residências (Stead e Rorison 2011). Para a maioria da população que não tem a água canalizada em seus domicílios, a água é comprada em caminhões-cisternas, trazidas de fontes da Empresa de Águas de Luanda (EPAL) ou diretamente do rio Bengo. Aqueles que possuem tanques maiores encarregam-se a revende-la para sua vizinhança.

Em alguns municípios foram construídos sistemas de tratamento e distribuição de água com o propósito de abastecer as novas áreas de expansão urbana. O sistema de distribuição do precioso líquido funciona através de três pilares: ligações domiciliárias fontenários e as girafas⁶ (UCAN, 2103). O estudo concluiu também que o consumo da qualidade de água depende da posição socio-económica, da localização da moradia e tem igualmente implicações na igualdade de acesso à educação. Os moradores de áreas

⁶ As girafas são fontes pertencentes à empresa de tratamento e distribuição de água, concebidas para o abastecimento de água por meio de cisternas nos bairros onde o abastecimento é deficitário ou inexistente em consequência também da ausência de infra-estruturas de apoio.

habitacionais formais nas zonas de expansão urbana têm maior possibilidades de consumir água de melhor qualidade em relação aos que compram a mesma água a partir de fontes secundárias como cisternas e tanques. A desigualdade do acesso à educação entre rapazes também é causado difícil acesso à água e ao saneamento básico pelo facto das mulheres, sobretudo raparigas, se constituírem as responsáveis pela vida doméstica o que lhes retira o tempo se dedicarem aos estudos.

O centro da cidade dispõe de infra-estrutura funcional, com as suas limitações, certamente. Nas áreas de transição urbana regista-se uma saturação das mesmas e na periferia informal ela é quase inexistente. No geral o sistema de escoamento das águas residuais é deficiente e isto faz com que grande parte da cidade arredores fique alagada quando se registam chuvas.

O lixo produzido na cidade tem várias procedências, desde hospitais, centros comerciais, restaurantes, doméstico, hospitalar, oficinas de diversas actividades informais (recauchutagens, pesca, tecelagens, escultura, costura, etc.). A sua recolha passa igualmente por três modalidades: recolha porta a porta, recolha passiva e sobretudo depósitos em contentores em céu aberto quase sempre insuficientes para a densidade populacional.

A recolha porta a porta ocorre sobretudo em zonas privilegiadas como condomínios, áreas de transição e nos bairros de acesso fácil, a passiva acontece nas localidades de difícil acesso de viaturas e, por isso, os resíduos são acumulados em grandes focos e periodicamente são recolhidos pelas empresas afins. A recolha a partir de depósitos contentorizados, baldes e outros tipos de recipientes são instalados na parte central da cidade, onde a recolha é relativamente mais regular.

Para uma província com cerca de 7 milhões de habitantes sem um sistema infra-estrutural e de saneamento previamente concebido nem políticas públicas de impacto ambiental, é de esperar que apresente um ambiente não salutar no que o saneamento, promoção da saúde e qualidade de vida dizem respeito.

A população produz muito lixo não só doméstico. Em toda extensão da cidade e arredores, observa-se facilmente uma proliferação de lojas de vendas de produtos diversos, vulgo armazéns, que produzem quantidades enormes de resíduos todos os dias: desde

papelões, esferovites, plásticos, metais, tecidos, bens alimentícios perecíveis entre outros que poderiam ser reciclados e por essa via mitigar ou dirimir a questão do lixo. A venda informal associada a práticas de consumo de alimentos na rua por parte da população é outra fonte de produção excessiva de resíduos.

Estima-se que Luanda produz cerca de quatro milhões de quilos por dia o que tem levantado, ao longo dos anos, diversas dificuldades às autoridades em relação à sua recolha e tratamento” (citado por UCAN, 2013).

Os depósitos de lixo são insuficientes e em céu aberto, a falta de uma educação ambiental faz com que a população amontoe os resíduos sólidos de qualquer maneira nos contentores ou no chão, as águas residuais são atiradas para as ruas ou estradas asfaltadas porque os sistemas de esgotos não funcionam por deterioração ou porque não existem. As empresas prestadoras de serviços de recolha e tratamento do lixo são ineficientes, embora se regista alguma melhoria no centro da cidade, mas na periferia, sobretudo de construção informal a situação é precária.

A ineficiência das empresas na recolha e tratamento do lixo na recolha, associado ao facto de que em algumas onde não chegam as viaturas de recolha, a população queima, enterra ou deposita em terrenos baldios e valas entre habitações. Quando o lixo não é recolhido durante um tempo relativamente longo chega a cortar mesmo a circulação de pessoas e veículos em algumas zonas. Este cenário agrava-se quando coincide com as épocas de chuvas transforma os bairros sem infra-estruturas num caos urbanístico. Assim, regista-se a incidência elevada de casos de paludismo, tifoide, infeções pulmonares, problemas oftalmológicos e auditivos, doenças da pele. Nos períodos de chuva muitas ruas da periferia se tornam intransitáveis e lamacentas devido à saturação e impermeabilidade de alguns solos. Os bairros podem permanecer semanas ou meses isolados do resto da cidade, impedindo a entrada nem saída pessoas e meios rolantes que nele circulam em tempo seco.

O lixo em todo o país ainda não é reciclado, no caso da capital do país, existe um único aterro, no interior de um bairro habitado por uma densidade populacional muito elevada, onde é depositado todo o lixo recolhido em Luanda e arredores.

Para uma população maioritariamente jovem, um potencial evidente para alavancar o sector económico, entretanto,

Percebe-se, ao primeiro olhar, a situação de grande dificuldade económica em que vive a maior parte da população de Luanda pela proliferação do mercado informal...no confuso transito de Luanda, é constante a abordagem de jovens e crianças com todo o tipo de coisas pra vender, como roupas, jornais, pilhas, produtos de limpeza e higiene pessoal, enlatados, comida pronta, electrodomésticos, ferramentas e remédios. Mulheres (*acompanhadas de crianças ao colo*) ficam sentadas em pequenas bancas ou com os produtos espalhados no chão, mas também perambulam pelo trânsito com eles equilibrados sobre a cabeça. (Pereira, 2014: 89). “Há também muitos mercados em toda a cidade, chamados de por vezes de “praças”, nos quais a diversidade dos produtos oferecidos é maior... Nas ruas e nos mercados, também se trocam dólares por kwanzas, e vice-versa. Os preços acompanham de forma inexorável o câmbio do dia. Apesar da existência de comércio formal, como lojas e supermercados [...] a recorrência ao setor informal para o abastecimento é francamente majoritária (Pereira, 2014:89)

2.3.7. Sector económico

A economia do país passou por etapas distintas: “o período colonial, o período pós-colonial e de economia centralizada e o período que se consolida com transição para a economia de mercado” (Rodrigues s/d) tendo sido fortemente influenciada pela colonização a introdução de modelos económicos ocidentais e modernos.

Na cidade capital, a economia consubstancia-se em dois sistemas: formal e Informal. O sector formal é sobretudo terceirizado uma vez que o sector industrial só agora, com a criação de zonas industriais na periferia, começa a marcar os seus primeiros passos; de forma tímida vão surgindo algumas superfícies de supermercados, agências bancárias, clínicas, farmácias entre outras um pouco por toda cidade e arredores.

O sector informal movimenta milhões de dólares fora do controlo do Estado; O cenário de venda ambulante já constitui um cartão-de-visita em Luanda. É certamente um traço cultural inegável pois é uma realidade de observação inevitável quando se circula por Luanda e arredores. Há vários mercados em céu aberto e em diversos pontos da periferia, onde se pode comprar quase tudo. No dizer de Paulo de Carvalho (2008:314-345) “A maioria dos angolanos vive do recurso ao mercado informal. Há inclusivamente crianças que são forçadas a trabalhar informalmente, para garantirem a sua subsistência e a dos seus familiares. Há grupos populacionais com mais dificuldade de acesso ao mercado de trabalho em meio urbano...O mercado informal de Luanda é dominado por mão-de-obra feminina, pessoas com baixo grau de instrução académica e pessoas jovens”. O sociólogo citando Hespanha acentua “A sociedade angolana é uma sociedade de risco, devido à presença constante de consequências não esperadas, «à generalização da insegurança», ao desemprego estrutural e à utilização da política da ciência” (Carvalho (2008:81). O autor considera tratar-se de um esquema de fechamento social causado por uma emergente burguesia de tal modo que

“os detentores de capital de capital ou de meios de produção (saídos normalmente dos grupos elitários anteriores) passaram a constituir uma nova classe social, que se caracteriza, também, ou pelo exercício directo do poder político, ou por poder influenciar junto de quem o exerce”(Carvalho 2008:101).

Em 2014 a taxa de emprego em todo o país é de 40% e 24% de desemprego. A taxa de emprego em Luanda é de 52,4 sendo 63% indivíduos do sexo masculino e 42,0% do sexo feminino. A taxa de desemprego é de 47,6% sendo 36,8% indivíduos do sexo masculino e 58,0% do sexo feminino (INE 2016).

O país ainda é fortemente depende de importação, sendo o seu principal produto de exportação o petróleo seguido do diamante. O sector primário, marcado pela produção agrícola marca de forma tímida os primeiros passos para atender as necessidades das cidades capitais. A indústria que representa o sector secundário ainda um caminho longo a percorrer. O Estado é ainda o maior empregador e vêm surgindo novas empresas e agora procura-se apostar e apoiar o sector da diversificação da economia e do empreendedorismo. Apesar do surgimento de empresas, mais voltadas para o sector terciário, sobretudo

prestadores de serviços, um número significativo da população está voltada à actividades informais, centradas essencialmente em compra e venda de bens diversos e na prestação de serviços informais. Este cenário pode ter ainda a seguinte descrição:

A cidade de Luanda, mais do que Angola, viveu desde os anos 1990, em especial após o final da guerra, uma agudização dos contrastes sociais. O aspecto mais visível do fosso social nela existente é o contraste desfile de carros de luxo importados andando por suas ruas esburacadas. A existência de “bolhas” de convívio e consumo para a elite...que se mantém relativamente afastada da miséria, reitera o descompromisso e o distanciamento que os centros de poder angolano e estrangeiro mantém do resto da organização urbana de Luanda população (Pereira 20015: 96).

As opções de alojamento em hotéis ainda são muito altos os preços por quarto. Há uma emergente rede de hotéis de luxo no centro de alto nível no centro e médio nível nos arredores. Pode-se encontrar também pensões e hospedarias na periferia. Os preços são geralmente acessíveis. A rede de restaurantes ainda é reservado para o centro e são caros. Na periferia existem um número muito limitado de restaurantes.

A maior parte dos estabelecimentos da ilha são bares, restaurantes. Os restaurantes ao lado do Atlântico tem toldos no limite da praia e algumas inclusivamente mesas e espreguiçadeiras na areia.

Existem centenas de agências bancárias para o exercício financeiro em Luanda e em algumas zonas estratégicas da periferia, entretanto incapazes de responder a demanda de financiamento de habitações.

2.3.8. Rede viária e Transportes

A rede de transportes públicos quer no centro da cidade quer na sua extensa e complexa periferia não satisfaz ainda às necessidades da população devido à falta de vias terrestres bem estruturas dentro de um plano previamente concebido. O trânsito é intenso e

constitui um problema sério quer para a mobilidade, quer para a própria ordem da cidade, representando deste modo custos elevados para a economia e para qualidade de vida das pessoas. Os veículos top de gama dos “endinheirados” competem pelo limitado espaço das ruas com táxis colectivos (transportes de 4 a 14 passageiros) azuis e branco, e uma pequena frota de transportes públicos autocarros sempre cheios, associado a uma emergente frota de táxis personalizados, provocando o colapso total da cidade sobretudo em horas de ponta. Deslocar-se alguns quilómetros de um bairro para outro pode levar horas, dependendo do período do dia, sendo o trânsito mais intenso nas primeiras horas do dia e no final depois da hora laboral. Outras alternativas de transportes são: comboio com uma única linha férrea que liga Viana ao porto (cidade), muito recentemente barcos, motorizadas normais ou de três rodas (kupapatas) para as zonas de difícil acesso.

Deslocar-se em Luanda e arredores é extremamente constrangedor. Pode utilizar-se o táxi, ou autocarros, ou ir a pé, mas em Luanda existem poucos táxis autorizados, os candongueiros não são seguros nem confortáveis. A deficiente sinalização de trânsito é outro problema. A organização das ruas é confusa, estacionar é muito difícil e a condução é muito enérgica e perigosa. Os únicos momentos em que se pode ter a certeza de circular tranquilamente é entre 22h às 4h00.

Algumas companhias de autocarros fazem serviços regulares intra e interprovinciais. Não se pode fazer reserva com antecedência, as bilheteiras, em poucos casos só para viagens interprovinciais. A duração das viagens é estimada, já que o trânsito em Luanda inviabiliza qualquer previsão. As principais estações de autocarros de Luanda encontram-se nas periferias.

2.3.9. Bens públicos

Os bens público ou colectivos muitos deles são permanentemente vandalizados sem no entanto os autores serem responsabilizados. A linha férrea é muitas vezes usada como local de depósito de lixo, devido o intenso transito e os elevados casos de acidentes, os postes de iluminação pública são permanente derrubados derribados, os espaços verdes mal

conservados ou mesmo eliminados em vários pontos, os postos de transformação eléctrica e os pontos de passagens de água são igualmente vandalizados, os transportes públicos, hospitais, escolas, campos desportivos e outros espaços de lazer têm conhecido o mesmo destino. Na verdade os bens públicos de um modo geral, apesar de algumas iniciativas pouco produtivas do governo de conferir satisfação às comunidades com esses bens, peca pela falta de fiscalização e responsabilização dos seus autores.

2.3.10. Saúde e família

As famílias Luandenses, na sua maioria de origem bantu, em via de regra, são numerosas. Os moradores da periferia informal são sobretudo caracterizadas como aquelas que “habitando em casas de construções precárias (blocos de cimento, de barro e cobertas chapas de zinco), sem esgotos, luz eléctrica nem água potável, ou com dificuldades de acesso à educação” (Viegas, 2015:107).

Os hospitais públicos não têm capacidade de resposta adequada quer em termos de equipamentos quer de técnicos qualificados. Os cuidados médicos nas clínicas privadas são aceitáveis, mas caros. Para casos mais graves, a evacuação para o estrangeiro tem sido a opção de muitos.

Existem mais postos médicos privados do que estatais no interior dos bairros, ainda assim esses serviços de saúde são de nível primário, na sua maioria não dispõem de uma ambulância nem de condições aceitáveis para a prestação de serviços de saúde. Alias, a socióloga na sua pesquisa não ignora a situação e por isso descreve o seguinte: “ Em relação à saúde, os serviços sanitários prestados são escassos em postos e centros de saúde públicos, num hospital municipal, com um número reduzido de médicos, para-médicos e com um abastecimento de medicamentos muito irregular, tornando-se, por isso, difícil o acesso quer nas consultas quer nos medicamentos” (Viegas 2015: 108).

2.3.11. Redes de Sociabilidades: a função do quintal

As populações da periferia são heterogéneas, quer do ponto de vista da proveniência, rural ou urbana quer do ponto de vista do tempo de chegada e assentamento em Luanda, assim como da sua condição económica. A título de exemplo, pode-se encontrar no interior dos musseques pessoas da classe média emergente como professores universitários, médicos, engenheiros, advogados, bancários e até altas figuras da administração do aparelho do estado, só para citar alguns por causa do *deficit* de habitações e dos elevados preços praticados no sector imobiliário privado.

No entender de Rodrigues (s/d) “as redes de solidariedade com maior importância em Luanda são as que se fundam nos laços familiares. A um nível mais abrangentes, os indivíduos e famílias desenvolvem reciprocidades e solidariedades com elementos pertencentes ao mesmo bairro, praticantes da mesma religião ou com os quais desenvolvem actividades económicas. Estas redes e a sua estruturação permitem conceber a realidade social luandense como um conjunto atomizado de grupos onde as trocas e reciprocidades são mais intensas”. Isso explica-se pelo facto de que para o bantu “vive pela comunidade, nela e para ela. É essencialmente social, comunitário, participante e comungante...A vida em comum, em solidariedade, a reciprocidade, o calor, o amparo, a dedicação, a generosidade, a amizade, e a defesa comunitárias são as manifestações mais belas e decisivas da cultura” (Altuna 1993:204).

O musseque apresenta também alguns paradoxos marcantes, pois, actualmente há nela habitações de luxo que podem ser encontradas nas cidades mais modernas do ocidente. O único problema é o facto de serem as casas certas nos lugares errados. Outro elemento a ter em conta é que a convivência entre diversas populações das várias partes de Luanda e arredores deram novas marcas à cidade.

Para a população em geral a designação mais usual para se referirem ao musseque é o termo bairro. Assim, os bairros, vulgos musseques, são essencialmente caracterizados por habitações de construção térrea, embora nos últimos tempos verifica-se o surgimento de muitas habitações com um ou dois andares e terraços.

Para muitas famílias o quintal desempenha várias funções, nele se pode encontrar a criação de animais, a pequena agricultura, barracas ou cantinas para o pequeno comércio informal.

No interior de alguns quintais podem ser encontrados oficinas (mecânica, bate-chapa e pintura, frio-automóvel ou doméstico, padaria, cozinhas, espécie de restaurantes, alfaiatarias, etc.).

Muitos quintais são locais de cultos, dependendo da programação da organização, ao mesmo tempo que alguns desses quintais estão construídos 1 a 6 ou mais anexos de arrendamentos, ou seja, num mesmo quintal vive o dono, os inquilinos, realizam-se cultos religiosos e a mesmo tempo tem uma bancada para pequeno comércio. A casa de banho é exterior, partilhada por todos actores do referido espaço.

São hábitos e costumes que as populações desenvolveram e cristalizaram em consequência dos seus universos habitacionais e de pensamento. Para as populações, há aqui uma manifesta adaptação e acomodação. Nessas condições evidencia-se dificuldade de delimitar o que se pode considerar espaço privado e espaço público.

Nos bairros, os laços de vizinhança, por exemplo, vêm se revelando bastante fortes, ultrapassando muitas vezes em importância os laços de parentesco. A ajuda mútua, fundamental no quotidiano, se dá com mais frequência entre vizinhos do que entre parentes.

É comum os pais saírem para o serviço e deixaram as crianças com o vizinho. Outra questão não menos importante tem a ver com a realização de festas de aniversários ou casamentos tradicionais (alembamentos) que são práticas comuns no interior dos quintais

A observação de um velório até a sepultura leva de três a sete dias, dependendo dos casos. Essas cerimónias que envolvem choros, cozinhas, comes e bebes realizam-se no interior dos quintais que são igualmente espaços para as práticas acima referidas. Não poucas vezes, fecham-se ruas durante o período que decorrem as cerimónias até o regresso das famílias às respectivas residências.

O quintal encerra um valor e significado importante na periferia, é no seu interior que decorrem as reuniões familiares⁷, debates, lazer, mediação de conflitos e decisões relacionadas com a vida da comunidade, como bem referiu Pereira (2008: 73)

⁷ O conceito de família no contexto bantu, do qual a maioria da população angolana integra, é alargado. Inclui todos os tipos de famílias, sociologicamente estudados. A ideia de família em Angola vai para além da nuclear. Uma casa pode abrigar três ou mesmo quatro gerações. Este tipo de organização familiar, é marcado por laços de sangue (a família nuclear), os de parentesco por aliança (resultante do casamento dos filhos, pode

Em via de regra, no musseque, as populações adquirem terrenos para a implantação da casa, mas reservam sempre um espaço que desempenha a função de quintal. No fundo do terreno, regra geral, é implantada a casa e o “quintal”, que é um espaço aberto, reservado na parte frontal que dá para a rua.

A actividade exercida nos quintais levanta questionamentos se tais lugares são espaços apenas privados ou domésticos. A percepção dessa realidade levanta questionamentos do que se público ou privados, para tal deve levar em consideração o uso e os significados que os actores envolvidos conferem aos espaços em análise.

Os moradores dos bairros da periferia de Luanda, à semelhança de quem vive na cidade são portadores de culturas, enraizadas no contexto de precariedade e “desordem” habitacional onde se desenvolveu todo um conjunto de relações entre si e com o meio envolvente que os identifica.

2.3.12. Realidade ecológica e uso dos solos

A ecologia humana contribui para o bem-estar individual, seu fim último é a criação e manutenção de pessoas saudáveis em ambientes igualmente saudáveis. Actua nos domínios cultural, social, psicológico, económico, biológico e ambiental, daí a sua dimensão multidisciplinar. Propõe um modelo holístico integrativo que pretende manter um equilíbrio entre a necessidade e a utilização de recursos; reflecte sobre a importância dos ambientes saudáveis à biodiversidade; contribui na necessidade de mudar atitudes e desenvolver comportamento e políticas sustentáveis para a biodiversidade e seus ecossistemas a nível individual, das comunidades, societal e global.

Espaços verdes, em Luanda, são praticamente inexistentes; arborização inexistente na periferia, salvo as árvores no interior de alguns quintais que desempenham a função de fonte de frutos para consumo humano e de cobertura ou sombra; não há jardim zoológico, o único que existia foi encerrado há mais de 15 anos; existe há uns 50 quilómetros na região

ainda abrigar indivíduos não-membros da família, por afinidade (Revière 2014:77). No entender do padre Raul Altuna” o bantu não pode viver sem família nem clã, os dois grupos primários, fundamentais e vitais [...] não se pode conceber nem explicar o indivíduo bantu isolado de uma comunidade (Altuna, 1993).

sul do centro da cidade o parque nacional da Quiçama onde se desenvolve o ecoturismo para um segmento da população bem definido; assiste-se a uma extracção massiva ilegal de inertes quer ao longo da orla costeira quer noutras áreas onde se explora areia, burgau, britas e outros para comercialização, sem o devido controlo das autoridades; não existem dados ou estudos de impacte ambiental relativos às áreas de expansão urbana de construção formal (especificamente nas “centralidades”) e nas de construção informal; em épocas de chuvas há muitos charcos misturados com todo o tipo de lixo: pneus, latas, sucatas, baterias de viaturas, pilhas, garrafas, etc.

Com o problema inerente ao deficiente fornecimento de eléctrica que nem todos têm acesso, quase todas as moradias dispõem de geradores, o que constitui um sério problema para a saúde das populações (noites mal dormidas devido ao barulho que se produz vindo de várias residências ao mesmo tempo, a qualidade do ar que se respira é igualmente afectada, muito provavelmente composto de monóxido e dióxido de carbono emitido durante o funcionamento de geradores e expelido para o ambiente); os custos com a compra diária de combustível para o seu funcionamento, constitui um peso na economia das famílias, etc.

Não poucas vezes, na periferia desordenada, as noites de velório, há queima de pneus de caminhões que por um lado sinaliza a existência de óbito, por outro serve de iluminação para o caso de não haver energia eléctrica, com todos os riscos e prejuízos que tais práticas acarretam à saúde, ao ambiente e à segurança dos próprios moradores.

A construção da Nova Baía de Luanda que constitui hoje o cartão postal da cidade, implicou uso de dragagens que “empurrou” o mar, expandindo a parte seca, ou seja houve empréstimo de solo visando ganhar área sólida para a construção daquele panorama e, isto sem dúvida alterou a configuração natural da costa.

Em visita aos Ministério do ambiente e da Habitação e construção ficou assente a ideia de inexistência de dados de impacte ambiental realizados nas locais onde foram implantadas quer as “centralidades” quer outros projectos habitacionais que ocuparam vários hectares de terra. Não se sabe ao certo o tipo de solos, de vegetação ou de biodiversidade destruído naquelas áreas.

Iniciativas tímidas de estudos de impacte ambiental são realizados, solicitados sobretudo por empresas, por empresas multinacionais ligadas aos sectores petrolífero, de construção civil e alguns nacionais. Até 2013 o Angola contava com 44 associações ambientais (Angop 2013).

Os poucos estudos de impacte ambiental a que se teve acesso são referentes a:

- Projecto de requalificação urbana da Marginal da Corimba, 2015;
- Requalificação da Nova Baia de Luanda, (2011?);
- Construção do condomínio BPC 3 em Talatona produzido 2012;
- Loteamento das Torres A e B da fase V do Belas Bussness Park em Talatona de 2015;
- Projecto de requalificação urbana do perímetro dextranexo do Futungo de Belas de 2015;
- Projecto de requalificação urbana da Marginal da Corimba, 2015;
- Requalificação da Nova Baia de Luanda, (2011?);

Informações disponíveis sobre uso do solo em Luanda, resultam de uma dissertação de Mestrado⁸ cuja delimitação foi o período entre 2000 a 2008, onde o autor utilizou imagens do satélite Landsat, os objectivos que nortearam sua pesquisa eram de “avaliar as mudanças na mancha urbana da província de Luanda num período de grande crescimento em função do intenso processo de ocupação ordenado e desordenado do solo” (Garcia, 2013:58). Tendo chegado às seguintes resultados: “no período em análise a mancha urbana cresceu, passando de 87,79 km² em 2000 para 174,73 km² em 2008. Como era de esperar, enquanto cresceu a área urbana, a área não urbana (solo expostos, vegetação natural e área agrícola) diminuiu, passando de 2283,3 km² em 2000 para 1912,94 km² em 2008” (Garcia, 2013:47). Concluído então que “a expansão que ocorre na província de Luanda implica um aumento da vulnerabilidade sócio-ambiental no território. A forma de ocupação do espaço urbano e a expansão de Luanda e das suas áreas periféricas revelam a falta de controlo no

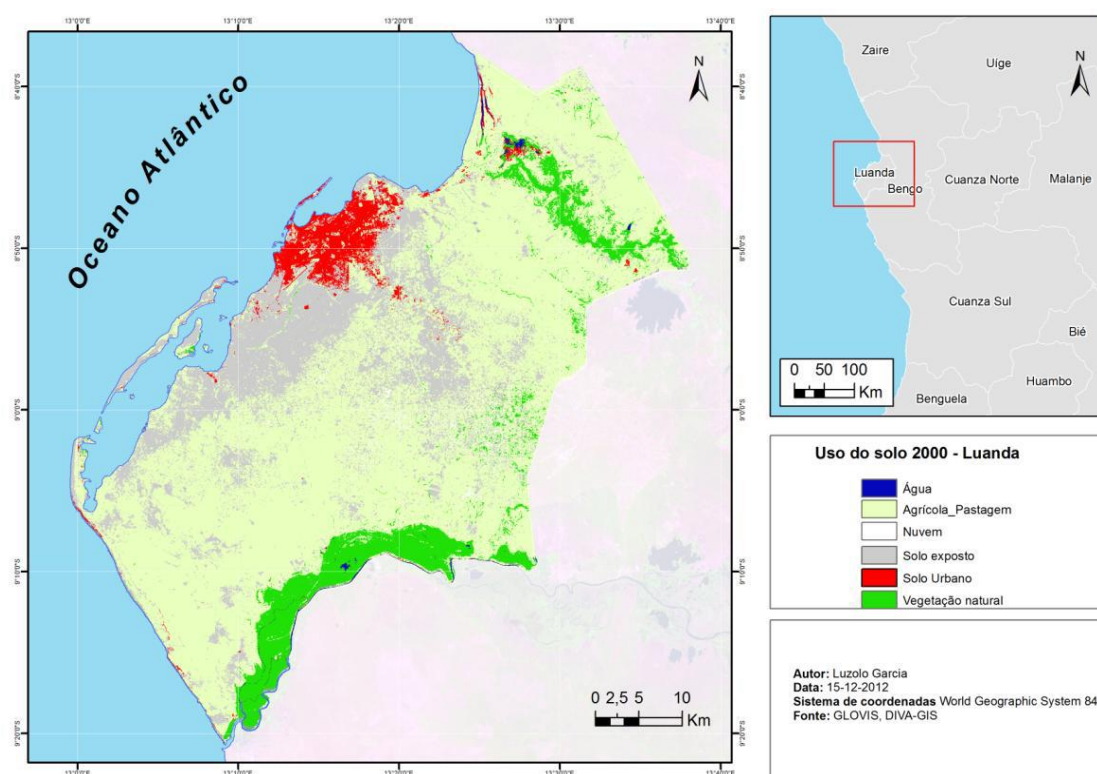
8

Sistemas de Informação Geográfica e Ordenamento do Território, onde o autor analisou as “Modificações recentes no uso do solo e na dinâmica fluvial em Luanda: a bacia hidrográfica da ribeira da Samba”.

ordenamento do território e são o reflexo do não cumprimento da legislação e de políticas de gestão urbana” (Garcia, 2013:58).

Segundo o autor “o aumento expressivo da mancha urbana nas regiões norte, este e sul da área de estudo” (Garcia, 2013:58) tem várias explicações, mas as deslocções de grandes contingentes populacionais no período de guerra civil para as cidades, mormente em Luanda é uma das principais causas.

As figuras, extraídas da dissertação referenciada ilustram as classes de uso do solo da província de Luanda, bem como a área ocupada por cada classe, obtidas a partir da classificação supervisionada por máxima verossimilhança das imagens LandSat, nas datas de 14-06-2000 e de 01-08-2008.

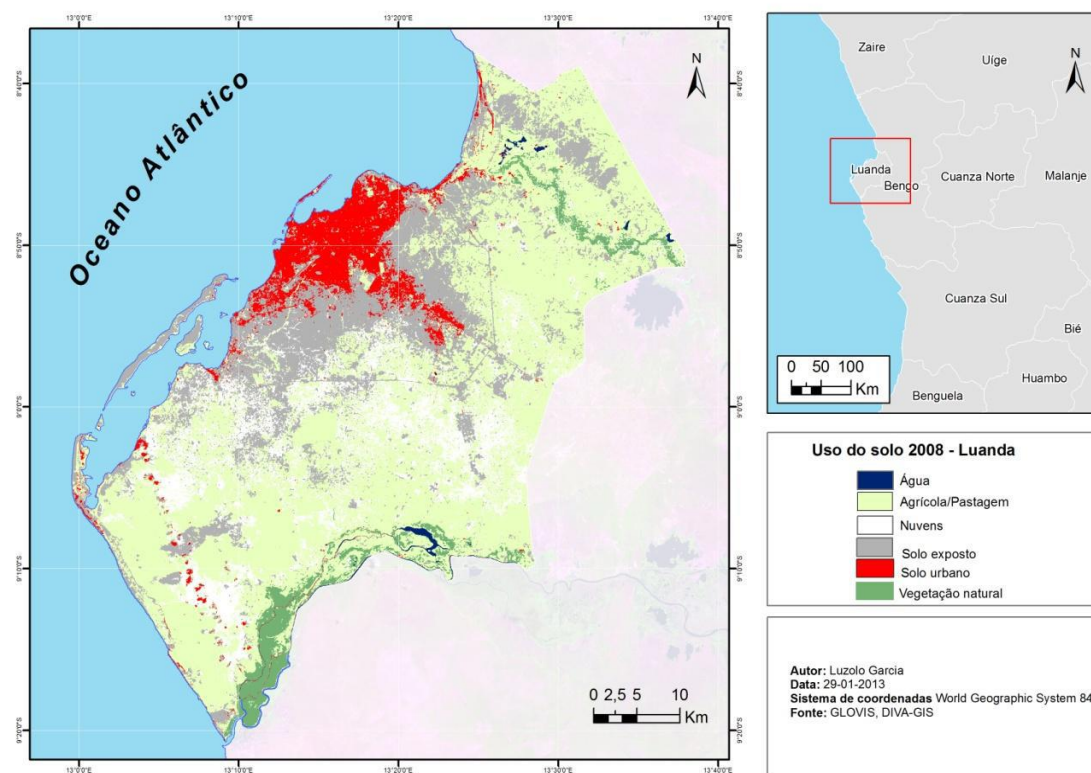


Fonte: Garcia - Luanda: Uso do solo em 14-06-2000.

Tipo de solo	Área (Km2)	%
Agrecola/pastagem	1581,28	64,63

Água	20,18	0,82
Nuvem	54,87	2,24
Solo exposto	489,45	20,00
Urbano	87,79	3,59
Vegetação Natural	213,07	8,71
Total	2446,65	100

Fonte: Garcia - Luanda: área das classes de uso do solo em 14-06-2000.



Font: Garcia - Luanda: Uso do solo em 01-08-2008.

Tipo de solo	Área (Km2)	%
--------------	-------------	---

Agrícola/pastagem	1283, 46	52,46
Água	13,80	0,56
Nuvem	345,18	14,11
Solo exposto	532,86	21,78
Urbano	174,73	7,14
Vegetação Natural	96,62	3,95
Total	2446,65	100

Fonte: Garcia - Luanda: Uso do solo em 01-08-2008.

Estabelecendo uma análise comparativa temporal, o autor constata alterações na configuração do uso do solo“ entre as classes de uso do solo no período seco (maio a agosto) nas datas referenciadas” e considera que de 2000 a 2008, houve um aumento na área de uso de solo urbano (de 3,59% para 7,14%) e reduções significativas nas áreas de vegetação natural (de 8,71% para 3,95%) e área agrícola/pastagens (de 64,63% para 52,46%) ” (Garcia, 2013: 48).

Apesar da limitação ou inexistência de informações de estudos de impacto ambiental nas áreas de expansão urbana ordenado e desordenado não se pode perder de vista que qualquer actividade humana, no caso específico, do uso de solos tem sempre associada impactos que podem ser positivos ou negativos tendo implicações nos domínios ecológico, socio-cultural, económico e jurídicos.

2.3.13. Tipos de Assentamentos em Luanda

Para a antropóloga brasileira Luena Pereira, Luanda apresenta:

- Um centro moderno;
- Uma área de transição, composta de bairros populares com algum tipo de estrutura de saneamento e serviços essenciais (água e luz);

- A periferia, identificada pelos antigos musseques, cada vez mais inchados, e novos bairros;
- E o cinturão verde de Viana, a leste e ao sul, com alguma produção agrícola que abastece a cidade e do sul de Luanda, áreas que vêm sofrendo expansão populacional e crescente ocupação, especialmente a ultima, com o megaempreendimento residencial Luanda Sul.

Um estudo interessante desenvolvido igualmente pela Organização Não-Governamental Development Workshop, mais tarde retomado por Bettencourt (Developent 2005; Bettencourt 2011), cujas variáveis foram: a estrutura física, a época de construção, a segurança na posse, a qualidade da construção e ainda o acesso a infra-estruturas urbanas (água canalizada e sistema de drenagem) e a serviços públicos, identificou 10 tipos de assentamentos, sendo um rural e os restantes nove urbanos. Assim, as áreas que circunscrevem o território Luanda, em termos de assentamentos podem ser agrupados da seguinte forma:

a) Centro Urbano Antigo (também designado Casco Urbano).

É o centro político-administrativo, construído no período colonial, constituído por edifícios com mais de 35 anos, cujo padrão das infra-estruturas assemelha-se ao modelo de cidade ocidental. Muitos dos edifícios encontram-se em estado deteriorado devido à fraca manutenção. Englobam uma combinação da arquitectura histórica e moderna, com novos edifícios modernos de grande porte, ocupando terrenos livres, ou substituindo edifícios coloniais. Verifica-se também uma maximização do espaço, implicando constantes e consideráveis alterações à estrutura original dos edifícios antigos: elevação dos muros, construção de anexos, ocupação dos espaços vazios entre edifícios e entre casas, ampliação vertical das moradias, etc.

No centro da cidade, mais concretamente na Avenida da Marginal e arredores, tem sido alvo de uma requalificação, é onde está a ser erguido o principal centro de negócios de Angola, um conjunto de torres defronte à Marginal. Hoje, a Nova Baía representa um dos postais da cidade.



1. Marginal da Nova Baía de Luanda. Fonte: Internet

b) Novos Subúrbios urbanizados (condomínios)

Áreas construídas há cerca de 15 anos, projectadas de acordo com um modelo urbano convencional e com um nível aceitável de infra-estruturas, embora com funcionamento inadequado. São desenvolvidas segundo projectos imobiliários de parcerias público-privadas. Geralmente fechados de tipologias unifamiliares e multifamiliares, pelos preços dos imóveis facilmente percebe-se que se destinam a famílias de médio e alto rendimento, assim como a grandes companhias nacionais e estrangeiras. A qualidade de construção considera-se boa e em muitos casos acima da média.



2. Condomínio Jardim de Rosas. Fonte: Internet.

São exemplos vários condomínios fechados na região sul, próximo da única via expresso. Nova Vida, Talatona, Luanda Sul, Viana II, Camama, etc. Vale ressaltar que é nesse corredor, ao longo da via expresso onde foram implantados os maiores projectos imobiliários modernos, as chamadas “centralidades”, edifícios de tipologias de 4 e 15 andares.

c) Bairros Populares (periferia colonial)

Construídos há mais de 35 anos, e desenvolvidos na sequência de programas públicos ou da iniciativa de entidades privadas, de habitação social para funcionários e operários de baixa e média renda. Originalmente, os arruamentos eram regulares e as casas alinhadas, construídas em grande escala, mas tinham baixo nível de infra-estruturas e serviços. Com o tempo atingiram tamanha densificação e degradação que se assemelham aos actuais musseques informais. O que distingue estes bairros dos actuais musseques é: a sua maior proximidade da cidade do asfalto; os níveis de pobreza mais baixos; os agregados familiares menores; e uma facilidade maior de acessos aos serviços e transportes. São exemplo, o Bairro Neves Bendinha (Popular), Cassequel Mártires de Kifangondo , etc.



3. Periferia informal. Fonte: Internet.

d) Zonas de Habitação Social

Construções mais recentes, desenvolvidas pelo Governo no período pós-guerra civil, cujo padrão de arruamentos alinhados e concentram-se principalmente nos limites da expansão urbana, nomeadamente Panguila, estando nesse momento anexado à província do Bengo, segundo a nova divisão administrativa; no Zango em Viana, entretanto sem infra-estruturas, embora em alguns casos tenham energia eléctrica e água canalizada.



4. Habitações sociais do Zango. Fonte: Internet

e) Áreas de Auto-Construção Dirigida

Áreas constituídas por moradias unifamiliares surgidas paralelamente com o período de construção de condomínios, há cerca de 15 anos. Apresentam um padrão de arruamentos alinhados, planeados pelo governo ou por famílias organizadas de médio e alto rendimento. É o caso dos Bairros Morro Bento, Benfica, Luanda-Sul, Nova Urbanização em Cacaco, etc.



5. Bairros de auto-construção dirigida. Fonte: Internet

f) Musseques de Transição

Assentamentos construídos antes da independência, englobam os musseques, localizados dentro da cidade formal perto dos empregos urbanos, mercados e dos serviços públicos, devido à limitação de expansão por conta da sua posição geográfica e urbana, atingiram níveis de densificação muito elevados e por isso tem crescido na vertical.

Os terrenos em que estão assentes têm hoje valores elevados no mercado de solo urbano, o que leva a que algumas famílias mais pobres acabem por vender as suas propriedades e se instalem na periferia urbana onde a terra é mais barata. Muitos desses assentamentos têm sido objectos de requalificação urbana. A localização destas áreas de transição bem como o valor do solo constituem uma oportunidade de atracção de privados com vista à sua qualificação.

Como exemplos, temos os bairros Catambor e Operário os quais apresentam alguma redução nos níveis de pobreza, actualmente, objectos de requalificação urbana, têm melhor acesso às infra-estruturas e serviços, comparativamente às outras áreas de musseque.



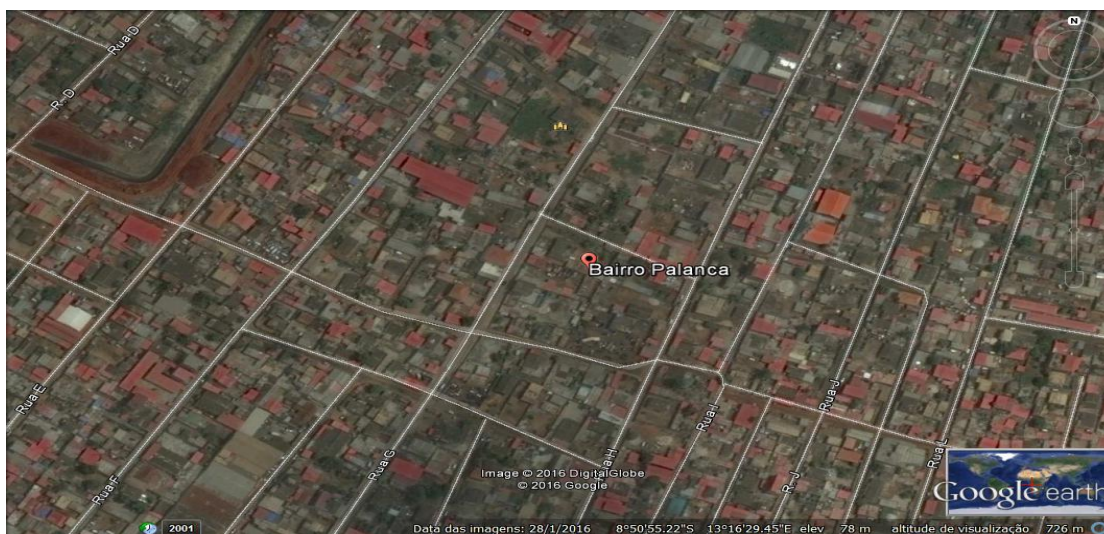
6. Musseques de transição. Fonte: Internet

g) Musseques Ordenados

Bairros desenvolvidos pelos próprios moradores começando um pouco depois da independência aos dias actuais. Apresentam arruamentos regulares e estruturas habitacionais diversas, são casos do Palanca e Mabor e Petrangol e vários outros bairros que surgiram no pós-guerra. No primeiro caso, estes bairros maioritariamente ocupados por imigrantes e regressados do ex-Zaire, adaptaram nesses espaços o tipo de organização habitacional em que estavam inseridos. Daí que essas construções parecem a extensão dos

bairros populares, ou até mesmo de bairros planejados da cidade formal. Apesar de não possuir infra-estruturas nem asfalto, existem nessas áreas, em menor número, habitações do período colonial, cujo mecanismo de acesso a estas casas é feito normalmente pela compra formal.

A segurança de posse da propriedade, pelo tempo e segundo a legislação vigente, é superior aos restantes musseques, o que leva a que os residentes invistam no melhoramento das suas construções de origem formal.



7. Musseques ordenados. Fonte: Google earth 2016

h) Musseques Antigos

Desenvolveram-se há cerca de 35 anos, com arruamentos sem infra-estruturas onde apenas as vias estruturantes são asfaltadas, entretanto sem uma rede de transportes públicos. Não apresentam infra-estruturas básicas eficientes e o padrão de construção é precário e ainda se observam casas de pau a pique e madeira.

Estes musseques resultam do crescimento dos assentamentos da população nativa, no tempo colonial, e foram crescendo ao mesmo tempo que a cidade formal. Na altura da independência já tinham dimensões consideráveis e continuaram a densificar-se e a expandir-se para as áreas livres disponíveis. O preenchimento dos espaços livres foi de tal forma que atingiram a fronteira da cidade formal, chegando mesmo a misturar-se. Houve

casos de expansão para áreas de risco, nomeadamente encostas, sobre o caminho-de-ferro e lixeiras. É exemplo disso o Bairro Cazenga.



8. Bairro Cazenga. Fonte: Internet.

i) Musseques Periféricos

Estes musseques formaram-se na periferia da cidade, onde se instalou a população das áreas rurais fugida da guerra civil. Essas terras de valor mais baixo, situam-se a uma grande distância da cidade e de qualquer serviço básico e de oportunidades de emprego, o que obriga os residentes a pagarem de forma exorbitante pela água e pelos transportes. A densificação e a pobreza são altas e a sobrevivência nestas zonas está dependente do mercado informal.

São bairros novos com cerca de 15 anos, sem plano nem arruamentos delineados e sem infra-estruturas básicas. O padrão de construção é de nível precário, com materiais temporários que vão sendo melhorados com o aumento dos rendimentos.



9. Bairros periféricos muito distantes da cidade. Fonte: Internet

j) Assentamentos Rurais

Localizam-se fora dos limites da cidade mas ainda dentro da província de Luanda. O tipo de ocupação é rural, com lavras e espaços ligados à agricultura de subsistência. Têm baixa densidade populacional e não usufruem de qualquer tipo de infra-estrutura básica. A sua maior concentração é nas imediações do município do Cacuaco; Quicama e Icolo e Bengo. É nas proximidades de uma destas áreas onde está a ser construído o novo aeroporto internacional de Luanda.



10. Novo aeroporto de Luanda em construção. Fonte: Internet

h) As “Centralidades”

Os novos centros urbanos, divididos em áreas de habitações sociais com padrão térreo e áreas de construções do tipo cidade com construções essencialmente verticais implicando a partida modos de habitabilidades e sociabilidades muito próprias, previamente concebidas pelo arquitecto. É para esses novos espaços que muitas populações, cujo perfil foi acima descrito, se estão a transferir desde 2012, levando com eles, em alguns casos, muitos hábitos e práticas culturais construídas e enraizadas num contexto de não cidade.

Pelas razões acima apontadas e eventualmente outras, sobretudo por dois factores fundamentais: a pobreza urbana e a especulação imobiliária, produziu-se uma situação aparentemente paradoxal: enquanto um enorme contingente populacional marcado por uma observacional pobreza material se aglomerava nas áreas mais afastadas da cidade vivendo em condições precárias ao extremo, devido à combinação: insuficiência de habitações no centro da cidade e pobreza económica, inúmeros terrenos e imóveis vazios e baldios como campos de futebol no interior dos bairros que se transformam pequenos bairros, antigos quarteis militares e antigas fábricas falidas que deram lugar armazéns de venda de produtos a grosso e retalho, outros a empreendimentos imobiliários gigantescos e de luxo, conformavam a paisagem urbana – um grande número deles, inclusive, na área peri-urbana.

Essa categorização da população evidencia uma situação de segregação residencial. Implica que os residentes provenientes do casco e urbano e das zonas de transição mais estão familiarizados com o estilo de vida urbana do que residentes provenientes do contexto sem ou com deficientes infra-estruturas cujo estilo de vida não propriamente urbano. Diante desse quadro, impõe-se a todos adaptação e aquisição “ de uma cultura urbana renovada, de formas de afirmação de expressões culturais diversas, algumas consideradas “extremas” (...citado por Baruchi e Scocuglia 2011: 398), que permitam uma convivência harmoniosa, pois num contexto urbano o individuo é submetido a múltiplos choques dos quais ele tenta se proteger e é susceptível de construir em si um quadro mental propenso à “individualização, à intelectualização, ao cálculo, à indiferença e à racionalização das relações sociais que analisa como mecanismos de defesa contra as “ameaças” da cidade, pois as condições da vida moderna impõem situações e formas de comportamentos específicas (Fortuna 1997).

Como já se fez referência, Luanda continua a registar um cenário de reprodução fiel da realidade colonial, pois a segregação residencial e espacial persiste até aos dias actuais. A expansão urbana planificada nos arredores de Luanda é igualmente caracterizada por vários de tipos de construções:

A primeira são projectos de construção de habitações enquadradas no Programa Provincial de Habitação Social (PPHS) para cujos destinatários são famílias realojadas, provenientes de vários pontos dos musseques da cidade de Luanda, até então considerados como zonas de risco. Esses projectos visam igualmente atender uma franja da população que não têm condições e recursos para aderir aos outros programas habitacionais, em curso na cidade capital. São bairros sociais caracterizadas por habitações térreas, de baixa renda, sem qualidade alguma, com ruas ordenadas mas sem asfalto nem infra-estruturas, embora em alguns casos com água canalizada e energia eléctrica instalada, onde foram realojadas famílias, umas de forma voluntárias e outras forçadas.

A falta de qualidade nas habitações desagrada a muitos o que levou uma dirigente do MPLA a proferir o seguinte: “Estou decepcionada porque as bases de muitas casas têm pouca profundidade, por isso o Executivo está a trabalhar para melhorar a qualidade de vida do nosso povo, mas também é preciso fazer obras com qualidade” (Inglês 2014).⁹

Os projectos em causa são Panguila (antes município de Cacuaco, agora anexado à província do Bengo segundo a nova divisão político-administrativa), mais a norte de Luanda; e o Zango que se subdivide em 1, 2, 3 e 4, no município de Viana, a Sul da capital.

O Zango 1 e 2 assemelha-se bastante ao Panguila quer à configuração quanto ao tipo de construções. O 3 e 4 já dispõem de alguma infra-estrutura, asfalto e sinalização nas vias principais. Apesar do trabalho de ordenamento urbanístico dos bairros, as ruas do interior são desprovidas de asfaltos e calçadas.

A distância que separa as famílias realojadas nesses bairros do centro da cidade e dos locais onde desenvolvem suas actividades é de cerca de 50 km, para uma cidade sem uma rede de transportes estruturada, mesmo assim esse condicionalismo não impediu a sua

⁹ Lê-se no Jornal de Angola do dia 6 de Abril de 2014.

adapção à nova realidade. Entretanto, transportaram consigo comportamentos da “antiga vivência”: roubos, assaltos, ocupação de passeios nas vias principais para a construção de estabelecimentos comerciais, deposição de lixo nas rotundas e separadores da estrada, vandalização dos bens públicos, doenças, etc. Há falta de iluminação pública nas áreas habitacionais, verifica-se águas paradas e vias esburacadas, ambiente de insegurança, etc. Em suma, degradação em grande parte da extensão do Zango que tem cerca de 10 anos.

Os modos de vida que se observam nesses espaços residenciais constituem uma síntese fiel de reprodução social e cultural dos musseques, com o diferencial de constituírem em bairros urbanisticamente planificados.

Os actuais moradores dessas urbanizações são famílias que se encontravam a habitar em zonas consideradas de riscos; os outros se encontravam a habitar em áreas nobres, no centro da cidade, arredores do palácio presidencial, em construções coloniais e ou erguidas dentro dos parâmetros urbanos mas, que foram desalojadas sob pretexto de ocupação de área, que constitui reserva de interesses do Estado. Nas áreas de onde foram desalojadas algumas dessas famílias foi construída uma moderna e monumental obra, a actual assembleia Nacional.

Muito recentemente foi construída a Urbanização Zango 5, que dista mais de 40 km de Luanda, conta com 8 mil casas. Para além destas tem ainda 2780 moradias geminadas. O projecto contempla escolas, creches, hospitais, estações de electricidade água, mas ainda não disponível à população interessada.

A segunda categoria, a que representa o objecto do presente estudo, é constituído de bairros com construções verticais em blocos de 4 a 15 andares, cuja denominação oficial são “centralidades”, equipado com infra-estruturas. São habitações de médio e alto padrão, com ruas bem estruturadas, asfaltadas, sinalizadas, com jardins, escolas e creches e alguns espaços de lazer, e espaços reservados para a futura construção de equipamentos destinados aos serviços, cujo acesso a elas é mediante o contrato por renda resolúvel, entre o interessado e a empresa gestora, sem a intervenção de financiado por instituições bancárias, mas mediante um pagamento directo e/ou periódico a entidade gestora.

Para Pereira,

o projecto Luanda Sul inclui vários condomínios de médio e alto padrão, acompanhados de vários tipos de serviços, e inaugura um novo tipo de ocupação, controle e concentração das terras urbanas de Luanda por suas elites económicas. Tem ocasionado o afastamento residencial da crescente elite e da emergente classe média do centro para o subúrbio, embora os avanços na sua construção tenham feito avançar também, a sua volta, um sem-número de bairros precários e pequenos musseques (Pereira 2014:87).

Visão igualmente partilhada por outro actor que no seu entender “ o crescimento urbano é também acompanhado por um processo de suburbanização generalizada” (Almeida, 1994:91).

2.4. Escolha do objecto

Luanda é caracterizada por vários tipos de assentamentos residenciais, onde os estilos de vida variam face à estrutura e condições que o espaço oferece.

A escolha do objecto deste estudo recai sobre três domínios de estudo definidos a saber: 2 “centralidades”: Kilamba e Sequele e o Condomínio Vida Pacífica, essa última com características arquitectónicas similares, actualmente habitados.

O objecto empírico incidiu ainda sobre algumas famílias saídas dos diferentes bairros/musseques de Luanda residindo actualmente nessas urbanizações, cuja amostra (não representativa) reincidiu para 20 agregados familiares, sendo 8 no Sequele, 7 no Kilamba e 5 no condomínio por constituir a menor em termos de dimensão espacial e demográfica. Optou-se pela combinação da amostragem intencional e por bola de neve, que facilitou a identificação dos respondentes que se transferiram das áreas residências em torno de Luanda para as referidas urbanizações. O modelo de amostragem utilizado não é aleatório e por isso, impõe limitações à generalização dos resultados obtidos.

A nível nacional, o número médio de pessoas por agregado familiar é de 4,6 pessoas. Os chefes de família são maioritariamente homens (62%) e com idade compreendida entre 25 a 44 anos (52%). No respeitante à habitação, a maioria das residências são do tipo convencional (74%), seguindo-se as moradias de cubatas (23%). A maioria dos agregados familiares vive em habitações próprias (70%); 19% em casas arrendadas; casas compradas ou em via disso somente 6% (INE 2016).

A população total residente em Luanda é de 6 945 386, dos quais 6 760 439 vive em áreas consideradas urbanas e 184 947 em áreas rurais. Em todo o país residem 25 789 024 pessoas, sendo 16 153 987 (63%) na área urbana e 9 635 037 (37%) em área rural.

A presente pesquisa é de natureza exploratória de tipo qualitativo, territorialmente situada, com uma base empírica importante incidindo no universo sócio simbólico e ecológico dos moradores. A fase exploratória, por meio de observações e entrevistas semi-

estruturadas sobre a história de vida das famílias, ajudou a clarificar o problema e aprofundá-lo, tendo deste modo alargado a nossa capacidade de questionar o problema que se pretendia compreender.

Como estratégia metodológica, nesta investigação seguiu-se o modelo indutivo. Partindo da observação e de dados recolhidos e procurou-se num primeiro momento encontrar particularidades, descobrir e compreender os sujeitos e as suas trajetórias individuais, familiares e sociais e as implicações ecológicas decorrentes do relacionamento entre os sujeitos e as demais envolventes.

III. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

3.1. Modelo de análise da pesquisa

Tendo em atenção a natureza do objecto e os objectivos que nortearam a pesquisa, para dar corpo ao presente trabalho, num primeiro momento, fez-se o levantamento bibliográfica disponível sobre a temática em análise (livros, artigos, estudos e documentos sobre as temáticas abordadas nesse trabalho), dando particular destaque à produção portuguesa e angolana por razões óbvias. Num segundo momento, impôs-se a necessidade de escolha das alternativas metodológicas mais adequadas, sem perder de vista que a presente pesquisa incide sobre um universo sócio-ecológico dos moradores oriundos de diferentes bairros periféricos de Luanda, e por outra, pelas características da população optou-se por uma metodologia qualitativa.

Esta metodologia pareceu mais adequada pois permitiu compreender o impacto que a mudança de um contexto de periferia com ou sem infra-estruturas sociais teve na vida dos moradores, bem como as alterações ecológicas resultantes da interacção entre os sujeitos e as demais envolventes.

Em ciências sociais, quando se recorre ao estudo de caso, uma das técnicas do método qualitativo, impõe-se a necessidade da “presença prolongada do investigador nos contextos sociais em estudo e contacto directo com as pessoas e as situações” (Costa 2014:129), pois “privilegiam-se os factos que estão próximos do sujeito e que se repercutem para a vida, sendo que se deve procurar entender os factos a partir da própria interpretação que o sujeito faz da sua vivência quotidiana. Para tal, deve-se ter em atenção a singularidade de cada sujeito, bem como a sua experiência social” (Carneiro 2003: 52).

Pretende-se que o investigador esteja familiarizado com os diferentes universos sociais com os quais entra em contacto, estabelecendo, como é óbvio, o devido distanciamento. A familiarização e ao distanciamento não conferem necessariamente objectividade da análise, como lembra Costa (2014:146-147) “...não significa que conheçamos o ponto de vista e a

visão do mundo dos diferentes actores numa situação social nem regras que estão por detrás dessas interacções dando continuidade ao sistema”, por outro lado afirma “o carácter exótico que um objecto assumia para o investigador não é, por si, garantia de objectividade no respectivo conhecimento”.

As entrevistas ajudam a descobrir aspectos que a observação por si só não permite identificar de modo a alargar o campo da pesquisa. Como postula alguma produção académica, as entrevistas exploratórias têm “por função revelar luz sobre certos aspectos do fenómeno estudado, nos quais o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo, e assim completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras” (Quivy e Campenhoudt 1992:67).

Um dos problemas referentes ao recurso do método qualitativo é que, para a compressão da realidade social, remete os investigadores a diversos posicionamentos teóricos e à utilização diversa de métodos e técnicas a ele associadas, o que implica o “confronto entre as significações que o sujeito verbaliza (sentido subjectivo) e as categorias objectivas que advém do contexto «sistémico» em que se passa a acção” (Guerra 2006:32).

A construção da problemática construiu-se gradualmente a partir ao longo do processo de observação e das consultas bibliográficas realizadas, em como as entrevistas informais, no sentido de esclarecer e optar pelas orientações mais pertinentes que resultaram no presente trabalho; descreveu-se o quadro teórico que orientou a pesquisa, elegeram-se os conceitos basilares que estruturaram a resposta à pergunta de partida.

O presente trabalho não construiu hipóteses, mas serviu-se de um guião de entrevistas como instrumento para a recolha dos dados, no intuito de obter o máximo de informação, tendo como finalidade o alcance dos objectivos propostos pela pesquisa. Na elaboração do guião definiram-se os seguintes eixos de análises: apropriação do espaço e atribuição de significados aos diferentes envolventes, relações de vizinhança, influência da nova realidade urbana sobre os comportamentos, redes de sociabilidades e inter-ajuda e relação entre sujeitos e diferentes envolventes.

3.2. Caracterização dos novos espaço residenciais

Quando se fala de habitação social, a primeira ideia que surge à cabeça das pessoas são aqueles conjuntos de blocos homogêneos, baseados numa construção rápida visando atender situações de emergência, sem grande preocupação com a qualidade e condenados a degradarem-se ao fim de pouco tempo. Os projectos Panguila em Cacuaco e o Zango 1, 2, 3, 4 em Viana, Nandó e outros são exemplos disso mesmo. São moradias que terão respondido ou não à necessidade de garantir habitação em número a segmentos mais desfavorecidos da população mas que, devido à uma concepção e um urbanismo deficiente, cedo começaram a ser mais prejudiciais do que úteis aos moradores, remetendo-os novamente à condição de marginalização social.

De modo geral a concepção da construção de áreas residências urbanas visaram entre outros:

Resolver os problemas de expansão, renovação, recuperação e reordenamento urbano, incluindo a criação de reservas florestais e ambientais; qualificar o espaço urbano colectivo e respeitar as características morfológicas, tipológicas e demais características definidas para a urbanização (Decreto 279/11, artigo 1; 32/11).

Importa referir que o surgimento do maior investimento imobiliário do país, vulgo “centralidades”, é resultado de um projecto eleitoral, ou se quisermos, político de 2008 apresentado pelo partido que sustenta actualmente o executivo.

As urbanizações foram todas erguidas de raiz na periferia da cidade capital do país. As novas “centralidades” foram implantadas nas principais cidades do país, resultam da linha de crédito concedido pela China.

O projecto é uma parceria público privada e contempla várias infra-estruturas básicas, como rede viária, drenagem de águas pluviais e residuais. Foram construídas por empresas chinesas. Segundo a SONIP, as novas áreas residências apresentam o seguinte perfil:

Centralidade do Sequele

Localização: Sequele, município de Cacuaco

Prédios: 10108

Apartamentos: 439

Equipamentos sociais: 2 escolas, 3 creches, 1 mercado, 4 centros comunitários, 2 esquadras de polícia e 1 centro comercial

Constructora: CTCE (China Tiesiju Construction Engineering)

Centralidade do Kilamba

Localização: Município de Belas

Prédios: 20002

Apartamentos: 710

Equipamentos sociais: 17 escolas, 24 creches

Constructora: CITIC (China International Trust and Investment Corporation)

Urbanização KK5000

Localização: Município de Belas

Prédios: 188

Apartamentos: 5000

Equipamentos sociais: 2 escolas, 2 creches, 1 parque (lazer)

Constructora: CITIC (China International Trust and Investment Corporation)

Urbanização ZANGO 8000

Localização: Zango 5, Município de Viana

Edifícios: 2597

Moradias: 8000

Equipamentos sociais: 7 escolas, 5 creches

Constructora: CITIC (China International Trust and Investment Corporation)

Urbanização KM44

Localização: Município de Viana

Edifícios: 229

Moradias: 2248

Equipamentos sociais: 1 escola, 1 creche

Constructora: China Guangxi / Pan-China

Urbanização do Capari

Localização: Município de Dande (Província do Bengo)

Edifícios: 250

Moradias: 4000

Equipamentos sociais: 1 escola, 1 supermercado

Constructora: China Guangxi / Pan-China

Condomínio Vida Pacífica

Localização: Zango, município de Viana

Edifícios: 24

Apartamentos: 2880

Equipamentos sociais: 1 escola, 2 creches, 2 espaços de lazer

Constructora: CIF (China International Fund)

Urbanização do Zango 1 (por concluir)

Localização: Zango, município de Viana

Edifícios: 22

Apartamentos: 2464

Constructora: China Guangxi / Pan-China

Urbanização KK5800 (por concluir, tcp vivendas do Kilamba)

Localização: Kilamba, Município de Belas

Moradias: 5800

Constructora: CIF (China International Fund)

Deste conjunto, três deles são nesse momento habitados. Por esse motivo foram eleitos como objectos de análise no presente estudo.

No plano do executivo, prevê-se a construção de mais de cerca de 36 “centralidades” em outras províncias com destaque ao Bengo, Cabinda, Lunda-Norte, Zaire, Malange, Kuando-Kubango (Menongue), Namibe, Huíla (Lubango), Benguela (Lobito) e Lunda-Sul.

Na verdade esse conjunto de residências não se assemelha à tipologia que é familiar a qualquer pessoa, a um aglomerado de habitações em espécie de comboio, embora ainda desprovidos de serviços e espaços exteriores pensados para o uso e para a melhoria da qualidade de vida da população, como é o caso Zango e Panguila. As “centralidades” combinam beleza e alguma comodidade associadas que confere ao seu morador espaços com qualidade resultando num aparente ou verdadeiro sentimento de felicidade.

Apesar dos instrumentos jurídicos de acesso às urbanizações, as habitações estavam inicialmente restritas aos funcionários públicos e aos membros afectos ao partido no governo, com o Estado fornecendo uma hipoteca na ausência de um sistema financeiro bancário capaz de responder à demanda. A fase que se seguiu foi caracterizada de muitas irregularidades, pouca transparência, corrupção, alteração de preços, etc. Finalmente um apartamento começou a ser comercializada a preços muito elevados como se pode ver na tabela de preços publicados pela SONIP. Mesmo com os referidos preços “as centralidades” foram o mercado imobiliário mais acessível de Luanda e por isso registava centenas de candidatos na fila para a inscrição na SONIP. A demanda superava de longe a

oferta, que a SONIP teve de suspender as operações até ao momento dessa pesquisa. Devido a várias irregularidades registadas no processo de venda e gestão dos apartamentos na SONIP, nesse momento a gestão desse processo está sob tutela da IMOGESTIN.

Os clientes deverão pagar em 30 anos, independentemente da idade, com 3% de taxa de juro e o valor da taxa de condomínio, a ser pago mensalmente, varia em função do tamanho (tipologias T3,T4 e T5) da moradia que ocupam.

As urbanizações construídas são cidades-satélite, inicialmente concebidas para o acesso a qualquer cidadão, mas a prática tem revelado que, os apartamentos destinam-se a acolher famílias da emergente classe média, sobretudo jovens angolanos (Graf.3) expectantes em realizar “o sonho da casa própria” e habitar um ambiente corresponde a sua condição e considerado digno (Decreto 107/12). Surgem como única alternativa para aqueles que pretendem deixar os bairros sem infra-estruturas de modo a começar uma nova vida em contextos urbanos modernos, na periferia.

Sobre as 3 urbanizações (Kilamba, Sequele e a Vida Pacífica) não há muita informação disponível, apesar das tentativas feitas para a obtenção de dados oficiais junto das instituições afins (Administrações, Ministério da Habitação e Construção, IMOGESTIN e SONIP) que alegaram não possuírem tais informações. Soube-se que o organismo afecto à presidência da República, Casa Militar, foi a responsável pela concepção e implementação do mega projecto, ficando para a sua venda e gestão entregue inicialmente à Delta Imobiliária, depois a SONIP, e finalmente a IMOGESTIN, todas elas sucursais da empresa Sonangol.

Diante da competitividade territorial¹⁰, quanto à sua origem, os novos moradores das centralidades têm pelo menos quatro proveniências: o casco urbano de construção colonial, a periferia requalificada com alguma infra-estrutura, a periferia ordenada mas sem infra-estrutura e os bairros periféricos de construção informal sem infra-estruturas.

¹⁰ A noção de competitividade territorial (Seixas e Costa s/d), foi encarada como a capacidade que um espaço tem para oferecer qualidade de vida e bem-estar aos seus «cidadãos», permitindo-lhe assim sustentar, justamente, actividades e dinâmicas de desenvolvimento diferenciadoras face aos outros territórios (fixando residentes, criando emprego, garantindo amenidades e qualidade de vida, assegurando em simultâneo a sustentabilidade dos recursos e ainda garantindo vínculos socioculturais tais como a participação cívica e a identidade cultural).

Segundo os instrumentos jurídicos para a construção das referidas urbanizações, Kilamba deve ocupar uma extensão de área total de 5.294,91 hectares e perímetro total de 30,57 km. A cidade Sequele deve ser implantado numa extensão de área total de 3.317,36 hectares com um perímetro total de 25,93 km.

As “centralidades” foram implantadas no cinturão verde da região sul de Luanda. Áreas antes destinadas à agricultura familiar, de onde os proprietários das lavras teriam sido por alegada ocupação de áreas que constitui reserva fundiária, uma vez que a Constituição da República postula que a terra é propriedade do Estado. Aqui o Estado é muitas vezes reduzido ao governo.

Kilamba é um novo bairro habitacional concebido para se tornar numa cidade, no Município de Belas, localizada a cerca de 40 km a sul da capital, projectada para funcionar como sede do recém-criado município de Belas, tendo como local de referências a via expresso, o estádio nacional 11 de Novembro e o estádio multiuso. Prevê a construção de 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias, oito escolas secundárias e 50 quilómetros de vias. Estima-se que estejam a viver, actualmente, neste conjunto habitacional 55 mil pessoas, estando em fase final de implementação vários serviços de apoio social.

O certo é que o projecto foi concebido para se desenvolver em três fases, com um total de 82 mil apartamentos, numa área de 54 km quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada no dia 31 de Agosto de 2008, sendo a cidade oficialmente inaugurada a 11 de Julho de 2011 pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A referida cidade funciona, actualmente, como bairro habitacional pois está concluída somente a primeira fase. Foram construídas algumas escolas e creches, não dispõe de hospital; muito recentemente entrou em funcionamento um centro médico. Tem uma unidade policial e serviço de bombeiros, de forma tímida vão surgindo algumas agências bancárias e pequenas lojas. O bairro é servido por um único supermercado construído de raiz logo à entrada de uma das duas e únicas vias de acesso que registam um trânsito lento, sobretudo, em horas de ponta.

As “centralidades” que constituem objecto de estudo do presente trabalho não reúnem, ainda, as condições de uma centralidade. Desempenham, presentemente, a

exclusiva função de moradias onde os sujeitos dependem excessivamente do exterior para o alcance de serviços que uma centralidade, em princípio, deveria dispor. Nesta conformidade, não obstante o projecto em papel prever a construção de centralidades e a própria área reservar espaços para futura construção de equipamentos sociais e consequentemente a oferta de serviços, é prudente considerar-se, actualmente, os novos espaços urbanos como bairros habitacionais e não propriamente centralidades.

À partida os centros urbanos desempenham múltiplas funções: residencial, comercial, industrial, cultural, político-administrativa, lazer, económico-financeira, militar, religiosa entre outras. As áreas residências que preenchem objecto dessa pesquisa nascem com a exclusiva função residencial, de forma tímida vai surgindo alguma actividade comercial no Kilamba.

O instrumento jurídico estabelece igualmente as bases e o regime de organização administrativa das referidas áreas residências. Nesta conformidade, a cidade Kilamba tem a natureza de administração municipal, é o órgão desconcentrado da administração do Estado que visa assegurar a realização das funções executivas da administração. Deve ser gerida por um presidente, contrariamente ao Sequele que tem um administrador (Decreto 62/11, cap.I; Decreto 280/11).

Cada um dos órgãos administrativos se encarrega de tratar dos serviços comunitários, como a água, a energia, recolha dos resíduos sólidos” e manutenção dos equipamentos. O condomínio Vida Pacífica, por alegadamente tratar-se de um condomínio privado, embora na fase de inscrições para o acesso às suas residências fosse apresentada igualmente como “centralidade”. Na cabeça das pessoas, Vida Pacífica trata-se de uma “centralidade” como se pode verificar no mapa de tabelas de preços disponível na internet e publicado no jornal de Angola.

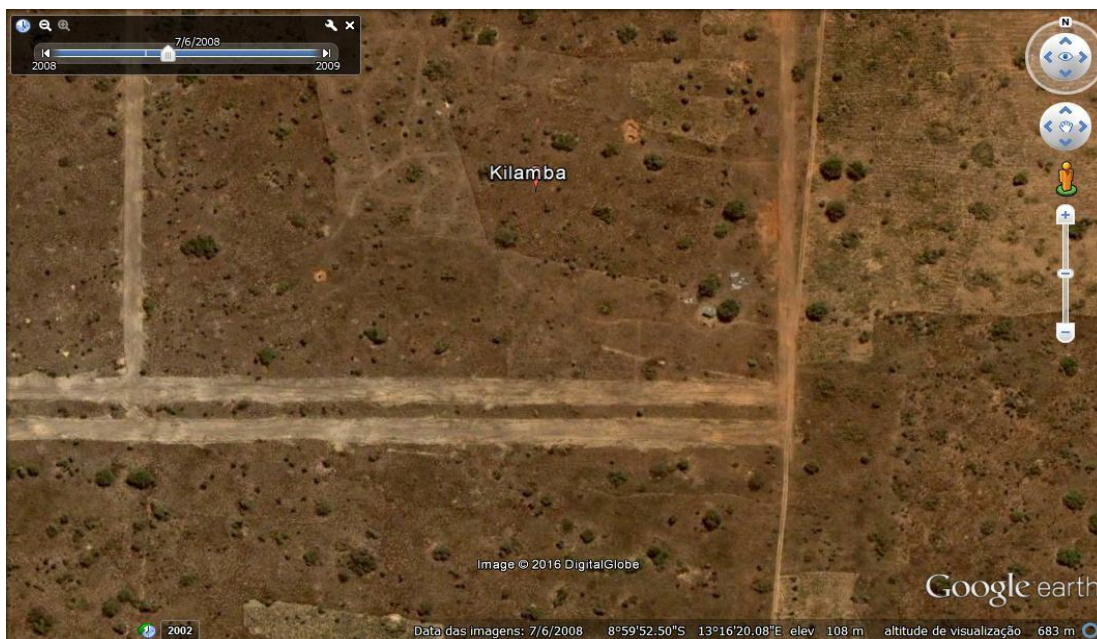
A administração do referido condomínio não depende da administração do Estado. Não possui um administrador afecto ao aparelho estatal, mas um coordenador em cada um de seus edifícios, entretanto a SONIP aparece como a gestora que celebra contratos e atribui os referidos apartamentos.

As três urbanizações são construções totalmente modernas, com infra-estruturas, entretanto somente o Kilamba e Sequele dispõem de alguns equipamentos sociais. Eles são

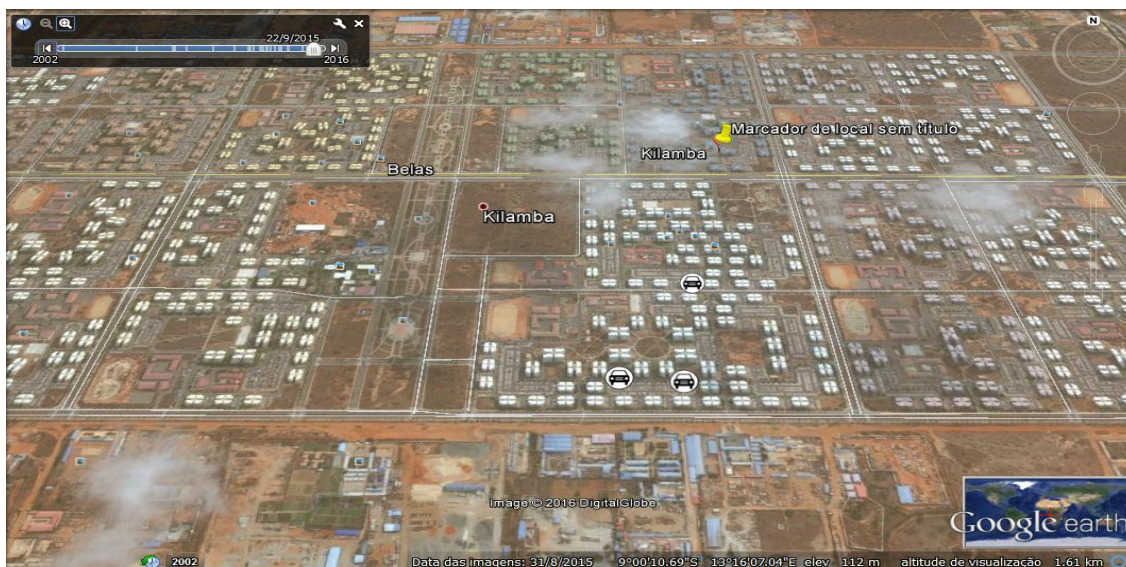
o protótipo para o crescimento urbano do país que não dispõe ainda de condições habitacionais dignas para albergar a maioria da população a viver em condições desfavoráveis.

No Kilamba e Sequele foram algumas construídas escolas, creches, no piso térreo foram alocados blocos para uso comercial, espaços verdes e áreas de lazer. Apesar da existência de alguns desses equipamentos sociais, somente no primeiro alguns funcionam e mesmo assim não cobrem sequer um quarto da população residente que procura no exterior bens e serviços de que não dispõem nas urbanizações.

Análise Temporal da Centralidade Kilamba , 2008 – 2015



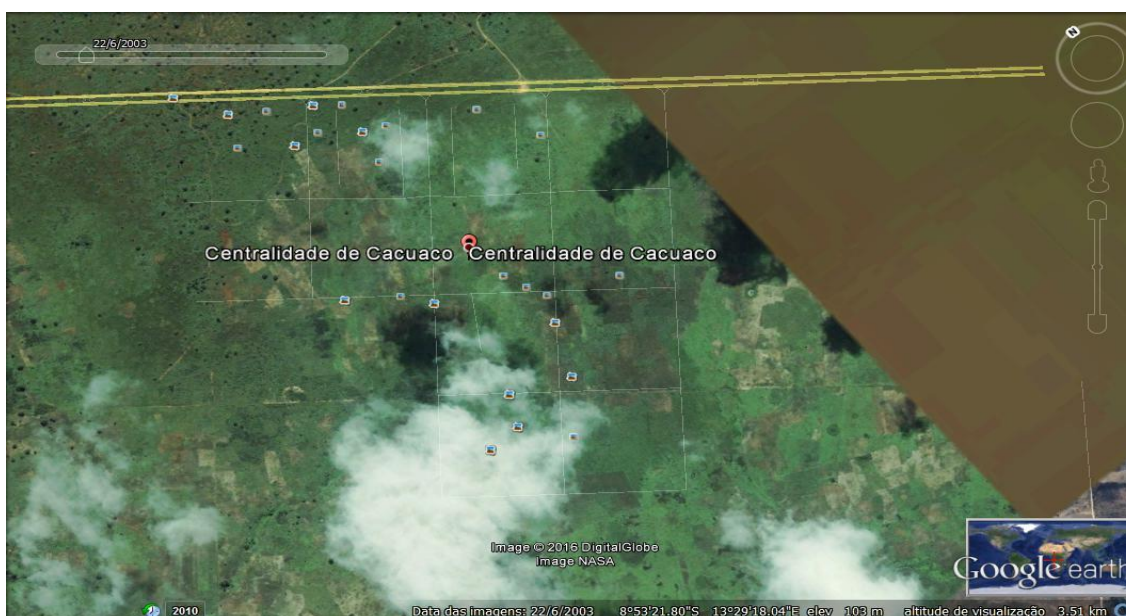
11. Área virgem antes do Kilamba em 2008. Fonte: Google earth.



12. Implantação da cidade Kilamba em 2015. Fonte: Google earth.

No Sequele apenas algumas escolas funcionam. Os espaços reservados para lojas permanecem fechados e existe um único supermercado, construído logo à entrada da referida urbanização. No interior do Sequele criou-se um mercado em céu aberto que serve os cerca de 10.000 habitantes. Na maioria dos casos moradores buscam esses serviços fora, nos bairros periféricos, cuja distância não é inferior a 30 km.

Análise temporal da Centralidade de Cacuaco (Sequele), 2003 - 2014



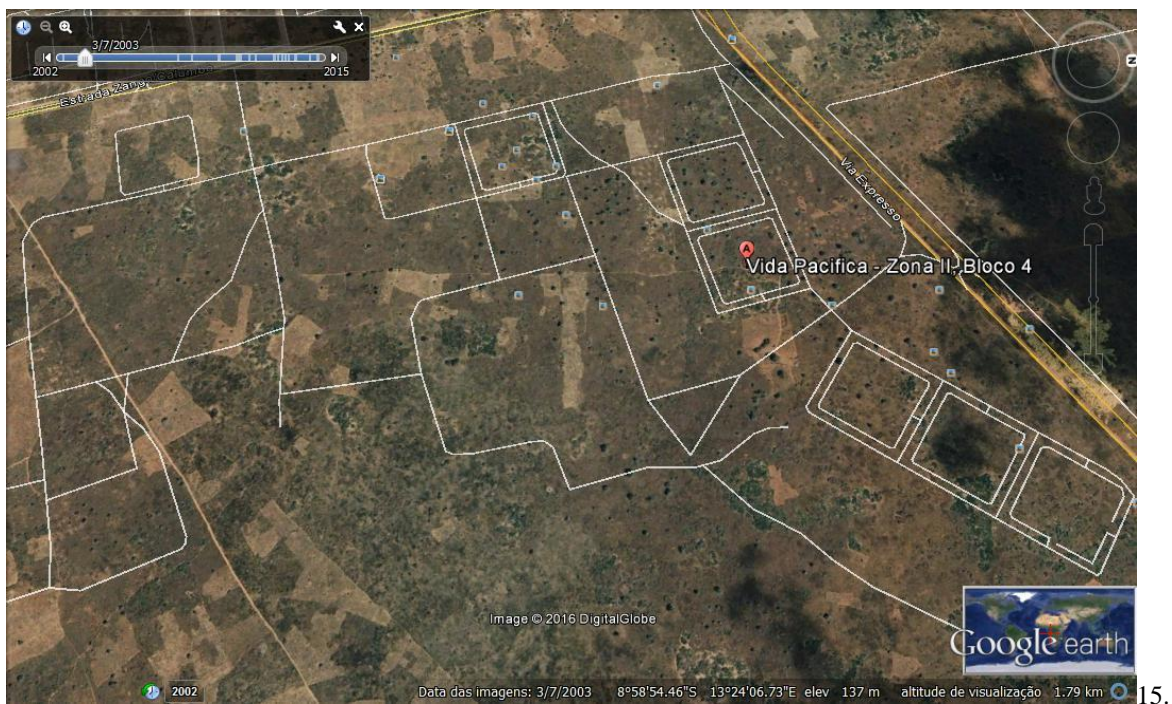
13. Área virgem Sequele em 2003. Fonte: Google earth.



14. Implantação da cidade Sequele em 2014. Fonte: Google earth.

O condomínio Vida Pacífica desempenha a exclusiva função moradia. Não dispõe de nenhum outro tipo de instalações para fins de prestação de serviços, entretanto dispõe de áreas verdes.

Análise temporal do Condomínio Vida Pacífica, 2003 - 2015



15. Área virgem antes do condomínio Vida Pacífica em 2003. Fonte: Google earth.

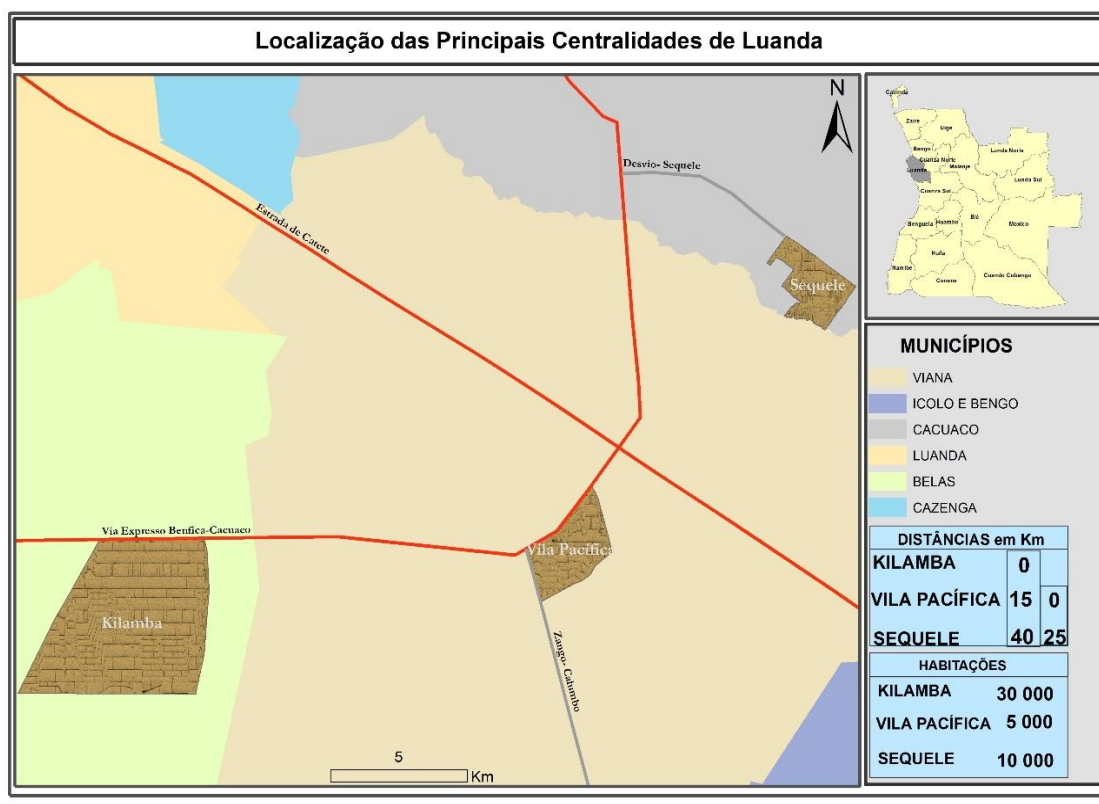


15. Implantação do condomínio Vida Pacífica em 2015. Fonte: Google earth.

16. Com excepção do fornecimento de energia eléctrica que raramente regista cortes, todas as urbanizações sofrem igualmente de má distribuição de água que regista falhas constantes, sendo o fornecimento feito de forma periódica. Á água

corre nas primeiras horas do dia até por volta das 9 horas e volta correr no final do dia.

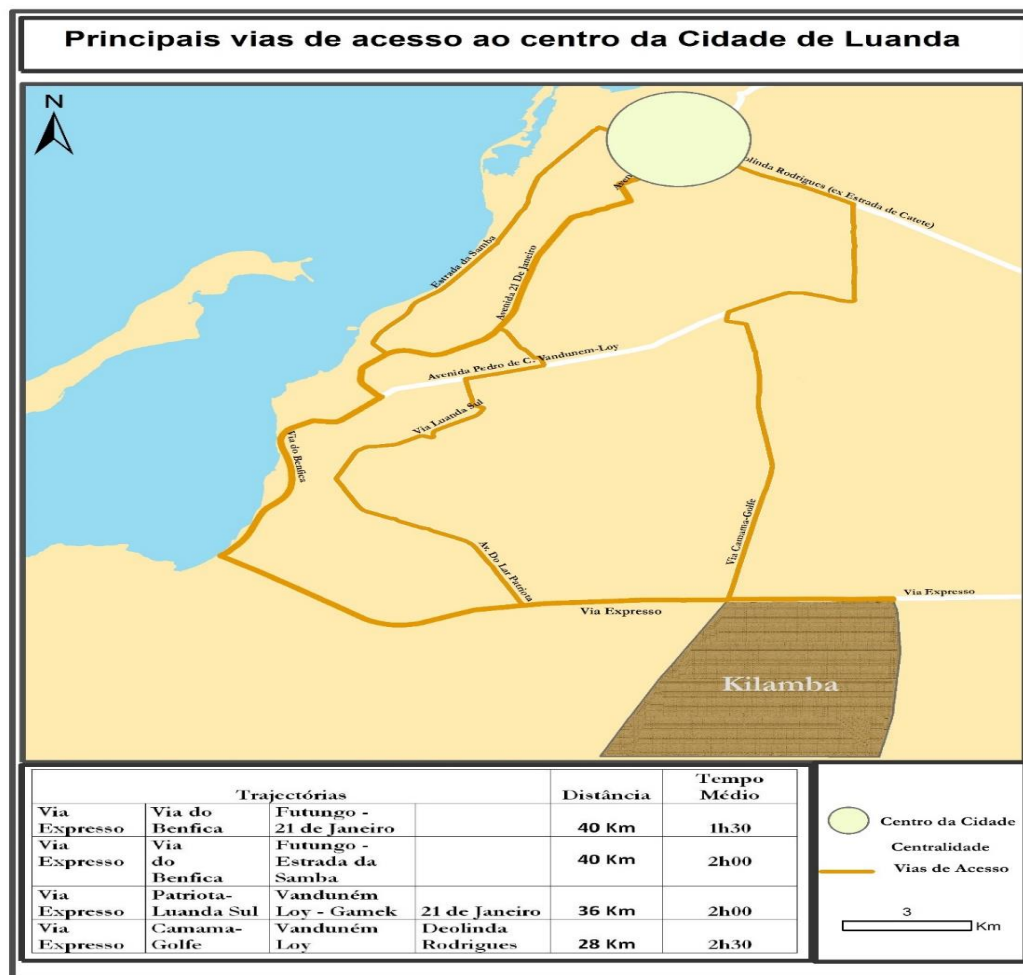
Apesar das novas urbanizações disporem de vias de acessibilidades modernas, não foram ainda contempladas com uma rede de transportes públicos estruturadas. Alguns particulares desempenham, de modo informal, a função de transporte de populações dentro dos espaços urbanos e com o seu exterior.



17. Localização das Novas Urbanizações. Fonte: autor-2016

Pode se afirmar que Kilamba desempenha uma função central para se alcançar as outras áreas residências.

Vias de acesso de Luanda ao Kilamba



18. Mapa de vias de acesso ao Kilamba. Fonte autor – 2016

3.3. Caracterização dos musseques: modo de vida na periferia

A maioria das casas da periferia são construída de blocos de cimento. As demais repartem-se entre as cubatas de construção colonial, outras de chapas e tendas. Um

verdadeiro cenário de espoliação urbana¹¹. As áreas de expansão que constituem a extensa periferia informal é caracterizada por habitações formadas por aglomerados, construídos de modo clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde reside a mão de-obra significativa para o crescimento da produção.

Todos os bairros da periferia de Luanda, de construção informal e alguns ordenados, apesar de possuírem forma de construção e arruamento diferente dos tradicionais musseques, sofrem de electricidade mal distribuída e água não canalizada ao domicílio. Embora se note nos últimos tempos, em alguns desses bairros, a instalação de sistemas de canalização de água, ainda assim, mal distribuída.

A periferia de Luanda é caracterizada por diversas lojas, vulgo “armazéns” em que comercializam produtos diversos a grosso e retalho. São superfícies que abastecem quer os comerciantes formais quanto os informais; observam-se igualmente pequenas superfícies que oferecem diversos serviços de cabeleireiros, alfaiataria, sapataria, vendas de recargas telefónicas e televisão a cabo, pensões, bancadas para pequena vendas.

A actividade informal é um elemento que salta a vista de qualquer indivíduo, por isso em várias residências se comercializam algum tipo de produto: alimentar, medicamentoso, material de construção civil, electro domésticos, etc.

A venda ambulante informal a retalho é um cancro que enferma a cidade de Luanda e suas periferias, é praticada sobretudo por indivíduos vindos de contextos não-urbanos como aponta Rodrigues (s/d) “A ideia repetidamente veiculada nos mais diversos círculos e pelos próprios habitantes é que a migração e a fixação em Luanda implicam a integração de novos valores e práticas urbanas, diferentes daqueles das sociedades de origem”. Essas populações desarticuladas dos seus modos de vida no novo contexto urbano, recorrem a práticas de sobrevivências como a criação de Barracas de comida pronta, o mercado passou a ser uma das instituições fundamentais da vida social luandense uma vez que “o comércio informal se tenha generalizado por toda a cidade de Luanda e possuísse uma estruturação

¹¹ Espoliação urbana expressão utilizada por Lúcio Kowarick, no seu livro intitulado A Espoliação Urbana, publicado em 1979, para designar a expulsão dos pobres para as periferias decorrente da combinação de crescimento e pauperização.

mais complexa, controlada por grandes empresários e agentes económicos poderosos, com braços nos órgãos estatais (Pereira 2015).

IV. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Tabela nº 1: Dados demográficos gerais

#	Centralidade/Condomínio	Número de Entrevistados			
		Frequência		Porcentagem (%)	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	Centralidade do Sequele	5	2	25,0%	10,0%
2	Centralidade do Kilamba	5	3	25,0%	15,0%
3	Condomínio Vida Pacífica	1	4	5,0%	20,0%
Totais Parciais		11	9	55,0%	45,0%
Totais Gerais		20		100%	

Tabela nº 2: Distribuição dos entrevistados por urbanização

#	Urbanização	Frequência	%
	Sequele	7	35,0%
	Kilamba	8	40,0%
	Vida Pacífica	5	25,0%
	Total	20	100,0%

Quanto à população que participou da amostra, as tabelas 2 demonstram que os homens tiveram maior disponibilidade em responder à entrevista, contrariamente ao condomínio Vida Pacífica onde as mulheres apresentam maior preferência.

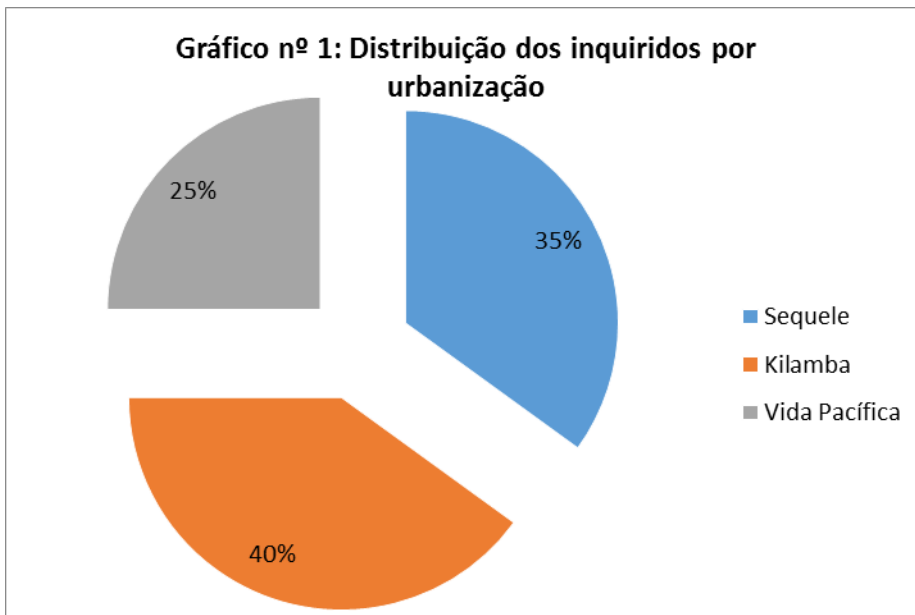
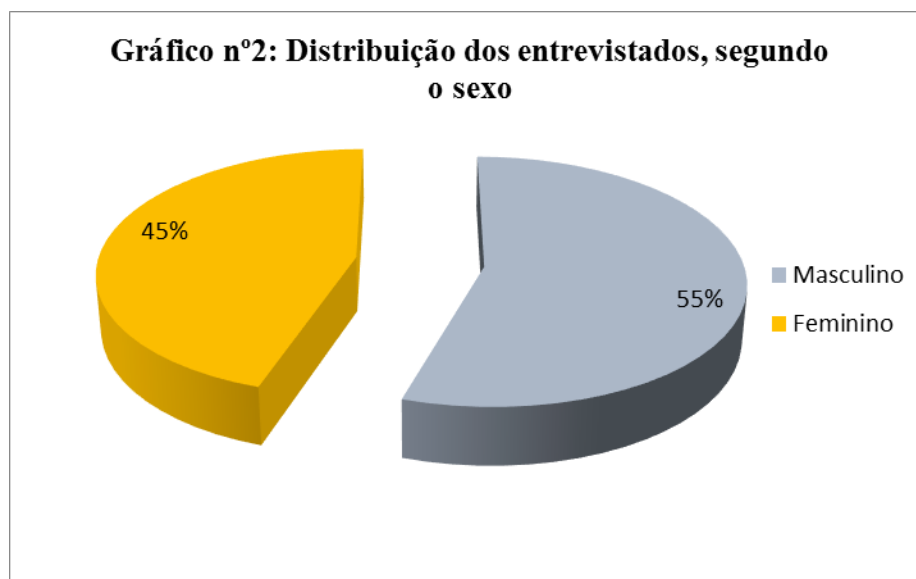


Gráfico nº 3: Distribuição dos entrevistados, segundo o sexo

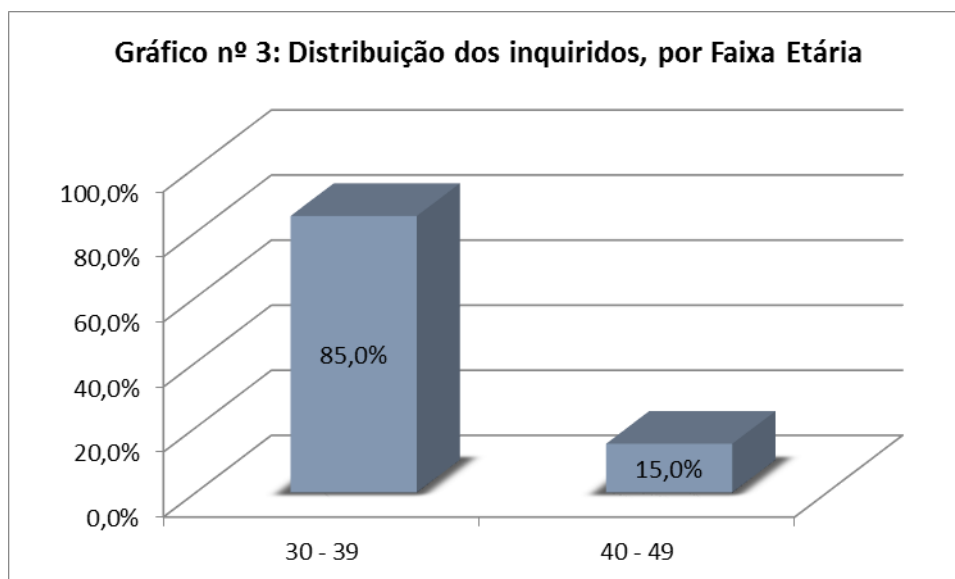
#	Género	Frequência	%
1	Masculino	11	55,0%
2	Feminino	9	45,0%
	Total	20	100,0%



Kilamba apresenta o maior número de respondentes (Graf.1), enquanto de forma geral indivíduos do sexo masculino constituem o maior número de entrevistados (Graf. 2)

Tabela nº 4: Distribuição dos inquiridos, segundo a Faixa Etária

#	Faixa Etária	Freq	%
1	30 – 39	17	85,0%
2	40 – 49	3	15,0%
	Total	20	100,0%



Na presente pesquisa pode se aferir que quanto à idade, a faixa etária dos 30 a 39 anos constitui o número maior de jovens a residir nas novas áreas urbanas (Graf.3), a faixa dos 40 a 49 é muito reduzida.

4.1. Avaliação subjectiva das alterações socio-ecológicas nas novas áreas residenciais

4.1.1. Apropriação dos espaços e significados atribuídos

A aquisição de um apartamento em cada uma dessas urbanizações constitui, para a maioria dos entrevistados, a concretização do “sonho da casa própria”, chavão característico no seio da realidade luandense, confere igualmente uma promoção de estatuto residencial, como acentua Carneiro (2011: 72),

a casa concretiza um momento de viragem na vida da família, permitindo, em comparação com a situação anterior, melhores condições de habitabilidade e conforto. A casa concorre para a promoção social, exigência de uma postura perante a vida, mas também perante os novos espaços que lhe são propostos.

Nenhum entrevistado vive sozinho, apenas uma entrevistada vive com um filho menor e sua irmã considera que a habitação (T3) não dispõe de divisões suficientes para sua família (pois se referia à família extensa).

“Vivo eu, minha irmã e meu filho. Para minha família não diria isso. Acho que pelo número de pessoas que tenho não minha família, acredito que não. Gostaria de ter mais compartimentos”

(Entrevista 16, feminino, Kilamba, Gestora de Informação, 36 anos)

A maioria dos angolanos que vive na capital integra o espaço socio-cultural bantu, onde predomina o modelo de família extensa que é caracterizado por um conjunto de aparentados vivendo ou não sob o mesmo tecto. Pois se trata de uma composição de várias famílias nucleares. O próprio termo bantu é derivado por aglutinação do prefixo *ba/a* – que, do ponto de vista da estrutura das suas línguas, remete qualquer substantivo para o plural, sendo *untu/ muntu* a palavra que significa pessoa. Sendo certo que bantu transmite a ideia de “pessoas”. Para o bantu o indivíduo só pode realizar-se pela comunidade e na comunidade, por isso a ligação familiar concretiza-se por laços de consanguinidade, parente e/ou afinidades. Este facto justifica que os agregados familiares nas “centralidades” sejam numerosas, uma média de quatro pessoas por moradia (Conferir INE 2016), o que intensifica as tarefas domésticas.

A divisão tradicional de uma casa é feita em pequenos cômodos e os nomes são dados de acordo com a sua utilização ou conveniência. Os locais tradicionais são sala, cozinha, quarto e banheiro. Com a modernidade e necessidade de maior comodidade e estilo, incorporaram-se outros elementos à casa, como varanda, suite, marquise, terraço, sótão, dispensa, lavandaria, entre outros.

Cada dependência da casa concilia função e utilidade, afinal, se existe a divisão é porque existe esta necessidade. A sala em muitas casas, é o lugar de acolhimento onde se tomam as refeições, vê-se televisão, recebe-se visitas, realizam-se cultos domésticos, onde a família reúne, etc. A sala abriga também objectos importantes como móveis e aparelhos eletrônicos, etc. Algumas funções tradicionais da sala têm sido assumidas pelos quartos,

como ver televisão, conversar privativamente. Assim, Os locais de maior preferência constatados na pesquisa foram sala e quarto.

A moradia como espaço de socialização, afinidades, partilha de valores, sentimentos, necessidades e preferências, busca de protecção e aconchego visando a satisfação dos indivíduos, deve ajustar-se às expectativas de quem a habita, por isso, quase todos os entrevistados adquiriram ou manifestaram de intenção de adquirir novos móveis, com excepção de um cuja mudança coincidiu com o período do casamento. Este não teve necessidade de trocar os móveis uma vez que já os tinha novos; alguns alteraram as casas, eliminaram ou acrescentaram paredes ou implantaram azulejos decorativos, instalaram gradeamentos para a segurança.

As modificações que foram constatadas nas moradias estão associadas na grande maioria, com a instalação de gradeamentos nas portas principais e janelas, troca de fechaduras, repintura do interior, remodelação nos banheiros, remoção e implantação de novos mosaicos e azulejos e a fixação de papeis de paredes, etc.

Para já nós não podemos alterar nada em termos de estrutura. A estrutura está aí. Talvez conforme você viu, nós colocamos papel de parede. A decoração apenas. Mas estrutura não temos essa permissão de alterar.

(Entrevista 1, Masculino, Sequele, Gestor hospitalar, 42 anos)

...houve algumas alterações ligeiras, né. É Mais de decoração. Porque Nós encontramos uma casa branca sem mobílias, mantemos a pintura original. Uma outra alteração na casa de banho, um acréscimo na caixilharia para dividir essas coisas básicas.

(Entrevista 3, feminino, Sequele, Psicóloga educacional, 36 anos).

Fizemos algumas alterações em termos de iluminação, em termos de segurança gradeamento por causa do andar em que nos encontramos. Já houve alguns assaltos. Em termos de conforto, se calhar estaríamos a ver um pouco as nossas casas de banho

(Entrevista nº2, masculino, Sequele, Eng. Geógrafo, 34 anos)

A única coisa que nós colocamos aí foram as grades por questões de segurança. As nossas janelas não tem a protecção desejada e também segurança de roubos e das crianças para evitar que elas se projectem para baixo.

(Entrevista 5, Masculino, Sequele, Eng. Geógrafo, 39 anos)

“Trocamos os guarda-fatos, na cozinha também algumas coisas, metemos aparelhos de água quente”

(Entrevista nº 20, feminino, Kilamba, Pasteleira, 44 anos)

Nenhuma alteração

(Entrevista 9, feminino, Vida Pacífica, Eng. Gestão de RH, 35 anos)

“Primeiro alteramos a fechadura na porta principal, instalamos uma que oferece maior segurança que fecha em cima, em baixo e no meio e depois alteramos a pintura da sala, nos quartos mantivemos a mesma tonalidade mas repintamos com a mesma cor, na sala pintamos com tonalidade diferente, pudemos papel de parede na sala, pusemos iluminação nova na sala e fizemos rodapés, a remoção das sanitas”

(Entrevista nº11, masculino, Vida Pacífica, Eng. Mecânico, 33 anos)

Metemos as grades, né... acho que só as grades para segurança

(Entrevista 15, feminino, Kilamba, Gestora de RH, 39 anos)

Ainda não fiz nenhuma alteração nosso conforto, não para a segurança, ainda não fiz

(Entrevista 17, masculino, Kilamba, Tec. Laboratório industrial, 3 anos)

Vamos só alterar o tecto, para segurança já temos um segurança na porta

(Entrevista 18, feminino, Kilamba, Engº de telecomunicações, 32 anos)

A aquisição de uma casa não reflecte apenas o exercício de um direito, o abrigar do corpo ou a realização da titularidade de imóvel, representa também um espaço para concretização do conforto estético e de bem-estar visando a satisfação das necessidades

primárias e construídas. Deste modo, a compra novos móveis, a repintura do interior das moradias, a alteração e ornamentação de paredes ou a fixação de papéis para efeitos decorativos, a substituição de suportes de lâmpadas por outras visam a satisfação das expectativas estéticas pelos moradores, pois “ O indivíduo que não possui afinidades com sua morada passa a desprezá-la, e morar neste ambiente torna-se um martírio. Um ‘espaço’ que deveria acolher seu corpo e mente para proporcionar ‘paz’ e ‘descanso’ alimenta insatisfações” (Bergan 2005).

A cozinha é o comodo das habitações apontada por todos como sendo a que deveria possuir mais espaço, seguida pelo WC e a varanda. Na realidade angolana, para além do quintal, a cozinha é o espaço mais usado pelas famílias. É de ressaltar que não é característica dos angolanos utilizar com frequência restaurantes ou comprar alimentos prontos que são mais onerosos, o que contribui para que os moradores utilizem a cozinha por períodos mais ou menos longos. Assim, cozinhar e lavar diariamente para o número de agregados em cada família exige uma permanência relativamente longa na cozinha. A exiguidade desse espaço constitui factor de desconforto ambiental, funcional e estético. É na cozinha onde se armazena e preparam os alimentos entre outras funções.

Por causa dos hábitos culturais adquiridos e cristalizados no contexto de bairros onde o quintal desempenha funções múltiplas, a carência de áreas nos novos espaços urbanos é colocada porque os apartamentos, pela sua configuração limitada para abrigar funções ligadas ao quotidiano desta população, não atendem de forma satisfatória as necessidades dos moradores. Nestas condições, a apropriação da casa exige maiores cuidados porque as probabilidades de ocorrência de acidentes domésticos elevam-se.

“Gostaria que a cozinha fosse mais ampla”

(Entrevista 1, masculino, Sequele, Gestor hospitalar, 42 anos)

“ cozinha e as casas de banho. As dimensões são muito pequenas” (sequele, 30)

(Entrevista 4, masculino, Sequele, Engº Geógrafo, 30 anos)

A maioria afirmou sentir falta do quintal, espaço onde passavam grande parte do tempo no quotidiano dos bairros. Tal como se referiu antes, a moradia é um espaço, concebido, vivido e percebido. A casa térrea com quintal ganha um valor simbólico

particular para os moradores. Para muitos luandenses, o quintal encerra um valor social e cultural. Grande parte das pessoas que hoje ocupam os conjuntos habitacionais nas novas áreas residenciais acarretam uma história ligada à casa térrea com quintal. O constante pronunciamento *quintal*, também retrata a solicitação de um ambiente mais espaçoso e natural, arejado, onde se desenvolve o sentimento de pertença e posse, para além da função residencial, assume também a função de espaço de recreação, socio-cultural, económico e religioso.

Percebe-se, no discurso dos entrevistados, que a palavra quintal está associada ao sentido de liberdade e ao mesmo tempo solicitação por mais espaço, devido à dificuldade de organização e falta de conforto nos actuais apartamentos. Percebeu-se uma carência de espaço associado às necessidades sócio-culturais, onde grande parte destas eram exercidas no ‘quintal’. No Sequele foi possível constatar um canteiro de mais ou menos 15 metros que foi transformado em lavra, onde uma senhora idosa desenvolve o pequeno cultivo para consumo doméstico. Isso representa o significado que o espaço quintal ganha no quotidiano dos moradores dos bairros.

“A desvantagem é a limitação no espaço”

(Entrevista 1, masculino, Sequele, Gestor hospitalar, 42 anos)

As pessoas não se sentem a vontade porque sabem que se falarem alto, de brincar demais vai incomodar o vizinho que está ao lado ou em baixo. A coisa que eu mais sinto falta é de ficar à vontade. Outra coisa que deixei de fazer, que fazíamos com frequência é lavar o próprio carro. Se o fizer os vizinhos ficam a olhar para ti enquanto lavas o carro, porque também não estás no quintal para te sentires à vontade”

(Entrevista 13, feminino, Vida Pacífica, Engº mecânica, 32 anos).

A razão primária pela qual as pessoas buscam uma casa é a protecção contra fenómenos exteriores - frio, chuva, vento, calor e outros - além de servir de refúgio contra ataques de terceiros. A busca pela paz e tranquilidade estão igualmente relacionados directamente com a satisfação pelo espaço físico da casa, onde organizam móveis, objectos

e exerce funções básicas que pertencem ao quotidiano. A habitação deve conferir prazer e proporcionar psicologicamente sentimento de segurança pois esta influencia o desenvolvimento emocional do indivíduo.

Neste domínio, a pesquisa demonstrou que o sentimento de segurança nos novos espaços urbanos é relativamente maior do que nos bairros anteriores.

“aqui posso deixar as minhas viaturas em baixo e ninguém mexe, posso deixa-las abertas e ninguém mexe, mas na Petrangol já fui assaltado cerca de três vezes, partiam os vidros, roubavam os elevadores, de noite, ouvindo um barulho fora era motivo para susto, mas aqui a pessoa dorme, dorme...sinceramente!”

(Entrevista 1, masculino, Sequele, Gestor Hospitalar, 42 anos)

“Dormir com a porta destrançada. Aqui a sensação interior de segurança é maior, então tu as vezes acabas adormecendo e mesmo que ao meio da noite te lembres da porta não trancada não sentes urgência em fechar. Coisa que não faria sob circunstância nenhuma no antigo bairro”

(Entrevista 13, feminino, Vida Pacífica, Eng.^a mecânica, 32 anos)

Em Luanda, devido à questão da insegurança, que se reflecte nos altos índices de criminalidade como assaltos às residências a qualquer hora do dia, sobretudo na calada da noite, os moradores preferem instalar gradeamentos metálicos nas portas e janelas para protecção da moradia ou estabelecimento comercial e outros, alterando assim partes estruturais da moradia.

Até agora nenhuma, tirando os gradeamentos

(Entrevista 5, feminino, Sequele, Secretária, 36 anos)

Gradeamos a porta principal de entrada e as janelas. No primeiro andar ouvi que houve um assalto porque ele deixou a janela aberta.

(Entrevista 7, Masculino, Sequele, Eng. Assistente administrativo, 32 anos)

Para nosso conforto e segurança ainda não fizemos tudo. Há ainda algumas coisas que consideramos básicas para se fazer infelizmente vivemos num período de crise... mexer no wc, colocando um poliban. Também para acomodação e segurança nós colocamos um gradeamento na porta, colocamos janelas de alumínio na varanda e parte traseira da lavandaria.

(Entrevista 8, Masculino, Sequele, Eng. Funcionário administrativo, 48 anos)

Primeiro alteramos a fechadura da porta principal. Pusemos uma que ofereça maior segurança que fecha em cima e em baixo e no meio. Trocamos a pintura da sala.

(Entrevista 11, masculino, Engº. Mecânico, 33 anos)

Aqui não houve alterações

(Entrevista 12, feminino, Vida Pacífica, Contabilista, 38 anos)

Não fiz nada ainda, mas daqui há pouco talvez coloque caixilharia

(Entrevista 14, masculino, Kilamba, Contabilista, 33 anos)

Metemos as grades, né... acho que só as grades para segurança

(Entrevista 15, feminino, Kilamba, Gestora de RH, 39 anos)

Nenhuma. A casa está ótima. Quem faz alteração é ilusão. A única coisa que trocamos é a pintura. Está branca e pintamos branco.

(Entrevista 10, feminino, Vida Pacífica, Eng. Assistente administrativa, 34 anos)

Alteração... talvez no regime do prédio todo. Tem mais segurança no prédio todo

(Entrevista 17, masculino, Kilamba, Tec. Laboratoria industrial, 3 anos)

Tivemos de gradear, porque há uma conexão muito fácil entre os apartamentos. Independentemente de estarmos num condomínio. As pessoas tem os mesmos hábitos, porque os lugares mudam mas as pessoas continuam com seu caracter, então tivemos de gradear a outra parte da varante por uma questão de comodidade e segurança.

(Entrevista 13, feminino, Vida Pacífica, Eng. Mecânica, 32 anos)

Ainda sobre à insegurança, adolescentes e crianças foram apontados como sendo os que inspiram maior preocupação. Dois entrevistados acusam adolescentes de actos de vandalismos. Importa lembrar que a psicologia postula que muitas condutas associadas aos adolescentes podem ter a ver apenas com carácter exploratório, resultante do pensamento mágico que lhe é característico ou ainda por causa da influência do seu meio, porque geralmente a tendência natural do adolescente é de se deixar guiar por impulsos. Outros dois apontam as crianças devido ao receio destas se projectarem para baixo dos edifícios, uma vez que os parapeitos das varandas (duas em cada apartamento) não garantem completa segurança.

A decisão da concepção do espaço determinará, a forma pela qual o indivíduo se apropriará dos ambientes, e este processo poderá assegurar ou não, um bom relacionamento entre os sujeitos e as diferentes envolventes. Ficou evidente que o novo contexto residencial implicou, do ponto de vista da apropriação dos espaços, a aquisição de de novas formas de relacionamento com o mesmo, o que exigiu adaptação.

“ aqui a casa exige menos cuidados porque suja menos, porque o próprio ambiente conserva a casa limpa. No bairro tem a poeira, tem os meninos que entram em casa, tu própria quando vais para a rua e ao voltar para casa trazes lixo nos calçados, isso faz com que a casa requeira manutenção contínua. Aqui, arrumas de manhã e ficas o dia todo sem ter de lidar com tantas impurezas como no bairro ”

(Entrevista 13, feminino, Vida Pacífica, Eng. Mecânica, 32 anos)

“lá tínhamos menos espaço. Tipo no meu caso, era um quarto, sala e cozinha, depois tinha uma casa de banho de fora partilhada. Era pouco trabalhoso, por ser um espaço reduzido não precisávamos de empregada...aqui é diferente porque a casa é maior, é necessário empregada, são gastos adicionais que não fazíamos lá, onde nós próprios cuidávamos e cá é a empregada que cuida de quase tudo durante a semana ”

(Entrevista 14, masculino, Kilamba, contabilista, 33 anos)

Regra geral são as mães ou outros membros da família ou prestadores de serviços são os que levam os filhos à escola, uma vez que quase todos os empregados têm de acordar entre as 4 e 6 horas para o trabalho.

“Já estão crescidos. Vão sozinhos à escola”

(Entrevista 20, feminino, Kilamba, Pasteleira, 44 anos)

“os filhos têm uma vigilante da escola. Pagamos o transporte e a vigilante pega e vem deixar”

(Entrevista 15, feminino, Kilamba, técnica de RH, 39 anos)

4.1.2. Influência do espaço urbano sobre atitudes e comportamentos dos moradores

O indivíduo vive num contexto histórico e espacial determinado, tem certa percepção da sua realidade e da sua identidade, que influencia sua conduta, respondendo às necessidades biológicas, culturais, sociais e de adapção ao ambiente em que está inserido. O modo de vida está associado à rotina quotidiana que são a síntese da sua identidade individual e social do indivíduo nas relações que estabelece com os outros actores sociais e com as demais envolventes. Os modos de vida estão relacionados com a forma como as pessoas preenchem, interpretam e gerem suas necessidades.

A relação que o indivíduo estabelece com o ambiente produz alterações quer na sua forma de estar quer no próprio ambiente, ou seja, os humanos transformam a natureza, adaptando-a em certa medida às suas necessidades, de igual modo a natureza influencia os indivíduos e todo o sistema social a se adaptar às condições do espaço.

É assim que os moradores das novas áreas residenciais manifestam sinais de alteração no seu modo de habitar os referidos espaços.

A percepção dos moradores é que a mudança para os novos espaços urbanos melhorou não só a relação familiar como também implicou a aquisição de novas atitudes e comportamentos, apesar de que nem todos partilham do mesmo sentimento.

“realmente melhorou, porque aquela associação que havia de partilha do espaço, quintal comum com os pais, eu, e meus irmãos já não é a mesma coisa. Aqui a minha atenção está voltada só para a família. Lá eu dividia a atenção com outros membros”

(Entrevista 7, Masculino, Sequele, Assistente administrativo, 32 anos)

“Sim melhorou muito. Encontro a família mais relaxada, nós tínhamos grandes dificuldades quando estávamos no bairro. Tínhamos de chegar cedo à casa porque as falhas de energia eram constantes, tinha de se ligar o gerador, comparar o combustível, mudar o óleo. Estando aqui essas coisas ficaram ultrapassadas”

(Entrevista 2, Masculino, Sequele, Eng. Geógrafo, 34 anos)

“Muito. Já era boa mas por causa da qualidade de vida ficou melhor ainda”

(Entrevista 10, feminino, Vida Pacífica, Assistente administrativa, 34 anos)

“Melhorou muito”

(Entrevista 12, feminino, Vida Pacífica, Contabilista, 38 anos)

“Muito”

(Entrevista 15, feminino, Kilamba, técnica de RH, 39 anos)

“Não. Dificultou mais pela distância. Nos bairros poderíamos ir à mamãe. A distância dificultou”

(Entrevista 6, feminino, Sequele, secretária, 6ª anos)

“Dada a distância com os nossos locais de trabalho faz com que nos isolemos dentro de casa e consequentemente estamos mais tempo com a família. O conforto que a nova realidade nos oferece também é uma novidade. Os carros estão seguros e dormimos

mais a vontade. Quando há um barulho pensamos que um animal, mas lá poderia implicar um ladrão.

(Entrevista 13, feminino, Vida Pacífica, Eng.^a mecânica, 32 anos)

“para mim não houve grande influência. O nosso ritmo de convivência familiar mantém-se o mesmo”

(Entrevista nº3, Feminino, Sequele, Psicóloga Educacional, 36 anos)

“bom acho que sou mais feliz porque eu não era mesmo feliz no bairro onde eu vivia, a minha casa não era das melhores mas também não era das piores, mas o bairro em si não favorecia muito. Aqui onde estou sou feliz apesar de não ter nada para além das residências sou feliz”

(Entrevista nº 10, Feminino, Vida Pacífica, Assistente administrativa, 34 anos)

“Mudou muita coisa. Por exemplo quando nós voltávamos do serviço e ficávamos dentro ou fora de casa a conversar com os vizinhos, este é um cenário fora de questão. Pouca ou raras vezes aqui acontece”

(Entrevista 11, masculino, Vida Pacífica, Eng^o mecânico, 33 anos)

“A cultura do ambiente, tipo, lá no bairro eu não tinha muito esses princípios ecológicos, o cuidado com o lixo que a pessoa vai adquirindo. Aqui a pessoa querendo ou não muda, ao menos que volte lá para o bairro”

(Entrevista nº 17, masculino, Kilamba, Técnico de laboratório de análise, 35)

“Acho que é o comportamento. Mudou bastante. Nos bairros é muita gritaria, musica alta. Ali cada um põe, mas aqui nós graças a Deus, nesse caso estamos um bocadinho a vontade”

(Entrevista 2, Masculino, Sequele, Eng^oGeógrafo, 34 anos).

A mudança para os novos espaços residenciais para a maioria dos entrevistados aumentou os custos com a deslocação para os locais de trabalho, para outros baixou os custos. Para a maioria dos entrevistados, gasta-se mais dinheiro quer em combustível ou com transportes, actualmente, do que quando viviam nos bairros anteriores. Dois

respondentes afirmaram que a mudança os aproximou dos locais de trabalho e melhorou sua mobilidade devido à facilidade de acesso os locais de trabalho. Um respondente trabalha em regime de turnos de 28 dias em plataforma petrolífera. Só gasta em combustível quando tem de se deslocar para os bairros antigos em visita de familiares ou para o centro da cidade em busca de algum tipo de serviço.

“pessoalmente enquanto vivia na Petrangol e a distância não gastava tanto, ao passar para qui passei a gastar mais, felizmente logo no primeiro ano fui transferido para Viana (30 km) onde agora gasto menos em combustível”

(Entrevista 1, Masculino, Sequele, Gestor hospitalar, 42 anos)

Aqui gasta-se muito mais, muito mesmo. Desde as despesas com combustível, na manutenção com os carros numa distância de cerca de 40 km ou mais”

(Entrevista nº5, masculino, Sequele, Eng. Geógrafo, 39 anos)

“No antigo bairro eu praticamente ia ao pé ao serviço, aqui gasta-se mais”

(Entrevista 13, feminino, Vida Pacífica, Eng. Mecânica, 32 anos)

“Fazendo as contas eu acho que gastava mais lá”

(Entrevista 10, feminino, Vida Pacífica, Assistente administrativa, 34 anos)

“Certamente aqui”

(Entrevista nº 17, masculino, Kilamba, Técnico de laboratório de análise, 35)

Estou satisfeito mais continuo ainda preocupado porque algumas pessoas não têm prestado o tratamento devido dos meios públicos. Algumas pessoas vandalizam alguns bens públicos. O meu desejo não é que seja apenas a minha geração a beneficiar disso. As crianças que estão a crescer precisam de encontrar isso como está nessa fase ou melhor ainda”

(Entrevista 2, masculino, Sequele, Engº Geógrafo, 24 anos)

“Não é a casa dos meus sonhos”

(Entrevista 6, feminino, Sequele, Secretária, 36 anos)

“Estou muito satisfeito, mas não é ela não se enquadra nas minhas ambições”

(Entrevista 19, Maculino, Kilamba, Engº mecânico, 32 anos)

A mudança para o novo espaço residencial atingiu outras dimensões da vida o que implicou certamente adaptação no modo de viver. A título de exemplo, actualmente, devido a distância que separa o novo espaço habitado e os locais de trabalho, dependendo como é óbvio do local onde cada um trabalha. Constatou-se um equilíbrio entre os que consideram estar mais próximos dos locais de trabalho e os que entendem estar mais afastados.

“Acordo as 5h, mas onde estava era as 7h”

(Entrevista 15, feminino, Kilamba, Gestora de RH, 39 anos)

“As 4h da manhã. No bairro acordava as 5h”

(Entrevista 16, feminino, Kilamba, gestora de informação, 35 anos)

5h, no bairro poderíamos acordar 6h

(Entrevista 4, masculino, Sequele, EngºGeógrafo, 30 anos)

“Não tenho um horário muito rígido, acordo as 6h e saio as 7h30. No bairro já chegou altura em que acordava as 4h da manhã. E um passado do qual nem me quero lembrar. Os acessos melhoraram bastante ultimamente”

(Entrevista 8, masculino, Sequele, Assistente administrativo, 49 anos)

Eu acordo 7h30, no antigo bairro 4h

(Entrevista 18, masculino, Kilamba, Engº de telecomunicações, 32 anos)

Aqui, 7h...no antigo bairro, no meu caso específico tinha de acordar as 5h. quando tenho de trabalhar acordo as 4h.

(Entrevista 19, masculino, Kilamba, tec. Produção em engº. Petrolífera, 32 anos)

A falta de uma rede de transportes colectivos estruturada assentua ainda mais o grau de dificuldades para aqueles que se encontram mais afastados dos locais de trabalho.

O transporte público no contexto urbano está inseparavelmente associada à dinâmica do estilo de vida urbano. A falta de uma rede estruturada de transportes, obriga os moradores a acordar muito cedo, todos os dias, entre as 4 e 7 horas, como forma de chegarem a hora nos locais de trabalho, uma vez que têm necessidade de percorrer muitos quilómetros também em busca de bens e serviços.

Como alternativa a mobilidade de pessoas é feita através de táxis colectivos (candongueiros¹²) e uma escassa frota de autocarros que nem sequer satisfaz a cidade asfaltada. Por causa disso, a opção de muitas famílias tem sido a aquisição de viaturas próprias o que tem levantado outro problema, se calhar maior: o trânsito intenso na cidade e arredores que caracteriza Luanda, mormente em horas de ponta (manhã e no final do dia). Esta situação sem sombras para dúvidas põe em risco a produtividade dos trabalhadores, para além de elevados custos de natureza económica, ecológica, de tempo e saúde.

Todos esses constrangimentos constituem factores negativos à qualidade de vida das pessoas o que se manifesta em situações de estresse permanente, cujas repercussões se configuram negativas para a saúde da população.

Se se alargar o conceito de saúde fora da dimensão bio-médica, do ponto de vista da ecologia humana ela é entendida como o estado sustentável de bem-estar

¹² Candongueiro é um termo derivado do Kimbundo *Kandongga* que significa negócio. O candongueiro é o negociante. No caso específico são transportes colectivos cuja lotação varia entre 4 a 14 passageiros, com rotas definidas pelos taxistas, mas as paragens dependem do destino de cada passageiro. O preço oficial é de 150 kwanzas, mas em horas de ponta pode variar para 200 ou 300 kz, com o agravante de nem sempre os taxistas cumprem com as rotas traçadas o que obriga os passageiros a pagar mais.

total dentro de ecossistemas sustentáveis numa biosfera sustentável (Honary e Boleyin 1999); ainda na mesma grelha de leitura, defende Fátima Viegas (2015:53) “Por essas razões, pode se dizer que a saúde é o resultado da dinâmica de múltiplos factores, cuja actuação se revela positiva ou negativa”, mais adiante a autora citando Claudine Herzlich defende que a doença, como oposto da saúde, pode ser vista como

...fruto da modernidade agressiva e opressora, pelo «*modo de vida*» imposto ao indivíduo, apontado alguns riscos como a poluição, o barulho, a alimentação alterada e química. Neste sentido, a doença é objectiva e encarna-se no corpo devido às relações conflituais da própria sociedade.

Uma boa rede de transporte colectivo permite entre outras vantagens: mais opções às pessoas; redução substancial do congestionamento de trânsito que se regista na cidade e arredores, redução de danos ecológicos; maior mobilidade de pessoas e bens, redução de estresse, maior aproveitamento do tempo e consequentemente melhor qualidade de vida.

A questão religiosa é um traço característico da população angolana, é um elemento de identidade cultural e da vida comunitária. A pesquisa revelou, não obstante em nenhuma das urbanizações existirem espaços exclusivos para cerimónias de casamento, cultos e velórios, o sentimento e atitude religiosa na sua vida quotidiana tem uma importância central. Alguns grupos religiosos vão adquirindo parcelas de terrenos nas envolventes das urbanizações para construção de templos.

Nos bairros anteriores os lugares de culto estavam disseminados por quase todos os cantos, em alguns casos, 2 ou mais quintais seguidos são espaços de cultos. No novo contexto os locais de cultos estão instalados longe das áreas residenciais, o que não constitui incómodo para os moradores.

Cerimónias como festas e velórios, no contexto angolano, são práticas que envolvem multidões, desde pessoas amigas, familiares, vizinhos e pessoas conhecidas ou até mesmo desconhecidas. Nenhuma dessas áreas residenciais dispõem de instalações reservadas para acolher esse tipo de cerimónias, por isso, os moradores buscam alternativas

como podem: no interior das residências, nos *halls* dos edifícios ou nos jardins. No quilamba, arrendam-se espaços escolares e creches quando essas manifestações ocorrem nos finais de semana. Há casos em que os moradores transferem essas cerimónias, sobretudo os velórios, para os antigos bairros onde encontram nos quintais espaços suficientes.

“há tempos houve um óbito foi mesmo no hall de entrada. É um espaço grande. Em casos de festas é só comunicar à coordenação que haverá barulho”

(Entrevista 12, feminino, Vida Pacífica, contabilista, 38 anos)

“para festas de aniversário temos o hall e o terraço. É aberto e murado ao nível do peito. As vezes as actividades decorrem lá porque esses edifícios não têm habitações no res-do-chão. Então aproveita-se o espaço térreo para essas actividades”

(Entrevista 11, masculino, Vida Pacífica, Engº mecânico, 33 anos)

Centralidade desempenha função de cidade auxiliar e visa atender e proporcionar satisfação às necessidades daqueles que se encontram mais afastados do centro da cidade.

No que concerne à existência de carências no novo espaço residencial, todos estão de acordo relativamente às necessidades primordiais, nomeadamente o supermercado, dado que Sequele e Kilamba dispõem em cada uma delas um supermercado, um pouco afastado da zona residencial, cujo percurso a pé é longo e por isso demorado. Serviço que o condomínio Vida Pacífica não dispõe ainda.

Não obstante a construção de espaço para várias lojas, as quais ainda se encontram em processo de atribuição, somente Kilamba dispõe de algumas cantinas e pequenas lojas que comercializa produtos de consumo básico. As outras duas não dispõem destes serviços. No Sequele foi criado um mercado em céu aberto, com características similares aos mercados dos bairros periféricos de Luanda. No Kilamba têm promovido feiras de vendas aos fins-de-semana para mitigar as necessidades dos moradores. Vida pacífica depende sempre do exterior para bens de consumo.

Por essas razões os preços são considerados por quase todos altíssimos, embora um deles tenha defendido que sejam iguais aos dos bairros. Ainda assim, os moradores têm

preferência em adquirir produtos para consumo em lojas que frequentavam quando viviam nos outros bairros.

Nos bairros de Luanda, a utilização da moradia como espaço para gerar recursos financeiros, grande parte da população de baixa renda utiliza a residência para abrigar actividades de sustento económico, comercializando no seu interior diversos produtos, desde os alimentares aos equipamentos. Nas novas urbanizações”, inicialmente está prática era proibida, mas no Kilamba e Sequele há moradias onde se comercializa algum tipo de produto.

Nenhum dos três espaços residenciais dispõe de hospital nem de serviços de urgências, somente no Kilamba foi construído recentemente um centro médico, incapaz de responder às necessidades e expectativas da população. Em casos de doença os moradores procuram esses serviços nos bairros adjacentes, num percurso não inferior a 20 km onde podem encontrar serviços de saúde de nível secundário e algumas clínicas privadas.

“não temos hospital. Faltam muitos serviços. Basicamente não temos nada. Tirando o mercado não há mais nada. Temos um único banco”

(Entrevista nº6, feminino, Sequele, secretária, 36 anos)

“falta tudo aqui”

(Entrevista 9, feminino, Vida Pacífica, gestora de RH, 35 anos)

A intervenção da administração, no caso do Kilamba e Sequele, os moradores mostraram-se divididos. Uns apontam a pouca capacidade de reposta da administração às suas necessidades pelo facto de ela ter surgido depois da ocupação das moradias pelos moradores, outros alegam simplesmente não sentirem a intervenção da administração na resolução dos problemas que enfrentam.

Serviços de manutenção dependem das contribuições feitas pelos moradores e do coordenador por cada edifício. A electricidade nos três espaços residenciais é a mais estável de Luanda, não regista cortes frequentes, o mesmo não acontece com o fornecimento de

água que é muito limitado, disponível em determinados períodos do dia, nunca corre o dia todo, algumas vezes chega a faltar durante uma semana.

O pagamento para o fornecimento de água e electricidade não é uniforme. Quanto à água os preços são estipulados por estimativas porque não foram instalados contadores para esse fim, enquanto o problema do pagamento da electricidade é mais complexa no Sequele, onde apenas algumas habitações dispõem de dispositivos de registo pré-pago. Kilamba e Vida Pacífica têm contadores pré-pagos instalados em todas as habitações.

A casa obriga a um conjunto despesas mais ou menos fixas que os entrevistados referem ser uma mudança e uma transformação relativamente aos modos de vida anteriores. As novas despesas com a casa representam um aumento do esforço económico, pessoal e familiar, com a renda da casa, a água e a electricidade são aquelas que apresentam maior variação relativamente às efectuadas nos anteriores alojamentos. As despesas são um aspecto focado igualmente por todos. A mudança fez-se acompanhar de novas despesas e, por isso, todos a referem pela negativa porque os preços da água e da electricidade são feitos por estimativa no Sequele. Contrariamente aos cenários vividos nos bairros, onde o fornecimento de água e electricidade não é regular. Muitos recorriam a geradores ou velas para manterem as casas iluminadas. A água era comprada a partir de cisternas ou tanques de vizinhos que a revendiam em recipientes domésticos.

“No bairro era bastante deficitário, poderíamos ficar uma semana, ou 15 dias. Cá são 5 estrelas. Não tenho motivo algum para reclamar. Eu não tenho memória, nasci e cresci em Luanda, ficar num espaço desses sem falta de energia. A água tem de melhorar. No bairro não havia, mas aqui ainda não é melhorar mas de tem de melhorar.”

(Entrevista, 8, masculino, Sequele, técnico administrativo, 49 anos)

Espaços de lazer foram apontados como sendo os jardins, campos e alguns parques. No Kilamba há campos multiusos. Realidade que Sequele e Vida Pacífica não apresentam. Kilamba e o condomínio Vida Pacífica estão próximos do maior pavilhão de futebol de Luanda, 11 de Novembro e naquela zona vão surgindo salas de cinemas e espectáculos.

“Existe: campos de futebol, tem o pátio, os parques, os campos de basquete, temos no Kero um sítio de recreação para levar as crianças e o Ulengo Center do outro lado da estrada”

(Entrevista 17, masculino, Kilamba, Engº qualidade de laboratório, 35 anos)

Em nenhuma das artérias das áreas residenciais é permitida a circulação de qualquer viatura. Percebendo o mau estado técnico de muitas viaturas em Luanda, essa medida não deixa de ser preventiva para a salvaguarda da integridade física e ecológica dos sujeitos e envolventes.

4.1.3. Redes de sociabilidades e inter-ajuda

Ao conjunto de relações sociais estabelecidas e vividas pelos indivíduos, por meio das quais eles mantêm laços, quer de natureza pessoal, quer colectiva, com outros indivíduos é o que se designa por sociabilidade. Nas redes de sociabilidade incluem-se as relações de vizinhança, de amizade e familiares.

Quase todos os entrevistados têm pessoas amigas, familiares ou colegas a viverem, não necessariamente nos mesmos edifícios, mas nas mesmas áreas residenciais. As redes de sociabilidades estão salvaguardadas, embora os encontros entre os sujeitos não sejam frequentes, ocasionalmente nas respectivas residências e com alguma frequência nos supermercados que frequentam ou nos locais de trabalho.

As relações de sociabilidade e de vizinhanças são consideradas por eles boas ou aceitáveis dentro do novo contexto. Verificou-se que a proximidade física (partilha do mesmo andar) não é factor concorrente para relações sociais mais próximas. Apenas sois entrevistados desenvolveram relações de relativa proximidade com o vizinho do mesmo andar. Verificou-se maior aproximação com os vizinhos de andares ou pisos diferentes, no mesmo edifício. Em casos de ajuda cada morador afirmou existir pelo menos algum vizinho no edifício onde recorre antes de contactar familiares ou outras pessoas.

O convívio com os vizinhos é quase inexistente, salvo em épocas da quadra festiva e em alguns casos, de festas de aniversário. As crianças todas brincam juntas. Não se registou um único caso de limitação de relacionamento entre as crianças. Apenas um afirmou preferir que os filhos dos vizinhos encontrem espaço de brincadeira em sua casa com os seus filhos e nunca os seus filhos brincarem em casas alheias.

“Coisas positivas no bairro que não se faz cá, é a convivência entre os vizinhos. As pessoas aqui são mais individuais, mais fechadas, também por causa do estilo de vida que cada um tem”

(Entrevista 2, masculino, Sequele, Engº Geógrafo, 34 anos)

Sinto falta da saudação dos vizinhos

(Entrevista 20, feminino, Kilamba, pasteleira, 44 anos)

“temos o coordenador logo abaixo do nosso andar, é uma pessoa que está sempre em nossa casa. Acho que é apessoa que está sempre connosco”

(Entrevista 2, masculino, Sequele, Engº Geógrafo, 34 anos)

“ do rés -do-Chão”

(Entrevista 6, feminino, Sequele, secretária, 36 anos)

Os conflitos estão presentes quando as expectativas dos indivíduos não são satisfeitas no relacionamento entre os sujeitos. Nessas urbanizações, os conflitos são decorrentes da partilha e utilização dos espaços considerados públicos como parques de estacionamento, escadas, entrepisos, jardins e questões relativas a contribuição para manutenção e limpeza, dos bens. Entende-se por espaços públicos, as áreas comuns a todos os moradores, onde se entrecruzam pessoas com formas de estar e educação diferenciadas. São espaços privilegiado para o encontro e para o convívio. Desempenha para os contextos de habitabilidades anteriores a função da rua e do quintal que acaba por proporcionar aqui uma continuidade que vale a pena preservar. Implica que os espaços públicos se transformam no prolongamento da casa, possibilitando uma abertura da vida doméstica à vida comunitária. O descontentamento refere-se à forma como os actuais vizinhos se

apropriam dos espaços públicos, aconselha-se mesmo a necessidade de haver acções de formação a explicar o funcionamento dos espaços e as atenções a ter relativamente aos mesmos.

“os conflitos que nós temos aqui estão relacionados com os estacionamento, que não estão bem definidos”

(Entrevista 5, masculino, Sequele, Engº Geógrafo, 39 anos)

“ a partilha dos espaços comunitários aqui não é espontâneo. É forçado porque as pessoas não tem outra opção...outra coisa, que parte muito da nossa cultura é o desrespeito. Por exemplo o barulho, se calhar eu me importo em não incomodar a casa do vizinho mas há quem não se importa. Eles fazem o barulho normalmente”

(Entrevista 13, feminino, Vida Pacífica, Engº mecânica, 32 anos)

4.1.4. Satisfação dos moradores em relação ao novo espaço residencial

É certo que este conjunto habitacional veio marcar um novo conceito de habitação, por conciliar a economia de espaços com apreciáveis parâmetros de qualidade, tanto ao nível do desenho arquitectónico como da própria construção. São de facto construções onde se estipulou a máxima rentabilização social e económica do empreendimento, para realidade imobiliária em Luanda, com equilibrada densificação dos espaços, em área e em altura, construiu-se uma obra digna, onde também a questão ecológica foi acautelada, apesar de algumas limitações do ponto de vista do seu funcionamento, mormente na oferta de serviços.

Pela descrição feita acima percebe-se que a satisfação relativamente à nova habitação está também associada à proximidade dos locais anteriormente frequentados, tais como os mercados, escolas, igrejas e os locais de trabalho.

A pesquisa revelou que todos os entrevistados mostraram-se positivamente satisfeitos com as casas, apenas um, casado e com uma filha de um ano defendeu que a

habitação já não se enquadra nas suas ambições, sendo portanto uma casa de transição. Uma outra entende não ser ainda a casa dos sonhos. As boas condições de higiene e conforto das urbanizações são avaliadas positivamente como ambientes propícios para a educação dos filhos e para o bem-estar das famílias.

Quando questionados sobre a comparação que estabelecem entre o novo e o antigo contexto residencial, as respostas demonstram satisfação e nostalgia.

“Sinto necessidade de brincar de forma espontânea, falar de forma espontânea. As vezes tu não tens nem a liberdade de falar alto na tua própria casa, principalmente quando tens pessoas a visitar.

(Entrevista 13, feminino, Vida Pacífica, Engº mecânica, 32 anos)

Por acaso a nossa centralidade que não é centralidade, aqui na vida Pacífica, o ambiente é super agradável, tem se qualidade de vida quando se está qui dentro, temos espaços verdes, tem uma calma que não sentia no bairro, o barrulho de carro, vizinhos que faziam atropelos a torta e a direita. Em termos de qualidade de vida estamos melhor, não há cortes de energia, temos água canalizada. Ao contrário no bairro onde tínhamos ligar todos os dias os geradores.

Cá não se ligam geradores. Nos bairros era com frequência. Não se acarreta água. A outra coisa é conseguir estar debaixo do prédio de forma saudável. As crianças brincam sem perigo.

(Entrevista 9, feminino, Vida Pacífica, Técnica de Recursos Humanos, 35 anos).

“Em termos de condições sociais eu acredito que melhorou bastante. Por exemplo o caso das chuvas, das águas paradas prejudicava não só a nossa saúde como também os meios de transportes. Acredito que uma pessoa que vive num bairro periférico onde há muitas águas paradas, a viatura dura menos em relação a quem esteja a qui e não tenha de passar por todas essas situações.”

(Entrevista 3, feminino, Sequele, Psicóloga educacional, 36 anos)

“Quando vivia na Petrangol, as crianças apresentavam muitos problemas respiratórios: tosse. Estavam sempre no hospital por causa da poeira. Aqui não temos nada disso.

(Entrevista 1, masculino, Sequele, Gestor hospitalar, 42 anos)

4.1.5. Relação entre o sistema social e o sistema ambiental

A ecologia defende que as actividades antrópicas são responsáveis na transformação das relações entre a cidade e o ambiente. Através de modificações sócio-culturais é possível implementar novas formas de ocupar os espaços interferindo de forma menos agressiva no ambiente natural, e consequentemente propiciar uma vida mais saudável em todas as dimensões. A participação e o envolvimento da população de uma cidade é um princípio basilar da ecologia, pois este não deve ser encarado como mero consumidor e agente passivo para a preservação do ambiente. É necessário potenciar as pessoas no sentido da tomada de consciência em relação aos efeitos das suas acções sobre as suas diferentes envolventes, transformando valores e atitudes em comportamentos responsáveis, conduzindo transformações nas ideologias sociais, além de contribuir para a formação de novos conceitos de vida, que respeite a natureza pois é dela que depende a integridade de uma vida saudável.

Nas novas urbanizações, os resíduos domésticos são acondicionados em sacos de plástico e posteriormente depositados no interior de contentores em céu aberto onde não são, depois classificados nem reciclados pelas empresas responsáveis pela sua recolha. Vão directamente ao único aterro em funcionamento para uma cidade de cerca de 7 milhões de habitantes.

“Sim. Há dias tivemos um problema que é a ruptura com a recolha do lixo. Já registamos uma situação desconfortável com excesso de moscas”

(Entrevista 2, masculino, Sequele, Engº Geógrafo, 34 anos)

O lixo é depositado a grosso. O lixo em si degrada o ambiente e é condição propícia para o desenvolvimento de larvas que podem contribuir para o surgimento de pestes”

(Entrevista, masculino, Sequele, Engº Geógrafo, 30 anos)

“Temos verificado algumas baratas e alguns insectos, mesmo vivendo no 3º andar. Os moradores do rés-do-chão poderiam elaborar melhor a resposta”

(Entrevista 17, masculino, Kilamba, Engº Tec. Qualidade, 35 anos)

Aterros e deposição de lixo em céu aberto constitui uma das maiores causas de Impacto Ambiental. Esses lugares recebem resíduos sólidos de origens diversas, desde os sólidos e mistos, resultantes de actividades antrópicas de natureza industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e saneamento. A disposição final inadequada destes resíduos desencadeiam problemas sanitário, económico e principalmente e na imagem das próprias cidades.

Luanda dispõe de um único aterro em funcionamento, localizado em um bairro com um saneamento precário, onde são lançados os resíduos sólidos da cidade e arredores. No aterro dos Mulenvos, não muito distante da urbanização Sequele, não existe controlo rigoroso quanto ao fluxo de caminhões no local, e os resíduos sólidos descarregados no aterro são de origem doméstica, serviço público, industrial e comercial. O destino dos resíduos resultantes de serviços de saúde não foi possível aferir por falta de dados credíveis.

As lixeiras que resultam da descarga ou depósito do lixo a céu aberto, sem levar quaisquer considerações relativas ao tipo de resíduos e da área em que se destina, a falta de controlo rigoroso das autoridades constituem sérios riscos ao equilíbrio dos ecossistemas, para além da poluição atmosférica, provoca igualmente danos aos solos. Os líquidos derivados da decomposição do lixo, a liberação de gases para a atmosfera, a presença de animais, de pessoas que fazem das lixeiras fontes de bens para comercialização e os riscos resultantes da prática de queima de lixo em céu aberto são todos esses comportamentos que provocam significativos impactos ao ambiente.

Nas três urbanizações observam-se cenários similares ao já descrito. Há enormes focos de lixo em céu aberto espalhado no chão, sobretudo o Kilamba e Sequele, o que

resulta em presença de moscas, baratas, moscas, mosquitos e cheio nauseabundo em algumas de suas artérias. Aos poucos vai se reproduzindo as práticas comportamentais dos bairros de origem, os musseques de Luanda.

“Não posso falar disso porque não tenho dados. Isso é uma questão de estudos. Tem de se fazer para ver se as pessoas apresentam problemas de saúde que seja ligado à exposição do lixo, não tenho conhecimento disso”

(Entrevista 3, feminino, Sequele, Psicóloga educacional, 36 anos)

Aconselha-se a realização de estudos multidisciplinares de natureza ecológica, que resultem em políticas adequadas de gestão dos resíduos sólidos e mistos no contexto das novas urbanizações, que visem mitigar os efeitos nefastos sobre o ambiente, uma vez que a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) evidencia os efeitos ecológicos, económicos e sociais que advém da implantação de actividades antrópicas, bem como de monitorização e controlo desses efeitos pelas autoridades públicas e pela sociedade. Sugere-se a construção de um instrumento essencial para a gestão institucional de planos, programas e projectos de nível central e local. Portanto, este trabalho deve ter como objectivo *avaliar* os reais impactos ambientais causados pelas lixeiras em céu aberto, bem como *propor* medidas mitigadoras para estes impactos.

As águas residuais são outro problema que enfermam os vários bairros de Luanda que não dispõem de infra-estruturas técnicas ou que se encontram em estado de degradação avançado. Entretanto, nas novas urbanizações essa situação foi acautelada e ficou ultrapassada. As águas residuais e pluviais são imediatamente escoadas por via dos equipamentos infra-estruturais de apoio. O que não acontecia nos bairros sem esses equipamentos, onde as águas permanecem nas vias paradas por períodos longos que podem chegar a um trimestre, bloqueando a mobilidade quer de peões quer de meios rolantes. Espera-se que as manutenções sejam regulares e monitorizadas para que não venham, futuramente a re-criar os cenários verificados em algumas urbanizações de Luanda.

“Vai directamente para os esgotos. Nos bairros...Sem esgotos sem nada, as casas inundavam e tínhamos de tirar as águas dos quintais para a rua e levava dias a secar”

(Entrevista 18, masculino, Kilamba, Engº telecomunicações, 32 anos)

“Temos esgotos. Nos bairros (risos) tirávamos com um apá e jogávamos para a rua. Eram muitos charcos”

(Entrevista 15, feminino, Kilamba, Técnica de RH, 39)

“Não temos problemas. Durante a construção fez-se a inclinação natural. Podemos registar alguns charcos enquanto chove. Nos bairros os charcos começavam nos quintais e iam para as ruas e formavam-se as lagoas todas”

(Entrevista 2, masculino, Sequele, Engº Geógrafo, 34 anos)

Observa-se muito capim crescido, sobretudo em épocas chuvosas, em torno das três áreas residências. Nas áreas consideradas reservas fundiárias para a construção de equipamentos sociais, entretanto constituem fontes de cobras, moscas, mosquitos e outros animais que constituem ameaças à integridade física das pessoas.

A presença de vegetação em torno do espaço habitado, não é de todo um mal, pois desempenha funções que podem proporcionar um melhoramento considerável no equilíbrio atmosférico, devidos às trocas de gases e equilíbrio pluvial. Pode funcionar também para manutenção de recursos hídricos, do microclima e da biodiversidade; controlo da erosão do solo, serve de anteparo contra ventos e quedas pluviais intensas; defesa das habitações contra poeira, fumaça, bactéria, etc., além de bloqueio acústico, mitigando a intensidade sonora proveniente das envolventes. A diminuição da vegetação, em torno de áreas habitadas é desejável, pois harmoniza as condições naturais do desenvolvimento do organismo humano. É necessário harmonizar a vida humana com a natureza, para isso deve-se recuperar as características mais naturais no processo de sobrevivência do organismo humano, evitando construções excessivamente em betão como tem acontecido em Luanda, porque isso tem custos elevados no ambiente atmosférico.

CONCLUSÃO

As desigualdades sociais em Angola são muito marcantes e facilmente observáveis. A maioria da população que reside em meio urbano está socialmente excluída, em pelo menos alguma dimensão de exclusão. Isso acontece em toda extensão geográfica de Luanda.

Os três grandes momentos históricos (colonização, independência e guerra e finalmente a conquista da paz) que marcaram o país propiciaram condições para densificação populacional nos espaços urbanos e peri-urbanos. Associado aos fluxos populacionais quer em busca de segurança quer em oportunidade de negócios que fizeram de Luanda seus destinos, estes factos resultaram, certamente, na agudização de problemas urbanos.

A ausência de uma política de habitação durante o período de guerra, que nem se deu na capital do país, o aumento da dimensão média dos agregados familiares no espaço urbano, produziu esse marasmo de assimetrias sócio-espacial que Luanda reflecte actualmente. Esse quadro potenciou a concentração urbana acelerada e não urbanizada que se caracterizou no crescimento de áreas de habitação informal, vulgo musseques, onde reside a maioria da população da capital, desprovidos de bens e serviços básicos.

Esse cenário caracterizado pelo aumento generalizado de índices de pobreza urbana, tem como causas imediatas os altos índices de taxa de desemprego e subempregos, o limitado acesso de populações à educação, electricidade, água potável, meios de transportes para mobilidade, etc. o crescimento acelerado de actividades informais e a prestação de serviços igualmente de natureza informal são, por um lado um cancro que afecta a imagem e a organização do espaço urbano. Por outro, são invariavelmente estratégias de sobrevivências de um número considerável dos agregados familiares, numa cidade onde a taxa de desemprego é elevadíssima e as actividades desenvolvidas no sector informal é a única alternativa.

Não se tendo criado, após a guerra, nas províncias do interior, condições atractivas quer no domínio da habitação condigna quer no domínio do fomento de emprego de modo

a estimular as populações que acorreram para Luanda, a realizarem movimentos migratórios contrários, a alternativa foi o projecto político do MPLA de 2008 que prometia a construção de um milhão de moradias. A estratégia por si só não se tem revelado como sendo a solução do problema, embora não deixa de ser uma iniciativa de mitigação ao *deficit* habitacional.

É nesse contexto que surgem as novas urbanizações, que no discurso oficial” recebem a designação de “centralidades”, resultantes de uma parceria público privada, no quadro de cooperação entre o governo angolano e o governo chinês.

É importante mencionar o facto de a grande maioria dos moradores das novas áreas residências constituírem a emergente classe média, sobretudo jovens empregados ou a desenvolverem algum tipo de actividade de carácter económico que os permite pagar as habitações no período de 30 anos, como plasmado nos contratos de acesso para a posterior titularidade dos referidos imóveis.

O estudo revelou que a mudança das famílias do contexto de habitações precárias para as novas áreas residenciais (“centralidades”) melhorou relativamente sua qualidade de vida e consequentemente a relação familiar; alterou relativamente os modos de se relacionar com o espaço e com os vizinhos; remeteu as famílias para o individualismo que é característica da vida no contexto urbano. Os novos espaços residenciais carecem de serviços básicos para a satisfação das necessidades das famílias o que as obriga a buscarem bens e serviços no exterior.

Esse pressuposto levanta o questionamento de se saber se os novos espaços urbanos devem merecer de facto o estatuto de centralidades tendo em vista que a cidade transforma-se no espaço de gestão da vida económica, política, social, cultural devido à sua dinâmica que dispõe de redes de transportes e telecomunicações que encurtam progressivamente as distâncias, facilitando a organização à vida quotidiana dos seus actores.

Do ponto de vista do relacionamento entre os sujeitos e as diferentes envolventes, importa realçar que se não se tomarem medidas preventivas em relação à manutenção dos equipamentos infra-estruturais, a educação dos residentes quanto à forma de utilização dos imóveis e ao saneamento e gestão de resíduos, os novos espaços residências correm o risco

de neles se reproduzirem, num futuro não muito distante, práticas semelhantes a que os moradores estavam acostumados nos bairros precários. Constatou-se sinais de destruição de vários equipamentos como as portas de acesso principal ao edifício, seus mecanismos electrónicos deixaram de funcionar, fissuras na parte interior e exterior das residências, alteração de paredes e substituição de mosaicos no interior das habitações, focos de lixo no solo em vários quarterões do Kilamba e Sequele. No Kilamba e Sequele em uma de suas vias acesso às residências não foram concluídas; regista-se muito capim à volta das três urbanizações, etc.

Este é apenas o princípio de um cenário que dá indicações de que se nada for feito, corre-se o risco de apresentar um quadro semelhante ao que se observa, actualmente, em urbanizações relativamente mais antigas como Panguila e Zango, onde foram realojadas famílias que se encontravam em zonas consideradas de risco mas que ao fim de poucos anos a sua condição tem se revelado uma fiel reprodução social e cultural dos musseques com o diferencial de constituírem bairros urbanisticamente planificados.

As “centralidades” como projectos-piloto sobre futuras cidades a serem construídas em todo o território, seus gestores como representantes administrativos local do Estado, devem concentrar-se na redefinição da natureza dos direitos e deveres de ocupação das residências e do modo de as habitar. Outro aspecto importante é de aprender com as experiencias dos outros países, especificamente os apresentam/ apresentaram contextos similares como o Brasil, Portugal, França, só para citar esses. É importante que esta forma de aprendizagem pela prática de outros países seja de maneira adequada ao contexto particular do Angola.

Por outra, é fundamental aprender com a prática do próprio país, extrair lições dos acertos e desacertos, quer com as experiências do passado, quer com as actuais. É preciso revisitar o passado, a questão da expansão urbana, especificamente no domínio da habitação nos períodos, colonial, pós-independência e no pós-guerra.

As exigências da vida moderna e globalizada aconselham ser imprescindível a associação da identidade dos cidadãos à sua moradia, isto é, a residência constitui a referência primária de cada cidadão nas suas múltiplas relações que estabelece quer com o

Estado, através das instituições públicas quer com os actores singulares e institucionais privados, para a satisfação das suas necessidades, como forma de interacção dos sujeitos. No caso específico de Luanda onde a maioria dos residentes não dispõem de um endereço mais ou menos fixo, registado no cartório, durante um período relativamente longo, seria oportuno que o novo modo de habitar o espaço (a vivência em “centralidades”) pudesse servir de ponto de partida para que o cidadão, aos mais diferentes níveis, se apresente como detentor de um endereço, facilitando deste modo sua rápida e objectiva localização nas relações que vier a estabelecer com outros actores.

A concepção e gestão de novas áreas residências deve incluir a participação de todos atores: governo, legisladores, antropólogos, sociólogos, economistas, engenheiros nas mais diversas especializações, ecologistas, igrejas e a população em geral, pois a cidade e o espaço residência são realidades construídas, percebidas e vividas. Carregam simbolismo social e cultural. Para o se assegurar que esta construção multisectorial complexa funcione de maneira eficaz, é necessário que os papéis e as responsabilidades das diferentes partes envolvidas sejam clarificadas desde o início, contando como é óbvio com a liderança governamental.

A terra é um recurso escasso nas áreas urbanas e um fator vital de suporte do desenvolvimento humano e garantia de salvaguarda da biodiversidade. A gestão da terra urbana não encerra apenas importância económica. Tem igualmente valor cultural e social. A expansão da terra urbana deve ter em atenção a dimensão ecológica. A implantação de cidades as áreas residências devem visar a melhoria da qualidade de vida das populações, reduzindo assim lentamente a pobreza e eliminando, dentro de políticas justas, inclusivas e de equidade, os bairros de construção informal precários onde se desenvolve todo um ambiente de segregação e degradação da dignidade das pessoas, sem perder de vista que gerações futuras têm necessidades que precisarão de ser satisfeitas com aquilo que as actuais gerações garantirem.

Finalmente, é imperativo se fazer investimentos para a pesquisa sobre a questão urbana em contexto de paz e re-construção do país, sobretudo no que a habitação diz respeito. Deve se despolitizar as políticas do acesso à habitação. A pesquisa sobre a questão urbana deve fornecer respostas, não necessariamente definitivas, na medida em que a

realidade urbana, em Luanda em articular, é influenciada pelos contextos de proveniência dos seus atores. Sugere-se uma abordagem holística da questão urbana em Angola de modo a garantir uma base mais alargada de conhecimento relacionado com os contextos nacional e local. Portanto, a informação recolhida e o conhecimento gerado neste trabalho apenas têm valor se, de alguma forma, aplicados. Esta pesquisa reflecte um assunto actual, foi desenvolvida não como uma reflexão simplesmente académica, mas pode servir como um recurso de partida para os decisores políticos na formulação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Luiekakio. “Movimentos migratórios recentes no território angolano”. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, Novembro, 12 de Novembro de 1012:191-201.
- ALTUNA, P. Raul Ruiz de Ásúa. *Cultura Tradicional Banto*. 2ª, Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 1993.
- ALVES, Teresa (2012). “Requalificar cidades: Do betão aos conteúdos tomando sempre novas qualidades”. JACINTO, Rui (Org.) *A cidade e os Novos Desafios Urbanos*. Porto: Afrontamentos, 2012: 59-82.
- AMARAL, Ilídio do. “Luanda e os Seus Muceques”. *Problemas de Geografia Urbana*. Lisboa: Finistia, XVIII, 1983: 293-325.
- BAPTISTA, Luís V. *Cidade e Habitação Social e o Novo Programa das Casas Económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- BERGAN, Kurt. Casa Saudável 2005). *Um Estudo Sobre os Sentidos da Moradia*. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro- Programa de Pós – Graduação.
- BETTENCOURT, Andreia Carina de Almeida. *Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas. Os musseques de Luanda*, 2011. (Dissertação). Universidade Técnica de Lisboa.
- BOEIRA, Sérgio Luís (2002). “Saber Ambiental”. *Ambiente & Sociedade*. Resenha. 2002: 1-2.
- CAPITÃO, Raimundo. *Planeamento Urbano e Inclusão Social: O caso de Uíge*. Luanda: Mayamba, 2014.
- CARNEIRO, Hélia. *Processo de Realojamento e Apropriação do Espaço Num Bairro Multi-étnico*. Dissertação. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 2012.
- CARVALHO, Paulo, CAFUSSA, Alberto. “A corrupção é dos maiores males que temos”. *Revista Angolana de Sociologia*. www.ras.revues.org, consultado em 14 de Fevereiro de 2016.

CARVALHO, Paulo. Exclusão Social em Angola. O caso dos Deficientes Físicos de Luanda. Luanda, Editorial Kilombelombe, 2008.

Constituição da Republica de Angola. Imprensa Nacional. E.P. 2010

CORDEIRO, Graça Indias, BAPTISTA, Luís Vicente, COSTA, António Firmino (Orgs). Etnografias Urbanas. Oeiras: Celta Editora, 2003.

COSTA, António Firmino. “A pesquisa de terreno em sociologia”. SANTOS SILVA, Augusto e MADUREIRA PINTO, José (Org) *Metodologia das Ciências Sociais*. 16ª Edição, Porto: Afrontamentos, 2014: 129-147.

CRISTINA. I, CARVALHO. M e STEIL.C. “A sacralização da natureza e a naturalização ’ do sagrado: aportes teóricos para a compreensão dos entrecruzamentos entre saúde, ecologia e espiritualidade”. *Ambiente & Sociedade*, Novembro e Dezembro, 2008: 289-305.

CUCHE, Denys. A Noção de Cultura nas Ciências Sociais. Traduzido por. Viviane Ribeiro. São Paulo: EDUSC, 1999.

Development Workshop & Centro Para o Meio Ambiente e Assentamentos Humanos “Terra. Reformas Sobre a terra Urbana em Angola no Período Pós-guerra: Pesquisa, advocacia & Políticas de Desenvolvimento, Luanda, 2005.

Diário da República. Conclusões e Recomendações da Conferência Nacional sobre Habitação (Resolução nº 77/09 de 7 de Setembro). Luanda: 2009.

Diário da República. Lei do arrendamento urbano (Lei nº26/15 de 23 de Outubro). Luanda: 2015.

Diário da República. Minuta de contrato para a construção do canal da macro drenagem das centralidades (Despacho nº26/16 de 25 de Fevereiro). Luanda: 2016.

Diário da República. Plano de urbanização do centro urbano Sequele e o respectivo regulamento (Decreto nº280/11 de 31 de Outubro). Luanda: 2011.

Diário da República. Projecto de empreitada da fase 2 para a construção de infra-estruturas urbanas do Kilamba (Despacho nº90/15 de 3 de Novembro). Luanda: 2015.

Diário da República. Regime de acesso na cidade do Kilamba (Decreto nº 107/12 de 7 de Junho). Luanda: 2012.

Diário da República. Regime de Organização administrativa da cidade do Kilamba (Decreto nº 62/11 de 18 de Abril). Luanda: 2011.

Diário da República. Urbanização do Sequele e regime jurídico do seu floral (Decreto nº 279 de 31 de Outubro). Luanda: 2011.

FORTUNA, Carlos (Org). Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de Sociologia. Oeiras: Celta Editora, 1997.

FURTUNA, Carlos. “Culturas Urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a Emergência de Um Novo”. Revista Crítica de Ciências Sociais, Outubro, Coimbra: 2002: 123-148.

GAMA, António. “Cidade, moderna urbanização e novas lógicas de organização espacial”. JACINTO, Rui (Org.) *A cidade e os Novos Desafios Urbanos*. Lisboa: Ancora Editora e Centro de Estudos Ibéricos, 2012: 83-94.

GARCIA, Luzolo João Sebastião. Modificações Recentes no Uso do Solo e na Dinâmica Fluvial em Luanda: A Bacia Hidrográfica da Ribeira da Samba. Dissertação. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, 2013.

GUERRA, Isabel Carvalho. Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso. Cascais: Principia Editora, 2006.

GUERRA, Isabel. “Um olhar sociológico sobre o alojamento”. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 1997: 165-181.

HONARY, Morteza e BOLEYIN, Thomas. Health Ecology: health, culture and human environment interaction. Roulledge, 1999.

<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2028/97A.pdf>.

<http://www.novojornal.co.ao/artigo/44453/problemas-de-falta-de-agua-na-centralidade-de-cacuaco-continuam>.

https://www.google.co.ao/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1RUCY_pt-PTAO694AO694&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=imagens+Kilamba

https://www.google.co.ao/webhp?sourceid=chrome-instant&rlz=1C1RUCY_pt-PTAO694AO694&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=imagens+da+nova+centralidade+de+cacuaco.

Instituto Nacional de Estatística (INE) - Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP). Relatório de Tabelas. Vol. II. Luanda: 2011

Instituto Nacional de Estatística (INE) - Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola. 2014.

Instituto Nacional de Estatística (INE). Resultados definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014, Luanda: 2016.

KAJIBANGA, Victor. “Culturas Étnicas e Cultura Nacional: Uma Reflexão Sociológica sobre o Caso Angolano. *Revista Angolana de Sociologia*, Junho a Dezembro, 2010: 97-104.

KAPP, Silke. “De Simmel ao Cotidiano na Metrópole Pós-urbana”. *Cad. Metrop.*, São Paulo: Julho a Dezembro, 2010: 439-450.

MILAGRES, Simão e SANTOS, Lutina. Fluxos migratórios em Angola. Luanda: Mayamba Editora, 2013.

ODUM, Eugene. Fundamentos de Ecologia. 6ª Edição, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

OPPENHEIMER, Jochen, RAPOSO, Isabel (Coords). Subúrbios de Luanda e Maputo. Lisboa: Edições Colibri, 2013.

PARK, Robert E., BURGESS, Ernest W., MCKENZIE, Roderick D. The city. Chicago and London: The university of Chicago Press, 1992.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. Os Bakongo de Angola: Etnicidade, Religião e Parentesco num Bairro de Luanda. Rio de Janeiro: Contra Capa e Faperj, 2015.

QUIVY, Raimond e CAMPEMHOUDT, LucVan. Manual de Investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva, 1992.

República de Angola. Constituição da República, 2010.

REVIÈRE, CLAUDE. Introdução à Antropologia. Lisboa: Edições 70, 2014.

RIBEIRO, José de Jesus Lima. Em Busca de Harmonia Ecológica. São Paulo: Paulinas Editora, 2009.

RODRIGUES, Cristina Udelsman. Recomposição Social e Urbana em Luanda Centro de Estudos Africanos. s/d.

SCOCUGLIA, Jovanka B. C. «Cultura e urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade fragmentada e desterritorializada». Cad. Metrop., Julho a Dezembro, São Paulo: 2011: 395-417.

SEIXAS, João, COSTA, Pedro e OLIVEIRA, Ana Roldão. “Das Cidades Criativas à Criatividade Urbana e Governança na Cidade Contemporânea” - CET/ISCTE - IUL. Consultado a 20/1/ 15 em:

<http://www.apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2028/97A.pdf>.

SILVA, Carlos A. F (1993). “A Segregação Residencial Sob a Ótica da Escola de Chicado e Neoclássica. Boletim *Goiano de Geografia*, Janeiro e a Dezembro, Goiás: 1993.

TEIXEIRA, Marlene P.V e MACHADO, Rosa Maria. “Conceito de Bairro. Unidade Popular ou Técnica?” Anuário do Instituto de Geociências UFRJ, 66-71.

TEIXEIRA, Marlene P.V e MACHADO, Rosa Maria. Conceito de bairro- Unidade Popular ou Técnica? In Anuário do Instituto de Geociências, 1986, UF- Rio de Janeiro, 1986: 66-71.

Universidade Católica de Angola – Instituto Superior João Paulo II – Centro de Investigação Científica. Água e Saneamento Básico. Estudo de caso das Províncias de Benguela, Luanda e Kwanza Sul. Luanda, 2013.

VIEGAS, Fátima. A gestão da Doença no Espaço Sociocultural e Urbano de Luanda. Os curandeiros tradicionais e os neotradicionais. Luanda: Kilombelombe, 2015.

VOYÉ, Jean Rémi Liliane. A Cidade: Rumo a Uma Nova Definição? Porto: Edições Afrontamentos. 1994

WACQUANT, Loïc. “O que é o Gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, 2004:155-164.

ANEXOS

Anexo 1.

Vista parcial de muitos musseques de Luanda



Fonte: Internet. Foto. 1



Fonte: Internet. Foto. 2



Fonte: Internet. Foto. 3

Anexo. 2

Vista parcial de novas urbanizações

Kilamba



Fonte: Internet. Foto. 4

Sequele



Fonte: Internet. Foto. 5

Vida Pacífica



Fonte: Internet. Foto. 6

Anexo 3

GUIÃO DE ENTREVISTAS

Para a realização da pesquisa pretendeu-se alcançar os seguintes objetivos:

Geral:

Compreender os factores de transformação socio-ecológica determinados pelas actuais formas residenciais urbanas na periferia (centralidades urbanas) de Luanda.

Objectivos específicos:

1. Analisar a dimensão subjetiva dos ex-moradores de musseques face às alterações sociais decorrentes do novo contexto residencial urbano;
2. Identificar as alterações ecológicas decorrentes do relacionamento entre os sujeitos e as diferentes envolventes.

Pergunta de partida:

Em que medida a nova realidade residencial urbana na periferia de Luanda é factor de transformação socio-ecológica no relacionamento entre os sujeitos e suas envolventes?

1. Eixo de análise: Estudar em profundidade os modos de apropriação dos espaços e o grau de adaptação à nova realidade habitacional.

Questões

1. Reside neste apartamento desde quando?
2. Em que andar vive?
3. Quem vive (outras pessoas) actualmente neste apartamento?
4. Considera que a habitação tem o número de divisões suficientes para a sua família?

5. Que divisões da casa utilizam para os momentos de descanso?
6. Em que divisão da casa os vários elementos da sua família convivem normalmente?
7. Em que divisão da casa tomam as refeições?
8. Qual o espaço da casa que mais gosta de estar? E antes (no bairro)?
9. Qual a divisão da casa que gostava que tivesse mais espaço?
10. Qual a diferença de apropriação habitacional no bairro e no apartamento?
11. O que mudou? - Fale da sua experiência relativamente à nova casa.
12. O que comprou de novo para a sua nova casa? O que falta?
13. Que alterações precisaram de fazer à casa para vosso conforto ou segurança?

2. **Eixo de análise:** Influência da realidade urbana sobre atitudes e comportamentos dos moradores.

Questões

1. Qual a sua profissão? Pode dizer a idade? Sexo:
2. Considera que a mudança do bairro para aqui melhorou a relação familiar?
3. Quem acompanha os filhos à escola?
4. Quando lavam a loiça ou a roupa onde depositam as águas sujas? Como era no bairro?
5. Como fazem a gestão do lixo doméstico?
6. Verificamos que não há cantinas e mercados como nos bairros. Onde fazem as compras para casa? Como consideram os preços?
7. Já pensaram em vender alguns produtos em casa como gelados, gelo, bebidas e outros?
8. Quando estão doentes em que hospitais se dirigem?
9. Onde e como realizam as festas de aniversários e outras? O espaço é suficiente para os convidados?

10. Onde e como realizam as cerimónias de óbitos sabendo que nos bairros havia quintais?

11. O que considera que mudou na vossa forma de estar desde que estão aqui?

12. Tem outros familiares ou pessoas amigas a residir aqui na “centralidade”?

13. Costumam encontrar-se? - Com que frequência? - Em que espaço?
14. Há espaços de cultos cá? Incomodam de alguma forma a vizinhança?
15. O que faziam no bairro que não fazem cá? Sente falta disso?
16. O que fazem cá que não faziam lá? Acha isso um incómodo?

3. **Eixo de análise:** Redes de sociabilidades e inter-ajuda

Questões

1. Que conflitos são decorrentes da partilha dos espaços?
2. Sente-se satisfeito por viver neste local?
3. Considera que a sua relação com os vizinhos é boa?
4. Convive com as outras pessoas do bairro?
5. Qual a vossa relação? Dá-se bem com os vizinhos todos? Com quem se dá melhor?
6. Como se tratam uns aos outros? - Onde se encontram para conviver?
7. Os seus filhos brincam com os filhos dos seus vizinhos?
8. Se em alguma ocasião precisar de ajuda, a quem vai pedir apoio?
9. Quem são as pessoas que a deixam mais insegura?
10. Existem conflitos? - Alguma vez foi convidado para alguma cerimónia ou festividade?
11. Quem trata da gestão e manutenção do edifício (limpeza das escadas e elevadores, lâmpada fundida, falta de água e luz, insegurança)?
12. A administração da centralidade está atenta aos problemas dos moradores? Sentem essa necessidade?

4. **Eixo de análise:** Inferir a satisfação ou insatisfação dos moradores com a nova realidade habitacional, as melhorias efectivas ou não nas suas condições de vida.

Questões

1. Está satisfeito com a habitação? Oferece o conforto que precisava?
2. Existe na centralidade lugares de lazer para os tempos livres das crianças.

3. Que outro tipo de serviços acha que deveria existir?
5. O que nos pode dizer acerca dos meios de transporte públicos e privados que ligam a centralidade com outros bairros de Luanda?
6. Há transportes suficientes que garantem a vossa mobilidade a qualquer momento?
7. Gasta mais dinheiro em transporte aqui ou quando morava no antigo bairro?
8. A que horas acordam para ir trabalhar? E no bairro anterior?
10. O que fazem para não faltar esses serviços como água e luz? E como era no bairro?

IV. Eixo de análise: Relação entre o sistema social e o sistema ambiental

Questões

1. Nota-se muito capim em volta dos edifícios. Como é tratado e por quem?
2. Os depósitos de lixo são fechados? - Classificados?
3. Relaciona o capim e os depósitos de lixo em céu aberto com a presença de algum tipo de insecto ou bicho que constitui uma ameaça à saúde?
4. É permitida cá a circulação de viaturas que fumega ou que faça muito barulho?
5. Como é o escoamento das águas das chuvas na centralidade? E no bairro?